



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

Jornalismo de Guerra O Caso da Imprensa Portuguesa

Élvio da Silva Carvalho

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Jornalismo
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Joaquim Paulo Serra

Covilhã, outubro de 2013

Agradecimentos

Aos meus pais, José Alberto e Gabriela, cujos esforços me trouxeram até aqui e a quem devo tudo o que sou hoje. Ao meu irmão, Cristiano, que sempre olhou para mim com orgulho e soube antes de mim próprio que conseguiria terminar esta etapa. Ao Fábio, pela amizade e ajuda prestada na elaboração deste trabalho. Ao Francisco, pela amizade e companhia nestes anos de universidade. Ao Paulo e ao Ricardo, que foram muito mais que uns simples colegas de casa. À Daniela, pela força e tardes de trabalho em conjunto. A todos os meus amigos e colegas de curso que comigo partilharam estes fantásticos anos na Covilhã. E por último, não menos importante, ao Professor Paulo Serra, meu orientador, pela ajuda e por não me deixar abandonar este projeto.

Obrigado a todos,

Élvio Carvalho

Resumo

Tal como o professor, também o jornalista ensina na medida em que conta aos seus leitores, ouvintes e telespetadores as vitórias e erros do passado, para que estes, como se de pupilos se tratassem, possam seguir os mesmos passos, ou evitar os mesmos erros. Já o jornalista de guerra tem um esforço acrescido, porque nem sempre é fácil suportar os horrores que uma guerra pressupõe para depois os descrever da forma mais correta e factual possível, mantendo a imparcialidade e frieza que esta profissão tem inerente. É uma especialização muito própria dentro do ofício do jornalismo, com características igualmente singulares que esta dissertação procurou identificar. E se pouco foi escrito sobre esta especialização jornalística em geral, menos ainda foi investigado sobre as práticas dos jornais impressos portugueses em matéria de cobrir um conflito. Assim, com esta dissertação pretende-se saber quais são as características do jornalismo de guerra em Portugal, mais exatamente dos jornais *Público* e *Correio da Manhã* - jornais escolhidos para representar a imprensa nacional -, dos quais foram analisadas 26 edições correspondentes a um ano de publicações de 2003 e 2004, altura em que decorria a segunda guerra do Golfo. Numa primeira parte desta dissertação procede-se a uma revisão teórica sobre a história e particularidades do jornalismo de guerra. Já numa segunda parte expõe-se a metodologia e desenho da investigação empírica levada a cabo, bem como os resultados obtidos e as respetivas conclusões.

Palavras-chave

Jornalismo de guerra; Falso Jornalismo; Notícias de guerra; *Público*; *Correio da Manhã*.

Abstract

In a certain sense, a journalist is also a teacher, in the way that he tells his readers, listeners or viewers the wins and errors of the past, only for them, as if classmates they were, may follow the same steps, or avoid the same mistakes. However, a war journalist sees this effort get enlarged, because it's not always easy to be able to handle all the horrors that a war presupposes, only to describe them later in the most accurate and factual way possible. Always being impartial and maintaining the cold distance from the story, characteristics that this career requires. It's a very particular line of expertise within the profession, with very singular characteristics which this dissertation has tried to unfold. And if only a few have written about this subject in general, fewer have been analyzing these practices in the Portuguese newspapers. Therefore, with this dissertation we'll investigate which are the main characteristics of war journalism in Portugal, in *Público* and *Correio da Manhã* newspapers to be exact - the two which were elected to represent the national press - from which were picked a total of 26 editions published between 2003 and 2004, when the second Gulf war was happening. In the first half of this dissertation it will be presented a theoretical/academic revision, which will provide context about the history and other particularities of war journalism. In the second part, it will be exposed the methodology used in the empirical research, as well as all the results obtained and the respective conclusions.

Keywords

War journalism; Fake journalism; War news; *Público*; *Correio da Manhã*.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice	ix
Lista de gráficos.....	xii
Lista de Imagens.....	xiv
Introdução.....	1
Parte I. Enquadramento Teórico.....	6
Capítulo I. História do Jornalismo de Guerra.....	7
1. O que sabemos?	7
2. Da Crimeia à Primavera Árabe	10
2.1 Os anos de Ouro da Imprensa	11
2.2 A decadência do poder dos media e a introdução da rádio	13
2.3 As faces da guerra: A era da televisão	16
2.4 Notícia em atualização: A era do imediatismo	19
Capítulo II. Falso jornalismo: A influência dos media nos conflitos e a questão da imparcialidade.....	22
1. Desenhos Hostis.....	23
2. As aparências são tudo: Vietname e Golfo.....	26
3. O mundo em Guerra.....	31
3.1 Primeira guerra mundial.....	32
3.2 Segunda guerra mundial.....	36
4. Os Embedded.....	38
4.1 Embedded: Outros casos.....	41
5. Como o 11 de Setembro mudou o jornalismo.....	43
6. Citizen Kane: William Randolph Hearst, senhor da guerra.....	48
Capítulo III. Jornalismo de Guerra: Definições e considerações.....	52
1. Relevância Editorial.....	52
2. Características: A imprensa impressa.....	53
3. O Caso da imprensa portuguesa: Introdução ao estudo empírico.....	56
Parte II. Estudo Empírico.....	57
Capítulo I. Metodologia e Desenho da Investigação.....	58
1. Problema.....	59
2. Objetivos e hipóteses.....	60
3. População e amostra.....	61
4. Métodos e técnica de investigação.....	62
4.1 Critérios e regras definidas para a análise empírica das publicações.....	62

4.1.1 Dados Quantitativos.....	63
4.1.2 Dados Qualitativos.....	64
Capítulo II. Análise de resultados.....	66
Parte I. Análise Quantitativa.....	66
1. Jornal Público.....	66
1.1 Capa/1ª página.....	66
1.2 Número de páginas dedicadas.....	67
1.3 Número de notícias.....	68
1.4 Fotografia.....	69
1.5 Infografia.....	70
2. Jornal Correio da Manhã.....	71
2.1 Capa/1ª página.....	71
2.2 Número de páginas dedicadas.....	72
2.3 Número de notícias.....	73
2.4 Fotografia.....	74
2.5 Infografia.....	75
3. Comparações quantitativas e primeiros resultados do estudo.....	76
Parte II. Análise Qualitativa.....	81
1. Análise de Fotografias.....	81
2. Análise de Infografias.....	83
3. Aprofundamento.....	84
4. Correspondentes.....	85
5. Estrutura.....	86
6. Exclusivos.....	87
7. Intervenientes.....	88
8. Leads.....	89
9. Relevância Editorial.....	89
10. Teor/Estilo do texto.....	90
11. Títulos.....	91
Conclusão.....	93
Referências.....	99

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Percentagem de menções em 1ª página (Jornal <i>Público</i>)	66
Gráfico 2: Número de páginas dedicadas à guerra do Iraque (Jornal <i>Público</i>)	67
Gráfico 3: Número de notícias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornal <i>Público</i>)	68
Gráfico 4: Número de fotografias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornal <i>Público</i>)	69
Gráfico 5: Número de infografias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornal <i>Público</i>)	71
Gráfico 6: Percentagem de menções em 1ª página (Jornal <i>Correio da Manhã</i>)	71
Gráfico 7: Número de páginas dedicadas à guerra do Iraque (Jornal <i>Correio da Manhã</i>)	72
Gráfico 8: Número de notícias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornal <i>Correio da Manhã</i>)	73
Gráfico 9: Número de fotografias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornal <i>Correio da Manhã</i>)	74
Gráfico 10: Número de infografias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornal <i>Correio da Manhã</i>)	75
Gráfico 11: Comparação do número de páginas dedicadas (Jornais <i>Público</i> e <i>Correio da Manhã</i>)	77
Gráfico 12: Comparação do número de notícias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornais <i>Público</i> e <i>Correio da Manhã</i>)	77
Gráfico 13: Quantidade de capas dedicadas à guerra (Jornais <i>Público</i> e <i>Correio da Manhã</i>)	78
Gráfico 14: Comparação do número de fotografias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornais <i>Público</i> e <i>Correio da Manhã</i>)	79
Gráfico 15: Comparação do número de infografias da guerra do Iraque (2003 a 2004) (Jornais <i>Público</i> e <i>Correio da Manhã</i>)	81

Lista de Imagens

Ilustração 1: "O Terror da Guerra", por Nick Ut	26
Ilustração 2: Capa do jornal <i>New York Post</i> a 12 de Setembro de 2001	44
Ilustração 3: Capa do jornal <i>New York Times</i> a 12 de Setembro de 2001	44
Ilustração 4: Capa da revista <i>Newsweek</i> a 24 de Setembro de 2001	45
Ilustração 5: Capa do jornal <i>The Daily Telegraph</i> a 12 de Setembro de 2001	45

Introdução

Gosto de pensar que todos os humanos nascem com um propósito definido, nada de destinos, nem escolhas de Deuses, antes uma vocação, um talento nato que guiará a sua existência para uma linha de trabalho que, além de dar sentido à vida, garante a felicidade do indivíduo. Uns nascerão com a compaixão e necessidade de ajudar os seus semelhantes e acabam por se tornar bons médicos; outros, na busca pelo sentido de justiça, estudam a lei e procuram defender os direitos de quem se vê julgado, os advogados. E entre tantas outras vocações possíveis, todas elas legítimas, existem os que procuram o conhecimento, a informação, para não só se tornarem mais sábios, mas para que os outros não fiquem igualmente na ignorância acerca do mundo fora das suas questões pessoais. A estes chamam-se jornalistas.

O jornalismo é uma profissão que busca o saber, as perguntas e respostas que a vida mundana levanta diariamente. Uma área de trabalho onde é preciso conhecer um pouco de todas as outras existentes, se é que tal é possível, para poder dar resposta às novidades e questões que se levantam dia após dia. Pois um jornal, rádio ou televisão não vive só de notícias de política ou de desporto, e é exatamente pela vastidão de assuntos possíveis de analisar e sobre os quais é preciso informar, que ser jornalista é uma das profissões mais complexas que podem existir. Da mesma forma que a medicina se divide em especializações, por ser impossível conhecer e tratar todos os males somente pela clínica geral, também o jornalismo se foi dividindo em várias seções e especializações, para que melhor se pudesse dar conta do maior número de acontecimentos, e da melhor forma possível.

Assim, existem jornalistas mais capazes de informar sobre política, outros sobre desporto, outros sobre tecnologia, apenas para nomear algumas das áreas, não querendo dizer, claro, que os profissionais tenham de se restringir cegamente a uma só. Esta dissertação vai, porém incidir sobre uma especialização menos comum, uma que não pode, nem deve, servir a qualquer profissional e que é, sem dúvida, uma das mais perigosas de toda a profissão; o jornalismo de guerra.

Este estilo jornalístico, tal como o jornalismo de ciência ou desportivo, possui características muito próprias, as quais é preciso analisar e discutir para que melhor se entenda esta especialização. Pensa-se nesta forma de jornalismo como um género que necessita, por exemplo, de maior contacto com os intervenientes das peças e um maior apelo às emoções do leitor, através de textos mais indirectos e mais parecidos com o estilo literário.

Este trabalho propõe-se a identificar essas características e descobrir quais as suposições e preconceitos se em relação ao jornalismo de guerra são, de facto, verdadeiros, assim como as suas respectivas vantagens e desvantagens dentro do panorama do jornalismo

em geral. Mais do que isso, vai procurar entender não só as características gerais, mas as específicas desta especialização no que toca ao nosso país. Pois se a nível global poucos foram os que se debruçaram sobre este tema, menos foram os que procuraram analisar a forma como se pratica jornalismo de guerra em Portugal.

Para tal, formulou-se o problema seguinte: *que características apresenta o jornalismo de guerra em Portugal?* Mais exatamente, e por se tratar de uma tarefa extremamente difícil analisar todos os meios de comunicação, pretendemos saber que particularidades apresenta a especialização nos jornais impressos portugueses. Para isso, escolheram-se para objeto de análise dois jornais: o mais vendido a nível nacional, *Correio da Manhã*, e o, considerado de referência, jornal *Público*. A investigação empírica incidiu sobre um total de 26 edições, 13 de cada jornal, escolhidas aleatoriamente, uma por mês, e que representaram um ano de publicações entre 2003 e 2004, altura em que decorria a segunda guerra do Golfo, entre os aliados dos EUA (um dos quais Portugal) e o Iraque.

Naturalmente, com a formulação deste problema surgiram algumas questões mais específicas, nomeadamente as seguintes:

Q1. Que relevância tem a especialização de guerra nos jornais portugueses? Mais concretamente:

Q1.1. Quantas vezes é a especialização de guerra capa dos jornais?

Q1.2. Quantas páginas dedicam os jornais ao tema da guerra?

Q1.3. Quantas vezes é a especialização de guerra tema de notícias nos jornais?

Q1.4. Verifica-se interesse em acompanhar o conflito, mesmo depois da sua fase inicial?

Q1.5. Que importância se dá aos recursos além texto, como fotografias, infografias, cronologias e caixas de texto? E que características são próprias destes recursos?

Q2. O jornalismo de guerra tem **características diferentes de outras especializações jornalísticas**? Mais concretamente:

Q2.1. Qual a estrutura e o tipo de linguagem dos textos sobre guerra?

Q2.2. Qual a importância do fator “choque”, visível por exemplo na relevância concedida a fotos chocantes e textos descritivos que apelam à emoção do leitor?

Q2.3. Qual o destaque concedido aos exclusivos de guerra e relatos dos enviados especiais?

No entanto, antes de poder dar resposta a estas questões foi necessário saber o que já se sabe sobre o jornalismo de guerra. Assim, a análise das práticas do *Público* e *Correio da Manhã*, foi antecedida de um estudo teórico que permitisse estabelecer algumas das conceções já provadas, bem como a opinião de alguns autores que discutiram o tema. Exatamente por isso, esta dissertação vai dividir-se em duas partes.

A primeira, dedicada ao enquadramento teórico divide-se em 3 capítulos:

O primeiro capítulo, dividido em duas partes, procura numa primeira fase introduzir alguns conceitos sobre o que é o jornalismo de guerra e quais são as noções pré-concebidas que temos quando pensamos nesta especialização jornalística. Já numa segunda fase, explora-se a verdadeira história desta vertente, desde que o primeiro correspondente de guerra, William Howard Russell, iniciou esta linha de trabalho até à “Primavera Árabe” já bem próximo dos nossos dias - bem como quais as alterações que foram sendo introduzidas à especialização ao longo destes quase três séculos de existência.

O segundo capítulo aborda as questões mais problemáticas da especialização. Com a apresentação de seis casos polémicos de más coberturas jornalísticas, explicam-se, principalmente, os perigos que o jornalismo de guerra pode trazer se não for executado com cuidado. Casos como a cobertura da primeira guerra mundial, do Vietname e até dos recentes “*embedded*”, mostram que facilmente se pode transformar uma reportagem de guerra em falso jornalismo.

O terceiro, e último, capítulo desta elaboração teórica centra-se nas questões mais práticas da especialização. É aqui que se expõem as características de uma cobertura de guerra ao nível específico da peça jornalística em si: define-se a relevância editorial da especialização para uma publicação e as três principais características que um texto desta natureza apresenta. Tudo tendo por base, claro, somente, o enquadramento teórico, pois a definição, das características do jornalismo de guerra são, justamente, o alvo do estudo empírico.

A segunda parte desta dissertação centra-se exatamente nesse estudo, que dividida em dois capítulos, procurou as respostas às perguntas já apresentadas nesta introdução.

O primeiro capítulo apresenta-nos todas as noções necessárias à preparação e compreensão do estudo empírico realizado. É aqui que se enunciam o problema, as questões, as hipóteses e objetivos, população e amostra, e métodos de análise definidos. Já apresentado o problema e as questões, as hipóteses delineadas foram as seguintes:

H1. A especialização de guerra é altamente relevante para um jornal impresso, o que se traduz em aspetos como os seguintes:

H1.1. Os temas ligados à guerra são, na maioria das vezes, capa da publicação.

H1.2. Há um número significativo de páginas dedicadas à guerra.

H1.3. Os temas ligados à guerra são objeto frequente de notícias.

H1.4. O conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra.

H1.5. Os recursos adicionais ao texto como fotografias e infografias estão presentes na maior parte dos casos.

H2. O jornalismo de guerra tem características diferentes de outras especializações jornalísticas, nomeadamente as seguintes:

H2.1. Os textos utilizam uma linguagem indireta, tendendo a estrutura da notícia de guerra a desviar-se da pirâmide invertida para seguir um estilo mais próximo da grande reportagem.

H2.2. O fator “choque” e o apelo às emoções está intimamente ligado às notícias de guerra, sendo recorrentes fotografias, textos, títulos e histórias de civis que apelem à emoção.

H2.3. Os exclusivos de guerra e os relatos dos enviados especiais de cada publicação recebem um destaque acrescido.

Quanto à população e amostra, escolheram-se os jornais nacionais impressos *Público* e *Correio da Manhã*, dos quais se analisaram um total de 223 notícias retiradas de 26 edições, 13 de cada publicação. O objetivo passava, como já foi dito, por traçar as características que o jornalismo de guerra tem em Portugal e se essas correspondem às delineadas tendo por base as regras gerais da especialização traçadas no capítulo III do enquadramento teórico.

Já no que toca aos métodos de análise, optou-se pela divisão da investigação em duas partes: análise quantitativas, onde se contabilizou numericamente a presença do jornalismo de guerra em ambos jornais, e análise qualitativa, onde tendo por base 11 pontos de investigação se traçaram as características da especialização de guerra em Portugal.

No segundo capítulo apresentaram-se os resultados obtidos com a investigação. Numa primeira fase os resultados da análise quantitativa, divididos por publicação, com as devidas comparações entre ambas, e uma segunda parte onde se apresentam os detalhes de cada um dos 11, mencionados, pontos de investigação.

No final da dissertação, apresentam-se as devidas conclusões do estudo empírico e os seus significados para a confirmação ou negação das hipóteses apresentadas. Saber, portanto, quais são as tais características do jornalismo de guerra na imprensa portuguesa.

Parte I. Enquadramento teórico

Capítulo I. História do jornalismo de guerra

1. O que sabemos

Futebol Clube do Porto e Sport Lisboa e Benfica jogam esta noite a final da taça de Portugal de futebol. Os treinadores prepararam este encontro durante semanas, delinearão planos e estratégias, escolheram os melhores jogadores e estudaram a melhor forma de entrar em campo para, após 90 minutos, poderem regressar a casa com uma vitória. Os jogadores alinham, olham os adversários nos olhos, todos querem o prémio e só uma equipa o pode levar, mesmo que ambas se achem a única digna de vencer. Os adeptos são aos milhares e concentram-se em volta de rádios e televisores, querem saber em primeira mão tudo o que está a acontecer no relvado. Os que não conseguem saberão depois, ou amanhã, por meio de amigos ou familiares, ou comprando o jornal que estampará na capa o justo, ou injusto, vencedor. Assim como os golos e outros movimentos relevantes, as faltas cometidas, os cartões mostrados ou eventuais acidentes entre jogadores, adeptos e treinadores. O exemplo pode parecer rude, até insensível, mas uma guerra é, em muitos aspetos, como um clássico de futebol.

Antes de avançar para um conflito, generais, sargentos e outros oficiais incutem às tropas planos e estratégias para melhor atacar o inimigo. Colocam-se os melhores homens à frente dos pelotões, para que o maior número de homens possível chegue a casa com vida trazendo consigo a vitória. O país pára. Milhões ligam rádios, televisões, compram o jornal, ligam-se à internet, para saber o que está a acontecer. Estamos a ganhar? Será que o meu amigo, irmão, pai, filho está bem? Os media encarregar-se-ão de trazer as notícias, porque se no futebol temos os relatos e os comentadores que dão voz às imagens, que nos ajudam a entender melhor o que está a acontecer, que nos alimentam com estatísticas sobre quem está em melhor forma e quem tem mais probabilidades de vencer o encontro, num conflito armado temos os repórteres de guerra.

Jornalistas especializados, semiespecializados ou enviados especiais que ficam encarregados de nos trazer as últimas atualizações da frente de combate. Homens e mulheres que arriscam a vida em nome de um dos géneros informativos com maior interesse e relevância pública, para que os que não podem, e/ou não querem, lá estar, possam ficar a par de todos os movimentos. Mas atenção, o jornalista de guerra não deve ser visto como uma espécie de herói, alguém que avança sem medo em nome da informação. A verdade é que esta é uma das especializações jornalísticas que mais controvérsia pode suscitar.

Se a honestidade não imperar, o jornalista tem nas suas mãos, tal como as tropas que acompanha, uma arma de fogo, capaz de realizar reviravoltas que um simples soldado nunca conseguirá. Porque a palavra de um jornalista é quase sempre acatada como sinónimo de

verdade, pelo que um facto contado de forma errónea (seja ou não propositadamente) consegue alterar o rumo dos eventos e também os ideais de uma população. Por isso, há que saber em primeiro lugar se o enviado possui a carácter necessário para manter a isenção que o jornalista deve ter. Não quero com isto dizer que o jornalista deva ser um individuo desprovido de opinião pessoal, um *robot*, que só pode ouvir e relatar; em vez disso, o ideal será não se deixar associar a uma das partes, mesmo quando seja óbvio quem está “certo”. Porém, esta não é uma tarefa fácil; como se vai provar mais à frente nesta dissertação, é praticamente impossível um jornalista não “escolher” um lado quando cobre um conflito. Dependerá do local onde se encontra, quem está a seu lado e, principalmente, qual a sua nacionalidade, porque um jornalista também tem pátria, e redobram-se as preocupações e desconfianças se a sua for uma das envolvidas na guerra.

O jornalismo *embedded* é talvez o grande exemplo daquilo que tento expor. Esta forma de fazer reportagem, cujas primeiras experimentações são atribuídas a soldados e jornalistas americanos durante a segunda guerra do Iraque (2003-2011) - apesar de já existirem relatos como os do jornalista da RTP Luís Castro a fazer algo muito parecido antes dessa data - consiste em acompanhar as tropas em combate, em vez de o repórter se movimentar por si mesmo. O jornalista está assim protegido para fazer o seu trabalho, enquanto tem acesso a informações oficiais e contacto direto com tudo o que está a acontecer; no entanto, acaba por estar sempre associado a uma das partes da guerra, o que poderá deturpar a correta recolha de informação. Porque se um dos deveres do jornalista é ouvir ambas as partes, como o poderá fazer corretamente se ele se encontra atrás de uma das frentes? Claro que isso seria uma tarefa quase impossível, mas no entanto, não estando associado a uma das fações da guerra, o jornalista teria certamente mais credibilidade. De certa forma, os jornalistas *embedded* da facção americana, durante a segunda guerra do Iraque, ao avançarem para o terreno já tinham escolhido um lado.

Polícia e o exército impedem a passagem a todos os jornalistas que não estejam autorizados pelos americanos. Só passam os chamados *embedded* que vão seguir na linha da frente, uma vez que assinaram um documento com dezenas de limitações à normal cobertura de qualquer guerra ou situação de conflito. Algumas até são compreensíveis, tal como a proibição de fazerem referência ao local onde se encontram. Outras, como a de só poderem dizer o que os americanos deixarem, já são mais difíceis de engolir. (...) Desta vez, Bush percebeu como amaciar os grandes canais de televisão americanos, britânicos e as agências de informação. Dá-lhes aquilo que querem, ou seja as imagens da guerra, e em troca eles acabam por esquecer ou relativizar as outras histórias de guerra, tal como os danos colaterais. (Castro, 2007, p. 261)

Algo do mesmo género aconteceu nos Estados Unidos durante o pós-11 de Setembro de 2001, quando os jornais, rádios e televisões começaram a abordar o tema como um problema pessoal de cada cidadão do país. Não se tratando neste caso de correspondentes de guerra, mas sim jornalistas “comuns”, as notícias relativas aos ataques das torres gémeas em Nova Iorque e ao Pentágono em Washington DC, bem como tudo o que fosse relacionado com essas temáticas, passou a ser encarado com uma preocupação nacional, esquecendo-se na maioria

das vezes a imparcialidade nas investigações e reportagens, o que se revelou principalmente ao nível da linguagem utilizada nas notícias.

Enquanto em tempos comuns eles (os jornalistas) mantêm-se afastados e comentam conflitos de facções, durante uma crise - em particular nas de grande magnitude - os jornalistas incorporam-se à nação usando linguagem inclusiva, “nós” ao invés de “eles”. (Jamieson & Waldman, 2003, p. 138)¹

Os jornalistas passaram de cínicos a apoiantes nos dias e semanas imediatos ao 11 de Setembro de 2001. A revista Newsweek publicou uma “Edição Comemorativa” intitulada “O Espírito da América”. Um dólar dos \$5.95 que custava a edição iria para ajuda pós-desastre, dizia a capa. “Os jornalistas estão habituados a cobrir as notícias de uma distância profissional,” escreveu o diretor da revista. “No entanto, isso era impossível, no 11 de Setembro...” (Jamieson & Waldman, 2003, p. 139)²

Não quer isto dizer que após o 11 de Setembro de 2001 o jornalismo se tenha tornado apenas favorável aos Estados Unidos, e que os repórteres tenham deixado de levantar questões ou desconfianças sobre as organizações governamentais e não tenham procurado saber todas as respostas que levaram aos ataques. O que aconteceu foi a imprensa ter adotado uma postura mais próxima da opinião dos políticos. Como se lê na obra *The Press Effect*, de Kathleen H. Jamieson e Paul Waldman, “durante tempos de crise nacional, a cobertura noticiosa torna-se mais favorável ao presidente” (2003, p. 137)³. Por exemplo, a polémica em torno das últimas eleições que opuseram Al Gore e George W. Bush (2000), na qual se pediu, até, uma recontagem de votos, e se desconfiava que a vitória de Bush havia sido fraudulenta, foi imediatamente esquecida nesta altura, sendo o assunto considerado antipatriótico quando levantado. A partir daquele dia Bush era o presidente, indiscutivelmente, e não havia razão para que se questionasse mais esse facto. “(...) O 11 de Setembro empurrou a imprensa para um papel de patriota.” (Jamieson & Waldman, 2003, p. 137).⁴

O que se terá de retirar destes exemplos é que a objetividade jornalística se tornou um “*should do*” (deveria fazer-se) em vez de um “*must do*” (tem de fazer-se). Os dados jornalísticos muitas vezes não são apenas processados, são também interpretados por quem os recebe, ao abrigo do julgamento pessoal de cada um. Continuamos, tal como nas épocas das duas grandes guerras, a ter de procurar ler peças de ambos os lados de um conflito para tentar encontrar um “meio-termo”, e decifrar que eventos aconteceram tal como foram relatados. Poderá parecer exagerado, mas se durante a segunda guerra mundial a informação

¹ While in ordinary times they stand outside and comment on factional conflicts, during crisis - particularly ones of great magnitude - journalists incorporate themselves within the nation by using inclusive language, “we” instead of “they”

² Journalists turned from cynics to eulogists in the immediate days and weeks following September 11, 2001. Newsweek issued a “Commemorative Issue” titled “The Spirit of America”. One dollar of the \$5.95 price would go to disaster relief, said the cover. “Journalists are accustomed to covering the news from a professional distance,” wrote the head of one magazine. “That was impossible, however, on September 11...”

³ (...) during times of national crisis, press coverage becomes more favorable to the president (...)

⁴ (...) September 11 propelled the press into the role of patriot.

jornalística era muitas vezes usada como forma de propaganda para promover a união nacional e servia de calmante para uma população assustada, reticente sobre o que poderia acontecer se o seu país saísse do conflito derrotado, hoje isto ainda acontece. É sem dúvida mais difícil ocultar um evento, mas o que aconteceu na guerra do Iraque, por exemplo, prova as minhas palavras, quando a imprensa americana em geral recebia as informações da linha da frente sem as questionar. “A manipulação da informação vai desde a edição de imagens até ao enfoque dado aos textos noticiosos.” (Moretti, 2004, p. 102) Podemos, assim, afirmar que em mais de um século e meio - altura desde a qual se pode afirmar a existência de jornalistas enviados especialmente para cobrir um conflito - a história não mudou muito.

Os correspondentes de guerra, homens e mulheres que se arriscam na frente de combate em nome da informação, têm, pois, dois grandes desafios traçados: sobreviver, porque, tal como os soldados, estes jornalistas saem de casa com a incerteza de regressar; e tentar manter a objetividade o mais possível. O desafio é não deixar que a sua mente vá tomando partido, pelo menos na altura de escrever, falar para um microfone, ou gravar um “vivo” televisivo. Tarefa difícil, já que:

“A própria natureza da guerra”, observou Kate Adie (1998), “confunde o papel do jornalista”(1998, p. 44). Confrontado com as frequentes e horríveis realidades de um conflito, qualquer crença de que o jornalista consegue manter-se distante, remoto, ou imune ao que está a acontecer “tende a voar pela janela” rapidamente. (Allan & Zelizer, 2004, p. 3)⁵

O que sabemos a este ponto é que o jornalismo de guerra é, talvez, o género jornalístico que mais questões consegue gerar à sua volta. Aquele que mais consequências poderá trazer para uma nação se não for feito com cuidado. Será ingénuo imaginar o jornalista de guerra como um repórter qualquer, tudo parecendo depender do lugar de onde se escreve e da relação “pessoal” do jornalista para com o conflito que está a decorrer. O que sabemos a esta altura, antes de qualquer investigação aprofundada, é que os soldados não são os únicos com armas na mão durante uma guerra. A diferença está no facto de uma bala não conseguir atingir tantas pessoas como uma folha de papel impressa.

2. Da Crimeia à Primavera Árabe

Antes de abordar as questões mais complexas do jornalismo de guerra, como as suas definições e considerações, as questões da imparcialidade, patriotismo e a influência dos repórteres nos conflitos, primeiro há que delinear as suas origens e evolução metodológica. É, pois, necessário perceber a evolução na forma de contar a história antes de se abordar a forma como é contada. Sem outros rodeios, é necessário perceber o impacto tecnológico na criação e evolução do jornalismo de guerra como o conhecemos. Porque relatos de conflitos

⁵ “The very nature of war,” Kate Adie (1998) once observed, “confuses the role of the journalist” (1998, p. 44). Confronted with the often horrific realities of conflict, any belief that the journalist can remain distant, remote, or unaffected by what is happening “tends to go out the window” in a hurry.

armados, esses são tão antigos como os próprios combates, mas somente com a invenção do telégrafo no século XIX se conseguiu fazer um jornalismo de guerra propriamente dito.

Assim, não há, na minha opinião, outra forma de abordar a história do jornalismo de guerra se não em paralelo com a história da evolução dos meios de comunicação. O gênero nasceu, cresceu e prosperou graças aos avanços tecnológicos. Não fosse a sucessão da imprensa, telégrafo, rádio, televisão e internet, e ainda estaríamos a conhecer a guerra pelo meio de relatos ao estilo do general Júlio César, de Roma, ou com recurso a enciclopédias da história mundial. A história do jornalismo de guerra passa pela tecnologia. A evolução do que se escreve, diz ou mostra (como se conta) e as características dos discursos são importantes, claro, mas serão assunto para os capítulos seguintes. Para já, a história dos meios para contar, a qual dividi em quatro fases.

2.1 Os anos de Ouro da Imprensa

É verdade que os relatos de guerra são tão antigos como os próprios conflitos em si, porém chamar jornalismo de guerra, ou aos seus autores, correspondentes, antes dos trabalhos apresentados por William Howard Russell seria um desrespeito para com a profissão e o conceito de jornalismo moderno. Carregados de ficção, mentiras, exageros e opiniões pessoais, os relatos de guerra anteriores ao século XIX não podem ser creditados como objeto de análise semelhante aos que pretendo focar. Seria praticamente o mesmo, se me é permitido o exagero, que aceitar *Os Lusíadas* como obra factual e exata. Não que o jornalismo de guerra esteja isento de tais características, mas não da mesma forma. Antes de Russell existiam apenas as chamadas “crônicas de guerra”, contadas por alguém que viu ou viveu um conflito armado, mas, insisto, também estas não se inserem no conceito que interessa a esta dissertação.

Considero, assim, os anos de ouro da imprensa as décadas compreendidas entre 1854 e o início da primeira guerra mundial, em 1914. Foram esses os anos da novidade da guerra em jornal, dos heróis correspondentes e do “*yellow journalism*” onde se forjaram os primeiros correspondentes de guerra. Auxiliados por telegramas e pela invenção do telégrafo - sem o qual não se teria encurtado a distância entre Inglaterra e a Crimeia, por exemplo - homens como William Howard Russell começaram a deslocar-se para as frentes de combate, a mando dos seus editores e diretores, para cobrir conflitos armados. Batalhas como as da Crimeia, a guerra civil Americana ou a luta pela independência em Cuba, passaram, pela primeira vez, a chegar aos olhos dos cidadãos comuns, àqueles que não estiveram “lá”, ao público europeu e americano principalmente.

O irlandês William Russell, que escrevia para o britânico *Times*, é lembrado como o precursor desta geração de jornalistas. Conseguia trazer os relatos da Crimeia para a Inglaterra em questão de dias, ou semanas após os eventos. Tempo que pode parecer

demasiado hoje, mas em pleno século XIX um período tão curto era algo sem precedentes, e não fossem os atrasos na entrega dos telegramas, as notícias conseguiriam chegar à primeira página em muito menos tempo. Por exemplo, a primeira carta enviada por Russell a 26 de Outubro de 1854 só seria publicada no *Times* a 14 de Novembro do mesmo ano, e apenas não foi catalogada como mais “uma” graças à intensa descrição utilizada pelo correspondente. Característica que lhe viria a valer a sua reputação como o primeiro grande correspondente de guerra.

Os seus relatos visionários, bastante detalhados e altamente críticos para com os malefícios que a guerra traz para soldados e civis, foram tão relevantes que se tornaram o estilo a seguir por todos os que lhe seguiram os passos. A descrição quase literária daquilo que os seus olhos presenciavam era registada em textos bem elaborados que transferiam as imagens dos cadáveres, dos mutilados e de todos os outros horrores que a guerra pressupõe, diretamente da frente de combate para os diários e semanários. Por outras palavras, graças a Russell, pela primeira vez a guerra ganhava o estilo de notícia propriamente dita. Nascia, pois, o jornalismo de guerra.

Claro que o seu trabalho não era perfeito e, ao invés de isento, Russell mostrava-se um aberto militante do lado britânico, denunciando por exemplo, a falta de mantimentos e cuidados médicos para os soldados, exigindo melhores condições para os “seus” homens. No entanto, isentas de qualquer forma de censura, as suas notícias, ainda que publicadas com muitos dias de atraso, tinham um impacto tremendo na opinião da população, que não estava acostumada a saber como a guerra era realmente. Os seus relatos e do seu colega Thomas Chenery, para o *Times*, eram de tal modo percussores e relevantes para o público, que suscitaram mesmo o ódio por parte da coroa inglesa. A rainha Victória chegou até a considerá-los responsáveis pela decadência da qualidade dos jornais e as suas notícias ataques diretos ao exército britânico. Um dos relatos de Chenery, por exemplo, denunciou a falta de assistência médica aos soldados britânicos e, na revolta gerada pela notícia, viria a criar-se um fundo comunitário nacional conhecido como “Fundo para a Crimeia do *Times*” (iniciado pelo filho do primeiro-ministro com um cheque de 200 libras enviado para o jornal).

Os leitores adoravam. Através das crónicas de guerra contadas por homens como Russell era possível entender o que acontecia aos soldados, sem que fosse preciso ouvir as histórias contadas por eles mesmos aquando do seu regresso a casa. Meses, talvez anos depois de os eventos tomarem lugar. Assim, sozinhas, as histórias de guerra vendiam os jornais, e, por este motivo, a partir de 1854 a guerra torna-se o evento de excelência para publicação. Nenhum editor queria prescindir destas notícias, e uma por uma, todas as publicações de referência europeias e americanas (principalmente) começam a enviar os seus próprios correspondentes para os conflitos que se seguiram.

Iniciaram-se os anos de glória da imprensa que chegariam ao fim por volta de 1914, aquando do início da primeira grande guerra com a imposição da censura governamental. Foi a era em que os media cultivaram e alargaram o seu poder de influência sobre os cidadãos comuns, no que toca aos conflitos bélicos. Os correspondentes passaram a ser vistos como heróis, não só pelos leitores, mas também por si mesmos, colocando-se no centro das histórias que contavam e cultivando a sua própria figura. Os editores e diretores das publicações, por sua vez, fizeram uso da liberdade de que dispunham e editavam tudo sem qualquer censura. Os leitores não podiam estar mais satisfeitos.

O problema deste crescimento foi permitir a criação daquilo que conhecemos como sensacionalismo, o “*yellow journalism*”, jornalismo amarelo. Devido à enorme liberdade de que as publicações dispunham, alguns jornais começam a praticar um falso jornalismo, que aliado à procura de maior lucro, começa a transformar invenções em realidade e mentiras em verdades jornalísticas. O caso mais flagrante, e talvez o maior exemplo destes eventos, remete para o magnata da imprensa americana William Randolph Hearst, dono do *New York Journal*, que à procura de maiores lucros, e na tentativa de bater o rival *New York World*, fez da guerra pela independência de Cuba uma autêntica novela. Caso que abordarei em detalhe no próximo capítulo desta dissertação.

A guerra torna-se, assim, o objeto mais desejado da imprensa, e desde que William Russell iniciou a atividade, esta especialização jornalística não deixaria de evoluir. E se no que toca ao jornalismo isso era algo benéfico, para o lado dos governos não era bem assim. Os Estados estavam a perder um importante sigilo, e com tanta liberdade, com o “*yellow journalism*” em crescimento, e com a primeira grande guerra prestes a começar, algo tinha de ser feito para travar o poder dos media. Os jornais tinham de ser mais controlados, o que levaria a uma nova era do jornalismo de guerra, a da censura preventiva.

2.2 A decadência do poder dos media e a introdução da rádio

A primeira década do século XXI trouxe a era da informação sem limites: com o aperfeiçoamento da internet e a sua massificação mundial, temos hoje à nossa disposição texto, fotografia, som, vídeo e comunicação interpessoal, tudo numa só plataforma e à distância de um clique. Na primeira metade do século XX não havia internet, porém todos esses elementos já faziam parte do quotidiano, e tal como hoje, já eram usados para fazer jornalismo, incluindo o de guerra. Bem antes do início da primeira guerra mundial, o telégrafo já fazia chegar notícias rapidamente, a fotografia já fazia parte da imprensa e já tinha mostrado os soldados mortos na guerra civil americana, e as primeiras, rudimentares, máquinas de filmar já mostravam homens a caminho da frente de combate. O jornalismo estava no bom caminho e bem auxiliado.

Os meios existiam e estavam ao alcance dos repórteres, nunca em toda a história até ali tinha o cidadão comum vislumbrado tanto poder informativo. Assim, a primeira metade do século XX tinha tudo para ser uma das grandes eras da informação; ao invés, infelizmente, trata-se de um dos períodos mais negros da história do jornalismo moderno. O que aconteceu? Deu-se a decadência do poder dos media e com ela a decadência da qualidade jornalística. Ao início do século os jornais publicavam demais e com demasiada liberdade sobre os conflitos, e com a primeira grande guerra prestes a eclodir algo tinha de ser feito para o travar. Pois, enquanto os media viam o seu poder crescer, os governos soberanos começam a vê-los como um problema, e por isso, ainda que os avanços para a especialização tenham sido gigantescos, não decorreram como deveriam. Assim, a primeira metade do século XX fez a evolução do jornalismo de guerra dar dois passos atrás, um por cada guerra mundial.

Antes de passar a descrever o que aconteceu de retrocesso para a especialização quero primeiro demonstrar a importância do período para a história do jornalismo de guerra, nomeadamente no que toca à metodologia da cobertura jornalística. Por outras palavras, quero descrever o que os últimos avanços tecnológicos conseguiram fazer pelo jornalismo. Pois, a verdade é que primeira parte do século foi o teste perfeito para fotografia, a rádio e o vídeo mostrarem o que podiam fazer de relevante para a cobertura de conflitos, e é com bom grado que afirmo que se revelaram ótimos instrumentos para a cobertura noticiosa. Durante ambas as guerras mundiais (em especial na segunda) estes meios de informação conseguiram trazer o conflito para a porta da frente dos cidadãos dos seus países.

No que diz respeito à ordem de importância, o panorama continuava praticamente igual ao da era anterior: A imprensa continuava a ser o meio por excelência. Com o auxílio do telégrafo e do telefone, o media mais antigo conseguia manter um nível constante de informação e, por consequência, entregava aos seus leitores a maior fatia de notícias entre os vários meios de comunicação. Os textos detalhados, vívidos e contados por diversas abordagens, falavam dos embates já decorridos e contavam em pormenor como se viviam os dias nas trincheiras. As fotografias eram o seu maior trunfo, já que aliadas às grandes ilustrações davam credibilidade aos textos e representavam em papel o que estava a acontecer por lá. Os relatos dos correspondentes da imprensa moviam a opinião pública que, consoante as publicações, apoiava ou rejeitava a guerra. Aparte a exagerada prática do sensacionalismo, com os títulos apelativos e textos com “pontos” acrescentados que roçavam o irreal, durante as guerras mundiais foi a primeira vez que a imprensa se assemelhou ao que conhecemos do meio hoje. Porém, a partir de 1939, aquando do início da segunda grande guerra, o meio impresso viria a conhecer um novo rival, que eventualmente lhe roubaria o protagonismo: a rádio.

A introdução da rádio no jornalismo de guerra teve o impacto esperado: a novidade do som, que ainda se estava a enraizar e a expandir como meio, trouxe a competição para as portas da imprensa impressa. Ainda que o papel tivesse mantido a “excelência” da

informação, a rádio lutou pelo primeiro lugar com denodo, pois a seu favor estava um fator que a imprensa não podia igualar: a proximidade que o som proporciona, e com a qual nem a fotografia rivalizava. Empenhadas em marcar presença assídua nas batalhas, estações como a britânica BBC transformavam carros e carrinhas em autênticos estúdios móveis, que apesar da fraca capacidade de memória de gravação conseguiam manter um contacto eficaz entre o conflito e a população. A novidade da voz e do som leva ao aparecimento de um novo grupo de correspondentes de guerra especializados na descrição- o que, à semelhança do que aconteceu com o aparecimento do telégrafo, acarretou uma nova adaptação da linguagem utilizada. O novo meio obrigou os repórteres a uma abordagem que entregasse aos ouvintes tanto palavras como imagens, para além de criar um novo tipo de intimidade que funcionava tanto para as massas como para a audiência individual. (McLaughlin, 2002, p. 36) É aberto um novo capítulo na história do jornalismo dos conflitos, nasce um novo tipo de especialização de guerra, o contado na primeira pessoa, pela voz real de quem está a viver a frente. Mais do que ler o jornal, programas de informação como *Reportagem de Guerra*⁶ eram essenciais para saber o que estava a acontecer, e popularizaram repórteres como os britânicos Frank Gillard e Richard Dimbleby. Este último ficou famoso pela reportagem da libertação do campo de concentração de Belsen, na Alemanha, um relato tão chocante que os representantes da BBC recusaram admitir que pudesse ser verdade.

Por último, temos o *film*, o cinema, um meio em desenvolvimento e que iria culminar na criação e massificação da televisão alguns anos mais tarde. Como forma de jornalismo não era algo muito relevante e pecava ainda pela falta de conteúdo. Isto é, as pessoas deslocavam-se aos locais próprios de projeção mas viam mais da vida dos soldados do que as batalhas propriamente ditas. O curto vídeo do desembarque na Normandia em 1944 e as imagens da libertação dos campos de concentração estão entre alguns dos mais importantes registos da época com recurso à filmagem. De qualquer das formas, era mais um passo na evolução da forma de entregar a informação.

Então o que tornou este período tão negro na história do jornalismo de guerra? O problema, o fantasma que assombrou os correspondentes vai além dos progressos tecnológicos da cobertura. Durante as guerras mundiais a questão foi outra que não a tecnologia, tratou-se sim de um problema ao nível do conteúdo das publicações e transmissões, ao nível da pressão governamental, da censura e da propaganda. Pois, se ainda hoje a publicidade encontra nos media o seu espaço predileto, já durante a primeira metade do século passado assim era, a diferença era que em altura de guerra não se tenta vender produtos, mas sim ideais políticos.

Tanto o jornalismo impresso, como a rádio e o cinema estavam carregados de pressão por parte do governo, que só deixava passar certas notícias. No início da primeira grande

⁶ “Reportagem de guerra”, do original *War Report*.

guerra os jornalistas estavam mesmo proibidos de publicar qualquer material sobre o conflito em si, e se arriscassem avançar para o seio do combate não lhes era oferecida qualquer proteção, arriscando-se a ser tratados como espões inimigos. Era do interesse do governo que os acontecimentos da guerra não chegassem a casa, por um lado para não correr o risco de perder o apoio nacional, por outro para que informações privilegiadas não chegassem aos ouvidos do inimigo. A verdade é que apenas a partir de 1915 os jornalistas passam a poder cobrir a guerra, no entanto, o grupo seria escolhido a dedo (sistema *pool*) e apenas cinco jornalistas aprovados seguiram para a frente. Sob uma censura apertada e altamente controlados pelos militares, apenas as informações da vida das trincheiras eram objeto de publicação. E quando se escrevia sobre os combates, o assunto era descrito da forma que o governo entendia e apenas quando as batalhas tivessem terminado. O que levava a que, muitas vezes, o conteúdo se tornasse obsoleto por já ser do conhecimento dos leitores. Até 1917, altura em que os EUA entram na guerra, os relatos publicados neste país eram os únicos que podiam ser tomados como sérios, ainda que após essa data começassem também a perder isenção.

Já durante a segunda guerra, o processo voltou a repetir-se, com os jornais e rádios a servirem um propósito de propaganda nacional, ocultando e distorcendo factos, e publicando histórias que não tomaram lugar. Ainda que durante a segunda guerra as pressões tenham sido menores e o número de correspondentes tenha aumentado, era necessário consultar tanto a imprensa do lado dos Aliados, como do lado do Eixo, para se encontrar um “meio-termo” que mostrasse um pouco da verdade. O problema maior, no entanto, eram os próprios correspondentes, que sabiam bem que estavam a ser utilizados para uma campanha de propaganda nacional, e ainda assim desistiram de lutar. Durante o conflito, o correspondente Ed Murrow (rádio), que reportava para a CBS a partir da Inglaterra, por exemplo, admitiu que sabia que estava a ser manipulado para empurrar os Estados Unidos a entrar na guerra (McLaughlin, 2002, p. 36). Não existia liberdade jornalística e, à exceção de alguns *freelancers*, os repórteres conformaram-se com este facto e compactuaram. Foi exatamente pelas mentiras e propaganda que a primeira metade do século fez recuar esta especialização jornalística.

Assim, ainda que em termos de tecnologia e cobertura, a primeira metade do século XX tenha sido muito relevante para a história, não deixa de ser um período vergonhoso para o jornalismo de guerra. Foi a época da propaganda, da censura e autocensura no jornalismo, assunto que agora apenas quis introduzir e que abordarei com mais detalhe no ponto número três do próximo capítulo desta dissertação.

2.3 As faces da guerra: A era da televisão

Sei que acabo de perder a grande imagem da minha carreira jornalística: filmar um soldado a cortar o pescoço a um prisioneiro. Uma imagem que iria correr o mundo. Mesmo que a registasse,

mantenho a certeza que não a poria no ar. Nunca mais conseguiria deitar a cabeça numa almofada e dormir tranquilo. (Castro, 2007, p. 79)

A transcrição acima, retirada do livro *Repórter de Guerra* do correspondente da RTP Luís Castro, remete já para o final do século XX, exatamente para Angola em 1999. Na situação relatada, o jornalista viu-se perante a escolha entre registar em vídeo a imagem de um soldado a decapitar um inimigo ou tentar impedir o acontecimento. Para a grande maioria das pessoas esta não será uma escolha difícil, será até óbvio que salvar uma vida humana é mais importante que o registo de uma imagem, mesmo quando o teor de raridade e exclusividade seja enorme. E Castro assim escolheu. No entanto, o que é importante denotar no contexto deste capítulo prende-se com outra questão: meio século antes deste evento, tal preocupação em conseguir, ou não, uma imagem era praticamente inexistente. E se Luís Castro teve a serenidade para não só não registar o acontecimento, mas também evitar que o prisioneiro fosse morto naquele momento, o mesmo não se pode afirmar da generalidade dos seus colegas na guerra do Vietname, que cerca de meio século antes introduziram uma nova modalidade do jornalismo de guerra: a da televisão.

Com a massificação da “caixinha mágica” nos anos 50, o jornalismo de guerra atinge uma nova era, a da imagem. Ainda que o filme não fosse uma novidade, a possibilidade de ter a imagem em movimento em casa revolucionou a maneira de reportar um conflito. A partir da segunda metade do século XX já não era apenas possível ler ou ouvir sobre o que estava a acontecer, era também possível assistir, como se um par de olhos extra de cada cidadão tivesse sido levado com as tropas. Assim, tal como a segunda grande guerra funcionou como teste e catalisador para a rádio como meio jornalístico, a guerra do Vietname (1955-1975) foi o da televisão, ficando o conflito conhecido para a história como o primeiro verdadeiramente televisionado. A partir desta data passou a ser possível ver em imagem real as batalhas, as aldeias atacadas, os feridos e os mortos, mas principalmente os rostos dos civis e soldados afetados pela guerra. Estes últimos que, pela primeira vez, podiam contar na primeira pessoa tudo o que vivenciaram durante a guerra.

A introdução da televisão permite a substituição do repórter como centro da ação, : o público deixa de estar dependente do relato do jornalista para entender o que aconteceu. Com a imagem em movimento aumentam as diferenças de opinião na população, que, julgando pelo que observa no aparelho, passa a traçar a sua própria visão dos acontecimentos. O problema da televisão era apenas um: o choque causado na audiência. Porque o público não estava habituado a ver como a guerra era realmente, as imagens fortes dos feridos e mortos, ???, chocavam a população. Um fator que, aliado ao aumento da interpretação pessoal, criou um dos maiores mitos do jornalismo: o de que foram os media os responsáveis por denegrir a imagem dos Estados Unidos no que toca à guerra, e, por consequente, causaram a retirada das tropas do solo Vietnamita.

Assim, o que tornou este novo meio tão importante para o jornalismo de guerra, ao ponto de criar uma nova era, prende-se com três características fundamentais: o acréscimo da quantidade de informação, a credibilidade e sensação de realidade, e o já explicado aumento das possibilidades de interpretação por parte do espetador.

No que toca à primeira característica, ainda que as imagens chegassem aos televisores com dois ou três dias de atraso em relação aos eventos, o novo meio permitiu o aumento exponencial da informação que era fornecida à população. O sucesso das reportagens levava à procura de diferentes abordagens, de modo a que não se restringisse o público a um tipo de conteúdo, explorando vários pontos de vista da guerra. Se nem todos os dias se filmavam canhões a disparar, procuravam-se outras histórias, como as dos dias nas trincheiras ou as que eram contadas pelos civis. A quantidade da informação notou-se também ao nível dos outros meios, imprensa em papel e rádio, que, com a chegada da televisão, passam a ter de oferecer maior conteúdo para competir com a “caixa mágica”.

Quanto à segunda característica, a credibilidade, a televisão conseguiu o que nenhum dos outros meios havia sido capaz até ali: a eliminação da desconfiança perante os media. Ainda que eventualmente a população se apercebesse que, tal como a rádio e o papel, também a imagem podia ser manipulada, a televisão criou a geração do “ver para crer”, a mesma geração que utiliza a expressão “eu sei, porque vi”, ou “é verdade, vi nas notícias”. A introdução da televisão trouxe uma nova confiança para com os jornalistas, isto porque à partida, se foi filmado, aconteceu. Se na imprensa em papel havia os “yellow” que inventavam histórias, se na rádio nada garantia que o locutor não estivesse apenas a ler um texto (como aconteceu com a transmissão da *Guerra dos Mundos* por Orson Welles)⁷, em teoria, isso não aconteceria na televisão. A imagem real desmistificou a guerra aos olhos do cidadão comum, que pela primeira vez já não desconfia que os relatos sejam exagerados e passa a acreditar que as histórias de terror que os soldados e jornalistas traziam da frente eram reais. Criou-se uma nova sensação de realidade para com a guerra que, por si só, levou à já explicada terceira característica: o aumento das possibilidades de interpretação por parte do espetador.

Quando chegamos a 1975, a televisão já se tinha sedimentado como o poderoso meio de comunicação que conhecemos hoje. Ainda que muitos historiadores identifiquem a rádio como o meio mais potente até ao final dos anos 80, a verdade é que após a introdução da TV no Vietname, a forma de cobrir uma guerra nunca mais foi igual. E não se sabia na altura que o verdadeiro poder deste meio ainda estava por ser revelado, pois quando a primeira guerra

⁷ No dia 30 de Outubro de 1938, véspera de Halloween, Orson Welles leu uma adaptação do livro *Guerra dos Mundos* de H. G. Wells em direto na rádio americana CBS. Ainda que tivesse sido anunciado que se tratava de ficção, a leitura e dramatização da história em formato de noticiário causou pânico em grande parte dos ouvintes do programa, que julgavam que o mundo estava realmente a ser invadido por marcianos.

do Golfo começa em 1990 ela traz consigo a última era do jornalismo de guerra, a do imediatismo.

2.4 Notícia em atualização: A era do imediatismo

O final do século XX e o início do atual trouxeram a única coisa que faltava ao jornalismo: a instantaneidade da informação. Quando chegamos a 1990 a televisão já ocupa o lugar de meio de informação preferido da população, deixando a rádio para segundo plano, e a imprensa em papel já aposta no aprofundamento da informação ao invés de procurar tanto a novidade. Assim, a nova, e última, fase do jornalismo de guerra não é tanto uma era de inovação, mas sim de aperfeiçoamento tecnológico dos meios disponíveis. O direto televisivo, os canais de notícias 24 horas e a comercialização da internet são os responsáveis pela era da instantaneidade. E enquanto a comercialização da internet é um assunto à parte, os dois primeiros aperfeiçoamentos estão intimamente ligados. Ainda que funcionem perfeitamente separados, no que importa para o jornalismo de guerra, o direto televisivo e os canais temáticos de notícias fazem parte da mesma história. Não é ao acaso que se chama aos relatos americanos da primeira guerra do Golfo, “efeito CNN”.

Aquando do seu lançamento, em 1980, a *Cable News Network* (CNN) era algo único no mundo. Graças ao surgimento da televisão por cabo, e dos canais temáticos como consequência, tornou-se possível e viável um canal que transmitisse apenas informação, 24 horas por dia. Mais uma vez, seria uma guerra o verdadeiro teste para a nova linha de informação e, com a CNN, o “teste” foi a guerra do Golfo. O conflito que durou entre 1990 e 1991 foi a primeira guerra em direto, com a CNN a mostrar o que prometia na sua premissa, atualizar a audiência com novas informações sempre que necessário. Infiltrados no seio das tropas, os jornalistas tinham possibilidade de documentar e mostrar ao público mundial toda a guerra, e se não contarmos os problemas de censura e falta de imparcialidade (que abordarei no ponto 2 do próximo capítulo), o teste CNN foi um sucesso. Pela primeira vez as reportagens não demoravam dias a chegar, e o recurso ao direto no local permitia o envio de informação que era demasiado importante para esperar pela edição. Tudo estava preparado para uma cobertura de luxo, havia até camaras instaladas nos tanques e outras armas bélicas para que o público tivesse a mesma visão do soldado. O jornalismo de guerra tinha dado um passo decisivo para a especialização, já era possível mostrar “na hora” o desenrolar do destino de toda uma nação.

Todo este imediatismo apresentava apenas um problema: tal era a necessidade de informação provinda do maior evento mundial da altura e a facilidade com que as transmissões podiam ser efetuadas, que se assistiu a um processo de excesso de notícias. A vontade de alimentar o canal 24 horas que servia de base para a informação mundial era tanta, a necessidade de mais um exclusivo ou de uma imagem nova era tão aguda, que se deu um retrocesso na especialização. Assiste-se à difusão de notícias sem grande relevância e,

com o uso repetido do direto, muitas vezes o único interveniente da notícia é o repórter do momento. Não existindo, assim, outros pontos de vista (um ou mais entrevistados no local), sendo muitas vezes o relato irrelevante, pois aquilo que ouvimos da boca do repórter é o que também “nós” conseguimos ver. De qualquer das formas, antes o excesso que os dois dias de atraso do Vietname.

Por último, a internet. A sua comercialização e o conseqüente aperfeiçoamento do novo meio é a última etapa na história do jornalismo de guerra. Enquanto a imprensa em papel e a rádio procuravam novas estratégias para não cair no esquecimento e a televisão inovava com a imagem em direto e os canais 24 horas, o novo meio, que combinava todos os outros, estava a crescer. Quando se assiste ao salto da simples e estática *World Wide Web* para a inovadora e interativa Web 2.0, o jornalismo ganha um novo aliado e as páginas *online* um novo significado e relevância. Não fosse assim e nenhum jornal estaria a apostar nos conteúdos noticiosos pagos *online*, ou em outros serviços *premium* que fidelizem o utilizador à sua página da Net além do meio mais tradicional. E, no que toca à especialização que estou a abordar, o meio digital trouxe três grandes novidades que podem tornar os outros media obsoletos: imediatismo melhorado, convergência de conteúdos e liberdade de criação.

Quanto à primeira, a internet consegue uma grande vantagem em relação à televisão, por exemplo. Apesar de se manter o risco da publicação de conteúdo desnecessário (como acontece na TV com o excesso de diretos) o seu conteúdo pode ser ignorado pelo utilizador, que pode escolher não abrir as notícias - ao passo que na televisão, assim como na rádio, para tal tem de mudar a estação. Depois, existe uma maior seleção ao nível de conteúdo, como não existe no direto tradicional da TV e rádio, em que o repórter fala diretamente; algum excesso de informação é facilmente subtraído ao texto, ao mesmo tempo que a voz ou o vídeo podem ser editadas. Mas se o conteúdo for realmente importante, e não existir tempo de o filtrar, temos a recente modalidade de atualizar o *website* através de um telemóvel ou *tablet*, onde quer que se esteja e sem necessidade de grandes equipamentos.

No que diz respeito à convergência de conteúdos, também o novo meio é superior aos anteriores. Uma das bases de sustentabilidade da internet é exatamente a possibilidade de conter texto, galerias de fotografias, som, vídeo, notícias relacionadas ao tema e possibilidade de pesquisa de conteúdos publicados anteriormente, tudo no mesmo ecrã. Mesmo que hoje já seja possível nos serviços de televisão paga retroceder no programa que estamos a assistir, ou procurar um noticiário anterior, ainda não se dispõe da comodidade que o *online* oferece. Numa rápida pesquisa conseguimos milhares de notícias, vídeos, fotografias e relatos áudio sobre recentes conflitos como a guerra do Iraque, da Geórgia ou sobre as revoltas civis dos países árabes. Mas também milhares de arquivos e informações sobre todas as guerras da história mundial. Para além de que a internet continua a ser um meio gratuito no que se refere à maior parte dos conteúdos, não acrescentando na fatura mensal do serviço a visita a 10 ou 100 jornais diferentes.

Este carácter gratuito de que a internet dispõe é, aliás, a razão do exponencial desenvolvimento do meio e da terceira grande vantagem, a liberdade de criação. Uma das maiores potencialidades que a Web 2.0 trouxe foi a interatividade e a possibilidade de criação de conteúdos pelos utilizadores da internet. Os media tradicionais deixaram de ser os únicos a poderem lançar opiniões no espaço público, que atingissem um grande número de pessoas. Começando pelas secções de comentários das páginas dos jornais, é hoje possível obter um *feedback* imediato por parte dos visitantes acerca de um determinado artigo e obter as críticas à cobertura dada a um evento. As páginas pessoais de publicação de conteúdos, os blogues, permitem que qualquer cidadão, se assim o quiser, tenha o seu próprio diário de notícias. Estes *websites*, muito populares na altura da segunda guerra do Golfo, eram fontes de informação e opinião sobre o que estava a decorrer durante o conflito, pertencendo muitos deles a jornalistas que os usavam para relatar a experiência de cobertura de uma forma que não a do formato notícia. Para concluir, e como serviço mais recente, temos ainda as redes sociais e os *sites* de publicação de áudio e vídeo. *Websites* como o *Twitter*, *Facebook* ou o *Youtube* possibilitam a difusão de conteúdos a nível mundial e a partir de um computador, telemóvel ou *tablet*. Este género de páginas já conseguiu ter influência no decorrer da história mundial, quando vários civis as utilizaram para alertar a comunidade internacional para problemas do seu país. Foi assim que se conheceram violações de direitos pessoais em conflitos como os do Egipto, Síria ou Líbia durante a “Primavera Árabe”, por exemplo, através de mensagens e vídeos disponibilizados por civis nas suas contas pessoais. As redes sociais tornaram-se um conjunto de ferramentas que, após verificação de conteúdos, são valiosíssimas para um jornal, rádio, televisão, ou, principalmente, um meio *online*, que pode até disponibilizar junto com a publicação uma hiperligação para o conteúdo original.

Um dos grandes problemas que a internet pode apresentar é a falta de confiança que os leitores, por vezes, podem depositar nos conteúdos encontrados. Com a massificação da criação livre de conteúdos descrita acima e de programas informáticos que permitem a adulteração de imagens (ou até o fabrico de produções falsas), o meio digital não consegue o que a TV alcançou durante o Vietname. Dando origem a expressões como “não acredite em tudo o que vê na internet”, o novo meio apresenta este defeito em relação ao seu antecessor, reavivando um pouco a memória dos “*yellow*” do século XIX.

Mas sobre credibilidade, censura, autocensura, forjamento de provas e falso jornalismo falarei no próximo capítulo. Por agora resta-me finalizar com a certeza de que nenhum meio de comunicação se revelou perfeito para a cobertura de um conflito. No entanto, ao mesmo tempo, vale realçar e enaltecer que a especialização de guerra evoluiu muito em cerca de um século e meio de existência. Desde William Howard Russell até à Primavera Árabe foi um longo e árduo caminho pela melhoria da informação.

Capítulo II. Falso jornalismo: A influência dos media nos conflitos e a questão da imparcialidade.

O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.

Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, 1993 (Gradim, 2000, p. 91)

As linhas acima transcritas constituem o primeiro ponto do código deontológico do jornalista português, muito provavelmente o mais importante de todos os dez, fundamental para qualquer trabalho jornalístico. O rigor, a exatidão e a honestidade, leia-se a imparcialidade, devem ser os mantras de qualquer profissional. A opinião, essa, todos temos direito a uma, mas haverá lugares mais apropriados para a exprimir que numa notícia ou reportagem. Até porque a opinião de um jornalista nunca é tomada como nula, e acaba sempre por influenciar alguém; é por isso que existe o direito de resposta, e é essa também a razão de muitos jornalistas passarem, ao longo das suas carreiras, pelo banco dos réus, como alvos de processos e acusações. Certos poderes não podem cair nas mãos erradas, e não se pode negar que os media são um poder. A prova está na história mundial: imprensa, rádios, televisões e web partilham a responsabilidade de terem influenciado guerras e outro tipo de conflitos durante décadas, mesmo séculos. Situações espontâneas ou propositadas influenciaram decisões, irritaram ou acalmaram populações, até Estados, e mudaram opiniões (seja para melhor ou pior), redefinindo ideias e lados a tomar durante uma guerra.

Desde os primeiros repórteres de guerra, passando pelo caso de William Randolph Hearst, os relatos da segunda grande guerra, o patriotismo pós-11 de Setembro, as caricaturas de Maomé, até à Primavera Árabe de 2012, a história está repleta de casos insólitos, verdadeiros atentados ao bom jornalismo, que não só demonstram a influência dos media para com Estados (e vice-versa) e cidadãos, mas também revelam por vezes falta de carácter da própria indústria mediática. Afinal ter um jornal, uma rádio, televisão, ou uma página de internet é ter um negócio como outro qualquer, onde o lucro interessa. Não esquecendo, claro, o seu poder como motor propagandista de ideais religiosos, políticos, ou quaisquer outras, e como veículo de opiniões pessoais que tenham ou não repercussões nacionais ou mesmo a nível mundial. E se a corrente do rio mudar de direção e voltar em força contra a nascente, existem sempre as leis de proteção de imprensa e liberdade de expressão para se poder dizer o que se quiser.

Ao longo deste capítulo vamos debruçar-nos sobre 6 casos em que a falta de imparcialidade e a intervenção por parte de jornalistas foram tão evidentes, que tiveram influência no decorrer de conflitos armados. Ficará evidente que não só o jornalismo de guerra é o género, de todas as especializações jornalísticas, que mais controvérsia consegue

gerar, mas também que, na maioria dos casos, a culpa não se deve só ao repórter. A verdade é que muitas vezes tudo depende do Estado e da época em que decorrem os eventos, isto é, tudo reverte por inerência para a “mentalidade” e cultura atual da população onde se vive. O primeiro caso será um dos grandes exemplos disso; não se tratando de uma guerra, trata-se de eventos que poderiam ter conduzido a uma, provocados por um “simples” jornal dinamarquês.⁸

1. Desenhos Hostis

Antes de sequer abordarmos a questão, há que ter em conta que uma situação destas dificilmente teria acontecido antes do século XXI, leia-se, antes da massificação da informação como a conhecemos hoje. Rádios, televisões, canais que emitem notícias 24h por dia e, principalmente, a internet, tornam possível que a informação de um evento ocorrido até no mais remoto lugar do planeta consiga chegar a todo o mundo em questão de minutos. A tecnologia resolveu o principal problema dos media, a velocidade da informação. Já não é preciso esperar pelo dia seguinte para ler o jornal, nem pela próxima hora para ouvir o noticiário na rádio ou televisão; hoje, como sabemos, basta ligar o computador ou tirar o telemóvel do bolso para ler, ou partilhar informação. Pessoalmente, desconfio que a este nível já atingimos o expoente máximo humanamente alcançável. Mais rápido que segundos, só se um dia pudermos esperar que algo aconteça, sabendo já o que aconteceu. Foi exatamente esta velocidade da informação que aumentou o poder dos media sobre as populações mundiais, como se irá mostrar de seguida.

O caso remonta a Setembro de 2005, quando o jornal dinamarquês *Jyllands-Posten* pediu a 40 cartoonistas que desenhassem caricaturas do profeta islâmico Maomé, das quais 12 seriam publicadas na edição de dia 30 do mesmo mês. As caricaturas que tinham sido divulgadas “num espírito de provocação, reivindicando o direito a ‘desafiar, humilhar e blasfemar’ o islão, segundo o editorial” (Pedro, 2006) da mesma data, tiveram repercussões à escala mundial, em grande medida previsíveis e que durariam até aos dias que correm.

Durante os meses que se seguiram à publicação tornaram-se recorrentes as manifestações contra as caricaturas, não só na Dinamarca, mas também em vários países islâmicos. Editor e cartoonistas do *Jyllands-Posten* receberam ameaças de morte (passaram mesmo a viver escondidos) e começaram os boicotes a produtos dinamarqueses comercializados em países muçulmanos como Arábia Saudita, Kuwait ou Emirados Árabes Unidos. Choveram críticas de vários ministros dos negócios estrangeiros de países islâmicos para com o primeiro-ministro dinamarquês, Anders Fogh Rasmussen, exigindo-lhe que pedisse desculpas pelo sucedido e proibisse as caricaturas. E, apesar de eventualmente o pedido ter sido atendido através de uma carta de Rasmussen dirigida à Liga Árabe onde condenava

⁸ Como se verificará, estes casos não são apresentados e discutidos por ordem cronológica, mas antes pela ordem lógica e epistemológica imposta pelo nosso tema.

quaisquer formas de ataques a etnias e religiões, o primeiro-ministro dinamarquês tentou distanciar-se do caso, alegando não controlar os media e defendendo sempre a liberdade de expressão.

Já no ano de 2006, a situação torna a agravar-se quando o norueguês *Magazinet* publica as mesmas caricaturas em forma de protesto e a favor da liberdade de expressão, ação que é partilhada por outras revistas e jornais europeus: na França, o *France Soir*, na Espanha, o *ABC* e o *El Periódico*, na Suíça o *Blick* e o *La Tribune*, e na Alemanha o *Die Welt*, tendo este último sido o único media de referência europeu a publicar as caricaturas pela liberdade de expressão. (Pedro, 2006) Esta tomada de posição conjunta voltou a acender a polémica em redor dos *cartoons* e levaria a um pedido de desculpas por parte das redações do *Jullands-Posten* e *Magazinet* a todos os que se sentiram ofendidos pelas imagens. Isto, após milhares de palestinianos terem queimado uma foto de Rasmussen, em frente às instalações da União Europeia na faixa de Gaza, num protesto organizado pelo grupo Jihad Islâmica (Pedro, 2006).

Seguem-se novos pedidos por parte de países árabes para que as caricaturas sejam proibidas. Ministros dos negócios estrangeiros de 17 países islâmicos reúnem-se em Tunes para discutir o assunto e aumentar a pressão para que o primeiro-ministro dinamarquês assuma controlo sobre os media do seu país, sempre alegando que a representação do profeta do islão é proibida. Só nesse ano 3 embaixadas dinamarquesas seriam atacadas e pelo menos 50 pessoas viriam a perder a vida, na Ásia, África e Médio Oriente, por eventos relacionados com as publicações. “A situação diplomática foi apodrecendo, explorada, em paralelo, pela extrema-direita xenófoba dinamarquesa e por radicais islamitas no Médio Oriente” (Pedro, 2006), que ameaçavam não deixar o assunto cair no esquecimento. A confirmação destas palavras chegaria dois anos e meio depois, já em 2008, quando três indivíduos tentam assassinar Kurt Westergaar, um dos cartoonistas.

Apesar de falhada e de os três homens terem sido detidos, a tentativa de assassinato não seria recebida com ânimo leve na imprensa dinamarquesa. “Cinco grandes jornais diários, outros dez mais pequenos, e um diário sueco decidiram imprimir outra vez o polémico desenho, considerado ofensivo e desrespeitador do fundador Maomé.” (Reuters, 2008) E como “amor com amor se paga”, a resposta dos radicais islâmicos também não tardaria, quando a 20 de Março do mesmo ano, um pouco por toda a imprensa mundial, surgem declarações atribuídas a Osama Bin Laden (ex-líder da Al-Qaeda) que ameaçam toda a União Europeia.

Os “homens sábios” da União Europeia “foram longe de mais” na sua “não-crença” e libertaram-se “das etiquetas da disputa e dos conflitos, chegando ao cúmulo de publicarem esses desenhos insultuosos”. “Isso foi um grande erro e um muito perigoso”, ameaça. Bin Laden indica igualmente na gravação (...) que as caricaturas fazem parte de uma “cruzada” na qual esteve envolvido o Papa Bento XVI. (Agências, 2008)

Porém, não seriam Bin Laden nem a imprensa dinamarquesa a colocar um ponto final na polémica; 2012 voltaria a ser um ano de revolta para a comunidade islâmica. Numa altura em que, um pouco por todo o mundo, os muçulmanos se manifestavam contra o filme norte-americano *Innocence of Muslims*, onde se vê Maomé envolvido em cenas de sexo, com mulheres e homens, e a aprovar o abuso sexual de crianças, a revista francesa *Charlie Hebdo* decide publicar novas caricaturas do profeta islâmico. Fazendo referência ao filme *Intochables*, que conta a história de um homem tetraplégico que encontra no seu novo assistente um amigo para a vida, na caricatura publicada na capa da revista vemos Maomé numa cadeira de rodas a ser empurrado por um judeu ortodoxo, lendo-se *Intochables 2* como título. Outros desenhos foram igualmente colocados no interior da revista, onde se vê, por exemplo, o profeta do islão nu. A revista já era famosa pelo seu carácter satírico e provocador, pois já em 2006 tinha sido um dos media europeus a publicar as caricaturas do *Jullands-Posten*, tendo mesmo os responsáveis da publicação sido presentes a tribunal. E, apesar de absolvidos, a redação não se livrou de ser atacada em Novembro de 2011 com uma bomba incendiária que destruiu a sua sede. Charb, o diretor do semanário, volta, no entanto, a argumentar que se trata de defender a liberdade de expressão e não de uma provocação.

“Se nos começarmos a questionar se temos ou não o direito a desenhar Maomé, ou se é perigoso fazê-lo, a questão seguinte vai ser se podemos representar os muçulmanos num jornal. E depois talvez nos questionemos se podemos representar seres humanos, etc. No final, não poderemos representar nada. E um punhado de radicais que se mobilizaram pelo mundo e em França terão ganho”, afirmou o diretor em declarações à rádio RTL. Trata-se, portanto, de exercer a liberdade de expressão e de imprensa, sustenta Charb. (Ferreira, 2012)

No entanto, a sua visão não foi partilhada pelos responsáveis do Governo francês, que apesar de defender a liberdade de expressão, desaprovou as caricaturas. Temendo consequências fortes, as embaixadas, escolas e outros edifícios diplomáticos franceses em países muçulmanos foram encerrados por precaução. Houve novos protestos e nova pressão sobre o governo francês por parte de líderes islâmicos para que as caricaturas fossem proibidas; gerou-se, tal como em 2005 com a Dinamarca, novo clima de tensão diplomática.

Assim, apesar de não ter resultado num conflito armado, a polémica que as caricaturas geraram tinha potencial para originar um. Provavelmente, se um evento destes conseguisse, de alguma forma, ter tomado estas proporções há meio século atrás, talvez uma guerra tivesse surgido. Este caso não só provou o enorme poder dos media em gerar opiniões distintas capazes de enfurecer alguns, ou de ser irrisórias para outros, mas também revelou a importância de um dos maiores trunfos que a imprensa tem face à lei. Como referi anteriormente, todas as publicações foram sustentadas pelo argumento da liberdade de expressão e da imprensa. E os governos nada podem fazer, pois qualquer ato que vá contra algo que uma revista ou jornal publique é visto como censura, e aí é o próprio governo quem perde credibilidade perante os cidadãos. Mas até que ponto deve ser assim? Como veremos no caso de William Randolph Hearst, esta liberdade “sem limites” pode trazer consequências gravíssimas se não se tiver atenção. Claro que o caso foi mais grave e não se tratava de umas

simples caricaturas, mas aqui outra questão se levanta: não terá Charb razão? Dado o abismo cultural que existe entre ocidente e oriente relativamente ao poder que a religião mantém nas próprias estruturas governamentais (na maioria dos países islâmicos o Estado não é laico), que sentido faz tanta discussão? Uma publicação assim seria impossível num país islâmico desse género, mas nem Dinamarca, França ou qualquer outro membro da União Europeia representam tal modelo. Tal como os países laicos não podem obrigar a que a *burka* desapareça fora dos seus limites territoriais, o mesmo serve para o que se publica sobre Maomé fora dos países islâmicos. Haverá sempre quem se ofenda com qualquer assunto publicado, não se pode agradar a todos os cidadãos por igual; a questão será como podemos impedir que a imprensa não sirva para atacar propositadamente. Porque, como se provou, uns vulgares desenhos publicados num jornal na Dinamarca podem levantar milhares de hostilidades do outro lado do mundo.

2. As aparências são tudo: Vietname e Golfo

Ilustração 6: "O Terror da Guerra" foto por Nick Ut (vencedora do prémio *Pulitzer* de 1973 na categoria de *Spot News Photography*)



(Fonte: <http://www.pulitzer.org/awards/1973>)

Um dos mitos mais duradouros da história do jornalismo de guerra é o 'Síndrome do Vietname', a crença generalizada de que os media generalistas americanos eram contra a guerra do Vietname e abertamente hostis às tropas dos Estados Unidos e seus clientes Sul Vietnamitas; e como resultado da sua cobertura crítica fizeram os EUA perder a guerra. Isto, claro, tem pouca ou nenhuma relação com a cobertura real da guerra pelos media. (...) (McLaughlin, 2002, p. 73)⁹

⁹ One of the most enduring myths in the recent history of war reporting is the 'Vietnam Syndrome', the widespread belief that the mainstream American media were opposed to the Vietnam War and openly hostile to the US military and its South Vietnamese clients; and that as a result of their critical coverage they lost the war for the US. This of course bears little or no relation to the media's actual coverage of the war. (...)

As aparências são tudo. A forma como um governo é visto pelos seus respetivos cidadãos, leia-se, os ideais que apresenta e defende, a forma como lida com situações imprevistas, como guerras ou catástrofes de outra natureza, ou a sua capacidade de resolver problemas que confortarão os seus residentes, é o que determina a confiança e respeito pelas suas decisões. Tudo depende da relação que mantém com os seus cidadãos e a sua competência argumentativa para convencer uma audiência de que o seu plano é o mais adequado para o país, seja para melhor ou o pior. Um dos maiores exemplos da história disto mesmo foi Adolf Hitler que, apesar de estar a encaminhar uma nação inteira para cometer atrocidades e defender ideais hediondos, conseguiu desde cedo ganhar o respeito e confiança dos seus cidadãos ao resolver a crise dos anos 30 e assim levar milhares a morrer pela sua pátria. O segredo está, claro, no poder da propaganda mediática que Hitler controlava completamente, assegurando-se sempre de que as suas verdadeiras intenções não seriam reveladas, defendendo apenas que o seu objetivo era devolver o que era da Alemanha por direito. No entanto, falamos de eventos ocorridos antes da primeira metade do século XX, e de um ambiente ditatorial assente na censura- exatamente o que “traiu” o governo americano na guerra do Vietname (1955-1975) e na primeira guerra do Golfo (1990-1991).

Na primeira, não havia uma tentativa inicial de controlar os media, como na Alemanha da segunda grande guerra, e ao longo deste conflito a imagem que os jornalistas, não só americanos, mas também os dos seus países aliados, passavam acerca do governo dos E.U.A. foi-se deturpando ao ponto de perder o apoio que lhe era dado. Tal ato ajudaria a mudar as opiniões dos cidadãos relativamente ao conflito, que passam a desaprovar em grande escala - um “erro” que seria “corrigido” durante primeira guerra do Golfo. Os norte-americanos acabariam por sair da guerra deixando para trás o mito de que a imprensa era a responsável pela tomada desta decisão.

Será ingénuo pensar que os media americanos realmente causaram o fim da guerra do Vietname. Sem se mostrar influenciados pelo próprio governo americano, o que os jornalistas faziam era apenas o que a sua profissão ordena, mostrar a verdade do a quem doer. Progressivamente, as reportagens deixam de ter um lado preferido, e começa-se a julgar os atos praticados por ambas as partes. Esquece-se o patriotismo, criticam-se abertamente estratégias mal executadas e se os soldados dos Estados Unidos estivessem envolvidos, por exemplo, na prática de crimes de guerra, as imagens e textos não seriam suavizados para bem da nação. Por exemplo, o número de imagens chocantes, como soldados americanos mortos ou de civis apanhados nos bombardeamentos (ver foto atrás) começou a aumentar, e a transformar opiniões que julgavam que aquela era uma guerra “limpa”. O facto de a guerra do Vietname ter sido o primeiro conflito verdadeiramente televisionado também ajudava, as pessoas não estavam habituadas a ver aquele género de imagens, a saber o número dos soldados mortos no dia ou a ver uma fotografia chocante no jornal, era diferente ver as bombas a serem disparadas ou mesmo vê-los mortos na televisão. Como seria de esperar, este

gênero de reportagens não ajudava o governo dos Estados Unidos, aliás, contrastava com o esforço da Casa Branca em mostrar progressos para vencer a guerra, o que levou tanto a administração de Kennedy como a de Johnson a contra-atacá-las com visões otimistas que tentavam “vender” a guerra à população norte-americana. Os jornalistas que questionavam a política e as decisões tomadas dentro e fora do campo de batalha começam a ser tratados como antipatrióticos, liberais e simpatizantes das ideologias comunistas, dependendo da natureza das críticas. Peter Arnett escreveu que os repórteres da guerra do Vietname tornaram-se uma espécie de “rejeitados”, apanhados entre a verdade, aquilo que viam, e a ideia de patriotismo que a nação tinha, ficando destinados a ter de defender o seu profissionalismo para o resto da vida (citado em McLaughlin, 2002, p. 75). Vários exemplos documentados não só provam as palavras de Arnett, mas também mostram que realmente existia uma pressão por parte do governo estadunidense para amaciar a imprensa.

Halberstam, que escrevia para o *New York Times*, ainda hoje é considerado um repórter exemplar pelos liberais ocidentais: ousado e corajoso na perseguição da verdade apesar das críticas que lhe eram dirigidas em “casa” pelas suas reportagens da guerra do Vietname. Nos finais de 1963, a CIA produziu uma análise das reportagens ‘chorosas e pessimistas’ de Halberstam, as quais, apesar de precisas quanto aos factos, ofereciam conclusões sobre os mesmos que questionavam seriamente a sua objetividade (...). Alguns dos setores mais conservadores dos media Americanos também questionaram o jornalismo subversivo de Halberstam. O próprio Halberstam contou como o *New York Journal - Americano* o acusou de ser ‘brando com o comunismo’, ‘abrindo caminho para um Fidel Castro barbudo e vietnamita’ (...). O presidente Kennedy admirou-se em voz alta, perante o para editor do *New York Times*, Arthur O. Sulzberger, sobre se este planeava mudar Halberstam para outro lugar (...). Na verdade, como a maioria dos seus colegas das corporações de imprensa em Saigão (Ho Chi Minh), ele era um jornalista patriótico que questionava certas decisões estratégicas e operacionais que comprometiam os esforços contra os insurretos comunistas e nacionalistas do Vietname. (McLaughlin, 2002, p. 74)¹⁰

Jacques Leslie cobriu a guerra para o *LA Times* de 1972 até Julho de 1973 quando foi expulso do país por ter o hábito de noticiar exclusivos inconvenientes: a tortura de mulheres prisioneiras, a corrupção e as violações de cessar-fogo, e até uma conspiração dos generais do exército Sul-Vietnamita para contrabandear, para fora do país, invólucros de cartuchos de artilharia usados valiosos, , obtendo grandes lucros. Estas notícias eram possíveis porque Leslie cultivava boas fontes tanto oficiais como não-oficiais. ‘Como resultado, claro, fui finalmente expulso do país em Julho de 1973, um ato que a embaixada dos EUA entusiasticamente aprovou.’ (McLaughlin, 2002, p. 76)¹¹

¹⁰ Halberstam, who reported for the *New York Times*, is still thought of by liberals in the West as an exemplary war reporter: bold and courageous in the pursuit of truth in spite of the criticisms ranged against him at home for his reporting of the Vietnam War. In late 1963, the CIA produced an analysis of Halberstam’s ‘lugubrious and pessimistic’ reporting which, although accurate with the facts, drew conclusions from those facts that seriously impugned his objectivity (ibid, p.116). Some of the most conservative sections of the American media also took exception to Halberstam’s subversive journalism. Halberstam himself recalled how the *New York Journal - American* accused him of being ‘soft on Communism’, and ‘paving the way for a bearded Vietnamese Fidel Castro’ (ibid, p. 119). President Kennedy wondered aloud to *New York Times* publisher Arthur O. Sulzberger if he was planning to move Halberstam somewhere else (ibid, p.120). In fact, like almost all of his colleagues in the Saigon press corps, he was a patriotic journalist who questioned certain operational and strategic decision-making that undermined the war effort against the Vietnamese communist and nationalist insurgents. (McLaughlin, 2002: 74)

¹¹ Jacques Leslie reported the war for the *LA Times* from 1972 until July 1973 when he was expelled from the country for his habit of reporting inconvenient exclusives: the torture of women prisoners, corruption and ceasefire violations, and even a conspiracy by South Vietnamese army generals to smuggle valuable used artillery shell cannisters out of the country for a very profitable return. These

A verdade é que o problema estava mais na Casa Branca do que nos media. Existia tanta preocupação de Kennedy e Johnson em realçar o que havia de positivo na guerra, para tranquilizar a população e recriar o ambiente do início do conflito, que pouco ou nada era feito no terreno. Tanto que, quando Nixon realmente fez progressos na frente de combate, a credibilidade dos relatos oficiais já era tão baixa que o resultado na imprensa foi praticamente nulo. E como realmente existia uma política de abertura entre as tropas e a imprensa ao nível da transmissão de informação, não é difícil perceber como foi fácil disseminar o mito de que foram os media quem fez os Estados Unidos “perder a guerra”. A falta de controlo sobre a informação oficial e a liberdade dada aos media para que nunca existissem rumores de censura provou-se um enorme falhanço para o governo norte-americano. E, provando ser “bom aluno”, a Casa Branca repensou esta transparência, o que ficou evidente logo na primeira guerra do Golfo.

Tal como no caso apresentado anteriormente sobre as caricaturas de Maomé, o problema não estava na legitimidade do que se publicava na imprensa, dizia na rádio ou mostrava na televisão, pois factos são factos, e contra eles não há argumentos. As reportagens depreciativas da guerra, à semelhança das caricaturas, eram apenas inconvenientes, ao despertarem na população sentimentos que se tornavam incómodos para os governos e a sua aparência doméstica e internacional. O poder dos media ficou demasiado evidente, e como se vai mostrar em seguida, o que se viu durante a primeira guerra do Iraque representou um total contraste com o que aconteceu no Vietname.

Quando o conflito irrompeu, pensava-se que a comunicação social se encontrava a postos. No final do conflito, chegou-se à conclusão de que se soube menos sobre a Guerra do Golfo do que sobre qualquer outra guerra moderna precedente (Katz, 1992, p. 9). (...) No início do conflito, prometia-se a guerra em direto nos ecrãs de televisão, uma cobertura tão exaustiva como nunca tinha sucedido. A CNN, por exemplo, preparou-se para estar em direto a partir de vários pontos do Globo, de Bagdad a Washington, e foi ela que, verdadeiramente, anunciou à aldeia global, unida pela televisão mundializada, o início da Guerra do Golfo. Porém, a anunciada guerra em direto ficou muito longe das expectativas criadas. Parafraseando Katz (1992, p. 5), “toda a gente” viu o mesmo do muito pouco que houve para ver da Guerra do Golfo. E o pouco que houve para ver não foi mais do que uma mão pouco cheia de aspetos de uma Guerra que os repórteres e especialistas convidados, frequentemente militares, diziam estar em marcha, numa progressão emotiva de eventos, frequentemente mediáticos, suscetível de atrair audiências (Katz, 1992, p. 8). (Sousa, s.d.)

Rápida, cirúrgica, praticamente sem vítimas, limpa. Serão estes os adjetivos mais adequados para descrever o que aconteceu entre Agosto de 1990 e Fevereiro de 1991 em território Iraquiano. A primeira guerra do Golfo parece não ter sido tanto uma “guerra” mas mais um espetáculo televisivo. Um autêntico “*reality-show*” difundido para o mundo inteiro pelas mãos da americana CNN, onde se contou a história dos heróis soldados norte-americanos que partiram para o oriente para salvar as vidas dos civis do Koweit e Iraque das mãos de Saddam Hussein. Foi a primeira guerra em direto, tudo o que aconteceu foi visto na hora,

stories were possible because Leslie cultivated good official and unofficial sources. ‘The result, of course, was that I was finally kicked out of the country in July, 1973, an act the US Embassy heartily endorsed.’ (McLaughlin, 2002:76)

toda a informação era entregue aos cidadãos sem omissões. Afinal como se pode mentir, se vemos os canhões a disparar?

A primeira guerra do Iraque foi tudo isto, com um único problema: o de realmente se assemelhar a um “*reality-show*”. A cada dia esperavam-se novos desenvolvimentos que mostrassem que a vitória estava perto, e que hoje não fosse o dia onde se veriam os caixões a sair para a América. Mas, como sabemos, apesar de num programa deste género podermos ver tudo o que acontece sem a aparente hipótese de sermos enganados, um “*reality show*” tem sempre um certo nível de planeamento e não se pode fazer sem recurso à edição. As imagens e textos da guerra do Golfo eram, no entanto, quase perfeitas, praticamente sem mortos nem feridos, sem civis atacados, sem derrotas para os que foram praticar o “bem”. Mas tal como em todos os “*reality shows*”, há sempre algum momento em que algo não parece bem, em que algo parece encenado, falso. O que aconteceu no Iraque em 1990 e 1991, não se chamará encenação, apenas o “síndrome do Vietname” a trabalhar.

Ironia, sarcasmo, filosofias e teorias de conspiração à parte, a guerra do Golfo provou que os media, apesar de poderosos, podiam ser domados. O que realmente aconteceu foi que, em ambos os lados, os media foram altamente controlados sobre o que podiam mostrar para servir interesses políticos.

(...) As imagens de aviadores americanos prisioneiros transmitidas pelo Iraque, via CNN, eram destinadas a influenciar o moral dos espetadores americanos; as imagens de “guerra limpa” transmitidas pelo exército americano eram destinadas a tranquilizar a opinião pública Ocidental, preocupada com eventuais massacres. (Jespers, 1998, p. 71)

Principalmente no que concerne ao lado americano, o fantasma da “síndrome do Vietname” fez com que apenas se mostrasse, escrevesse ou dissesse aquilo que era autorizado pelos militares e governos. Os jornalistas eram pré-selecionados (sistema de “*pool*”), maioritariamente americanos e ingleses, e (principalmente) as imagens televisivas eram altamente editadas para que se visse o que estava a acontecer, mas de forma a não ferir suscetibilidades nem levantar grandes questões. Uma verdadeira censura da informação que garantia a proteção do governo - tanto que, sensivelmente após duas semanas do início do conflito, ninguém sabia muito bem o que se estava a passar na frente de combate nem quantos mortos havia.

Este foi o primeiro ensaio para os jornalistas “*embedded*” que ficariam famosos na segunda guerra do Golfo, já em 2003. O Governo autorizava a presença de jornalistas escolhidos pelo sistema de “*pool*” (pré-selecionados), autorizados somente a passar a informação permitida, o que resultava obviamente em informações deturpadas. Os repórteres autorizados no terreno eram, assim, involuntariamente relações-públicas dos militares, pois se só o autorizado passava para o público, não podemos falar em informação, mas sim numa propaganda dissimulada que, como seria de esperar, aumentaria a popularidade de George Bush para as eleições de 1992.

Era um falso jornalismo baseado na entreatada: o governo autorizava a presença de profissionais no terreno a troco da “responsabilidade” editorial. O “pesadelo” que havia sido a guerra do Vietname levou, assim, à construção do seu oposto. A título de exemplo fica a transcrição de dois eventos descritos por Jean-Jaques Jaspers, em *Jornalismo Televisivo: Princípios e Métodos*.

(...) Durante a guerra do Golfo, pudemos ver e ouvir o testemunho de uma jovem que contava a invasão da maternidade do Kuwait pelos soldados iraquianos, que desligaram durante a sua passagem as incubadoras dos recém-nascidos; esta entrevista era um documento falso e grosseiro feito pela embaixada do Kuwait em Washington, e a “testemunha” era apenas a filha do embaixador. Da mesma maneira, quando da libertação da Kuwait-City, pudemos ver heroicos G.I entrando, com risco de vida, numa embaixada americana “armadilhada pelos Iraquianos, antes da sua partida”. Ora, uma inspeção feita na embaixada na véspera da gravação destas imagens épicas, mostrara a ausência de qualquer explosivo. (Jaspers, 1998, p. 71)

Se o Vietname mostrou o poder dos media, e a força que a informação pode ter sobre uma população, o Golfo provou que os governos conseguem ser ainda mais poderosos. Esta última guerra não seria o derradeiro conflito a sofrer às mãos do “lápiz-azul”, como veremos; apenas ditou as regras para a cobertura das guerras seguintes. O caso mais evidente será o dos “*embedded*” em 2003, mas a questão das acusações de traição e antipatriotismo que resulta da publicação de tudo o que é incómodo para um governo viria à tona noutros casos. Desde a guerra das ilhas Malvinas (anterior à do Golfo Pérsico) aos dias de hoje veremos que, primeiro, nem só os Estados Unidos censuram os seus noticiários e jornalistas e, segundo, que os media também não são isentos de culpa. Porém, antes disso, é importante notar (e reconhecer) que a isenção no jornalismo já conheceu piores dias, e que apesar da censura podia estar pior. Para tal teremos de recuar à primeira metade do século XX.

3. O mundo em Guerra

As décadas que antecederam a primeira guerra mundial, como já sabemos a este ponto, foram de grande importância para os correspondentes de guerra. Apelada de “era de ouro”, durante a mesma o jornalismo de conflitos armados era altamente relevante e raramente posto em causa, fosse por governos ou pelos editores da imprensa. Era, no entanto, um jornalismo diferente, onde na maioria das vezes se escrevia em formato literário, mostrando a guerra como se tivesse saído da imaginação do próprio jornalista, que, aliás, era o herói da história. Os relatos não eram exatos, nem tão pouco fiáveis. Depois, tinham ainda o problema de, também muito por culpa da época em que estávamos, chegarem tardiamente, sendo comum que só se escrevesse o que aconteceu depois de terminado todo, ou parte, do conflito. Tudo isto mudaria em 1914, quando a prometida “guerra que traria o fim de todas as guerras” irrompeu.

O mundo estava em guerra, vivia-se o momento mais importante da história mundial, o mais pequeno desleixo poderia ser fatal. Assim, os governos queriam proteger-se ao máximo, nenhuma informação estratégica ou de cariz militar poderia cair em mãos erradas. Era,

portanto, obrigatório controlar os media. A informação do que estava a acontecer na frente de combate e as estratégias que estariam previstas para combater a frente inimiga não poderiam, de maneira alguma, chegar às capas dos jornais. A censura tinha de ser imposta e a isenção jornalística teria de morrer. No entanto, há uma razão para o título deste capítulo não ser “A censura dos governos” e sim a “influência dos media e a imparcialidade”. No caso das guerras mundiais veremos que a primeira foi apenas uma consequência da segunda.

3.1 Primeira Guerra Mundial

(...) Em nenhum outro período da história se escreveram tantas mentiras deliberadas quanto na Primeira Guerra Mundial. Os correspondentes tinham o objetivo de proteger das críticas o alto comando e escreviam a respeito da vida nas trincheiras, silenciando sobre os massacres e deixando-se absorver pela máquina de propaganda dos governos. A censura foi usada como nunca. (Moretti, 2004, p. 95)

“A primeira baixa da guerra é a verdade”, disse Hiram Johnson em 1917, e a realidade foi exatamente essa. Nenhum profissional da comunicação poderá, hoje, ter orgulho da cobertura jornalística feita durante a primeira guerra mundial: fraudulenta e mentirosa. Ainda que por vezes apenas por omissão, este período da história ficaria para sempre manchado se a isenção fosse alvo de documentação. Conseguiu-se que o medo tomasse as rédeas do trabalho, que ditasse a liberdade de expressão, que forçasse um patriotismo cego criador de um universo paralelo onde a guerra só corria bem.

No caso anterior vimos que a guerra do Golfo foi apresentada como a guerra imaculada, praticamente sem vítimas nem grandes consequências. O objetivo era não repetir o “síndrome do Vietname” e não deixar que a população tentasse travar a guerra. Mas a guerra do Golfo foi um conflito “pequeno”, envolveu poucos países e dificilmente traria consequências a uma escala global. A primeira grande guerra, travada mais de meio século antes, foi bem diferente, e os líderes dos países envolvidos sabiam, muito bem, que se as atrocidades que eram cometidas na frente de combate alguma vez chegassem a “casa” o conflito teria de cessar.

A intenção dos jornalistas era boa: a ideia era cobrir o conflito em tempo real, apropriado ao que a tecnologia da altura permitia, evidentemente, mostrar todos os eventos relevantes para o desenrolar da ação e tentar não tomar parte por qualquer um dos lados. Mas já diz o ditado que “de boas intenções está o inferno cheio”. De facto, o que realmente sucedeu foi que as notícias pouco ou nada tratavam da guerra, as baixas não eram dadas a conhecer e não interessava que parte estava a contar os acontecimentos, o seu país era o que estava a “ganhar”. Como se deu a transformação de jornalistas em propagandistas de guerra é o que procurarei explicar de seguida.

Tendemos a pensar que o período das ditaduras foi imediatamente antes e durante a segunda guerra mundial. Mas não nos podemos esquecer que, na altura da primeira, a Europa

não era propriamente um modelo da liberdade e da democracia; nem era, sequer, geograficamente o que é hoje. As repúblicas e monarquias eram ainda soberanas e autoritárias, os impérios existiam ainda fora dos livros de história e, com níveis altos de população analfabeta, não era difícil comandar todo um povo para interesses singulares. Fazia-se do medo uma arma e ocultava-se o que fosse preciso sem grandes dificuldades. Foi assim que se dominou a imprensa.

Durante o primeiro ano da guerra foi deixado claro que a imprensa não era bem-vinda na frente do combate. Os jornalistas não eram creditados, não lhes era dado estatuto para trabalhar e os militares tratavam-nos como hostis, como inimigos, principalmente quem decidisse ser imparcial. Inglaterra e França tratavam-nos todos por igual, não importava de onde viessem, estavam autorizados a escrever sobre tudo o que quisessem, exceto sobre a guerra em si. Assim, não é de espantar que a maioria das reportagens tenha sido sobre a vida nas trincheiras. Quando realmente as notícias eram sobre eventos importantes desenvolvidos nas frentes de combate, as informações chegavam pelas mãos de militares, já censuradas pelo “*Press Bureau*”, o órgão que revia os documentos militares antes de os entregar aos jornalistas (no caso da Inglaterra). Essas informações, distribuídas igualmente para todos os profissionais e mais tarde para o mundo inteiro, eram na maioria das vezes irrelevantes para a opinião pública, ou então, ultrapassadas e já conhecidas pela imprensa geral, que já as havia lido noutras publicações de outros países. A vida para os jornalistas independentes era ainda mais complicada; a Inglaterra, por exemplo, desencorajava o movimento entre as frentes de combate sob pena de serem considerados espiões alemães e por isso mortos (McLaughlin, 2002, p. 57).¹² Regra que a frente alemã também viria a adotar, o que levaria a maioria destes profissionais a escolher um lado, e conseqüentemente a ficar imergidos na propaganda de guerra (McLaughlin, 2002, p. 57). Transformavam-se em aliados forçados, em “soldados” que garantiam o fundamental: que ninguém soubesse o que realmente se passava na guerra. Era o medo de que a mínima informação pudesse ser útil ao inimigo, e o medo de que a opinião pública pudesse pôr um fim ao conflito. Assim, “qualquer repórter encontrado na frente de combate seria preso, privado do seu passaporte e deportado para Inglaterra. Eram foras-da-lei, *persona non grata*” (McLaughlin, 2002, p. 58).¹³ Na Frente Russa a situação era praticamente a mesma: os poucos jornalistas que por lá se aventuravam estavam por sua conta, recebendo pouca ou nenhuma ajuda dos militares. A única imprensa que se mantinha credível era a americana: Atendendo a que o país se manteve neutro, os seus correspondentes tentavam ser o mais imparciais possível, tinham acesso a documentos censurados e apresentavam as poucas notícias fiáveis - pelo menos até 1917, quando os EUA entram na guerra.

¹² The British discouraged neutral correspondents from moving between fronts with the threat that if they were caught, they would be shot as German spies. (citando Knightley, 1982, p. 99).

¹³ Any reporter found in the field of combat would be arrested, stripped of his passport and deported back to England. They were ‘outlaws’, *persona non grata*.

Alguns jornalistas como Arthur Moore (*The Times*) ou Philip Gibbs (*Daily Chronicle*) tentaram fugir à tendência geral, procurando informações por si mesmos, enviando para as suas redações aquilo que consideravam ser as verdadeiras histórias. Evitando os *press releases* dos militares, conseguiram contar eventos importantes que outros temiam publicar. No entanto, a sua veracidade foi desde cedo posta em causa pelo “*War Office*”:

“Não existem correspondentes na frente”, dizia num *press release*, “e as suas informações, embora enviadas honestamente, são-lhes transmitidas em segunda ou terceira mão por pessoas que não estão em posição de contar histórias coerentes e que não possuem a perspetiva necessária para construir ou entender a situação em geral.” (McLaughlin, 2002, p. 58)¹⁴

No entanto, a revolta dos profissionais, que exigiam mais liberdade, chegaria em 1915, apoiados pela opinião pública que ansiava por novidades da guerra. Só aí se deu a tão esperada abertura dos governos que, através do sistema de “*pool*”, começam a permitir a presença de jornalistas entre os militares. Pena que tudo não tenha passado de uma farsa.

O sistema de “*pool*”, brevemente abordado no caso anterior da Guerra do Golfo, consiste em pré-selecionar os jornalistas que irão acompanhar os militares. Escolhidos a dedo, estes profissionais teriam de ser de alta confiança e concordar em escrever não só para o seu jornal mas também para publicações rivais. Mas, principalmente, aceitavam nunca passar informação que não fosse aprovada pelos militares, que recebiam as peças jornalísticas, censuravam o que não podia ser público e as enviavam par o quartel-general na França. A partir desse momento, os documentos teriam de seguir sem nenhuma nova alteração para as diversas publicações jornalísticas. Estes correspondentes concordavam, ainda, em estar sempre acompanhados por militares, que tinham até autoridade para revistar as suas cartas pessoais. “Philip Gibbs (*Daily Telegraph, Daily Chronicle*), Herbert Russell (*Reuters*), William Beach Thomas (*Daily Mail, Daily Mirror*), Perry Robinson (*Daily News, The Times*) e Percival Philips (*Daily Express, Morning Post*)” (McLaughlin, 2002, p. 59) foram os cinco “eleitos” para este trabalho. “Durante a primeira guerra mundial, a censura prévia de jornais e revistas foi nítida em nações com tradição de liberdade de imprensa (...) A interceção, revisão e “limpeza” de mensagens telegráficas e cartas eram praticamente universais entre os países combatentes.” (Tucker, 2005, p. 281)¹⁵

Foi o golpe perfeito. A aparente receção de “braços abertos” aos repórteres não passou de mais uma traição à liberdade de expressão. Esta autêntica cilada é ainda mais grave pois os jornalistas escolhidos para a integrar compactuaram com ela. Chegamos assim ao ponto que quero demonstrar desde o início deste caso: estes (e outros) jornalistas, ao concordarem

¹⁴ ‘No correspondents are at the front’, it said in a press release, ‘and their information, however honestly sent, is therefore derived at second or third hand from persons who are in no position to tell coherent stories and who are certain to be without the perspective which is necessary to construct or understand the general situation’. (citanto Farrar, 1998, p. 22).

¹⁵ During World War One, prepublication censorship of newspapers and journals was pronounced in nations with a tradition of press freedom. (..) The interception, review and sanitizing of telegraph messages and mail were virtually universal amongst combatant countries.

com estes termos, tornaram-se os aliados perfeitos do governo e dos militares. Tornaram-se autênticas relações públicas que não escreviam sobre o que era tabu, como mortos e crimes de guerra, autocensurando-se com medo de represálias ou de sofrerem o mesmo destino dos fotojornalistas que eram apanhados a fotografar nas frentes de combate (e que eram alvejados como se de espiões inimigos se tratassem). Deixaram de respeitar um dos mais fundamentais princípios do jornalismo, o de não acreditar, nem publicar, nada sem “ouvir” os dois lados do assunto. Por exemplo, na tentativa desesperada dos Aliados em recuperarem algum apoio da população civil contra os alemães, escreviam-se histórias mirabolantes de casos que nunca aconteceram, como a fábrica alemã onde se queimavam os corpos dos soldados mortos para fazer glicerina para munições. Já as verdadeiras atrocidades, como os milhões de mortos e feridos, ou a utilização de soldados negros oriundos das colônias para poupar os soldados brancos, não eram contadas. Essas eram enterradas a mando dos militares ou por autocensura dos próprios repórteres, aliados perfeitos que pouco ou nada faziam para mudar o que estava acontecer. Aceitaram tornar-se os reais coveiros da verdade, concordaram em receber das mãos dos militares este presente hediondo que manchou o nome do bom jornalismo. E o pior, fazendo uso das suas capacidades e da sua profissão aumentaram a carga de mentiras e ocultações. O que começou como um patriotismo forçado transformou-se em propaganda deliberada. Greg McLaughlin, citando Phillip Knightley e Martin J. Farrar, escreveu:

Havia pouca ou nenhuma resistência a tudo isto por parte dos cinco correspondentes escolhidos ou dos seus jornais (Knightley, 1982, p. 80). Farrar emite um veredito severo sobre a sua performance. “A introdução de jornalistas na frente Ocidental poderia ter ajudado a frente da Casa na sua busca pela verdade”, comentou. “O que foi criado, no entanto, foi um grupo de correspondentes que se conformaram com a grande conspiração, as mentiras deliberadas e a supressão da verdade.’ Estes correspondentes, com as suas patentes honorárias e uniformes tornaram-se parte do sistema e o seu trabalho principal, noticiar a guerra do modo mais verdadeiro e exato possível, tornou-se um inconveniente (1998, p. 73). (McLaughlin, 2002, p. 60)¹⁶

Alguns jornalistas como o britânico ex-militar Charles à Court Repington, e outros de países neutros, fugiram a esta nova tendência e, por sua própria conta, procuravam verdadeiras informações, não censuradas, e apresentavam-nas aos seus leitores. Diferentes dos relatos oficiais, elas permitiam uma aproximação ao que realmente estava a acontecer; no entanto, estavam em desvantagem para com a “máquina” criada anteriormente. E, se aprendemos alguma coisa até este ponto, é que este não foi um evento isolado, pois a história tende a repetir-se.

¹⁶ There was little or no resistance to any of this from the five pooled correspondents or their newspapers (Knightley, 1982, p. 80). Farrar passes a severe verdict on their performance. ‘The introduction of journalists to the Western Front could have helped the Home Front in their search for the truth’, he says. ‘What was created, however, was a group of correspondents who conformed to the great conspiracy, the deliberate lies and the suppression of truth.’ These correspondents, with their honorary officer ranking and uniforms became part of the establishment and their primary job, to report news of the war as truthfully and accurately as possible, became an inconvenience (1998, p. 73).

3.2 Segunda Guerra Mundial

Normalmente o papel do jornalista é ouvir ambas as partes de uma situação, de modo a entender o que realmente aconteceu e obter a isenção de que uma peça jornalística necessita. Durante a segunda guerra mundial este era o papel do leitor. A autocensura, os exageros e a carga patriótica nas notícias era tanta, de um e outro lado da guerra, que para se encontrar a verdade era necessário auscultar a imprensa de cada país envolvido para delinear um “meio-termo” e perceber o que realmente estava a acontecer. Não me irei alongar muito neste subtópico, pois, como disse acima, a história tende a repetir-se, e o que aconteceu com a cobertura jornalística na segunda guerra mundial em pouco ou nada divergiu com o sucedido na primeira.

No que concerne aos Britânicos o caso foi praticamente igual: o objetivo era não deixar que os jornalistas publicassem informações que pudessem servir ao inimigo ou que viessem a assustar a população. Para conseguir este feito, no início da guerra foi criada uma lei que permitia ao governo controlar todos os meios de comunicação existentes no país. À semelhança do que aconteceu a certa altura na primeira guerra, os jornalistas levados para o campo voltaram a ser pré-selecionados pelo sistema de “pool” e concordavam com as restrições que lhe eram impostas pelos militares. As informações eram-lhes fornecidas por um oficial designado como “testemunha ocular”, eram constantemente vigiados e os seus trabalhos previamente revistos e sujeitos a aprovação. O pretendido era o mesmo, fomentar a autocensura e apelar ao patriotismo que transformava as notícias em propaganda, que por sua vez, tinha o objetivo de levantar a moral e garantir a continuidade do apoio da população do Reino Unido. As únicas diferenças em relação ao conflito de 1914-18 ficaram-se pelo melhor tratamento em termos de condições oferecidas (principalmente na frente do Norte de África) e pelo número de profissionais creditados, mais ou menos 150 (Britânicos e Norte-americanos) em 1944. Isto porque era importante que se mantivessem “contentes”, de modo a continuarem o seu “bom” trabalho.

Um caso conhecido de manipulação ocorreu aquando da batalha de Inglaterra, quando a Força Aérea Britânica (*Royal Air Force*) defrontou a homónima alemã (*Luftwaffe*). Supostamente em desvantagem em número, os ingleses venceram, e tal oportunidade não poderia ser desperdiçada pelo primeiro-ministro nem pela imprensa. Baseando-se em Knightley, Marco Moretti escreveu:

Essa luta levou o Primeiro-Ministro britânico Sir Winston Churchill (1874-1965) a declarar que “[...] nunca tantos fizeram tanto com tão pouco” (p. 210), referindo-se ao esforço dos pilotos britânicos. Os jornalistas que cobriam os conflitos nos ares falavam como locutores de futebol, com manchetes do tipo: “A maior batalha aérea de todas - 78 a 26 para a Inglaterra!”. Quando os alemães, frustrados nessas batalhas, mudaram de tática e passaram a atacar os centros mais populosos, Londres foi pesadamente bombardeada durante 76 noites consecutivas.” (Moretti, 2004, p. 101)

Hoje sabemos que a Inglaterra não estava realmente em desvantagem, um exagero que o próprio ministério da Defesa confirmaria depois da guerra, alegando que tal era necessário para manter a moral da população.

Mais uma vez observamos que, tal como na primeira grande guerra, apesar de não gostarem da forma de jornalismo que era praticada, nem a terem começado, os repórteres pouco ou nada fizeram para a evitar. Não significa que o fizessem de bom grado; sabendo bem o que faziam, muitos continuavam a executar aquele trabalho com a esperança de que ou a situação mudasse ou a guerra estivesse para acabar. As críticas ao que aconteceu só surgiriam depois de a guerra ter terminado.

As críticas e reservas foram guardadas para as memórias pós-guerra quando já era demasiado tarde para terem algum efeito real. Um correspondente da Reuters admitiu que os jornalistas eram simplesmente propagandistas para os seus governos, meros *'cheerleaders'*: "Não era bom jornalismo", disse. "Não era sequer jornalismo." (Knightley, 1995, p. 45). (McLaughlin, 2002, p. 68)¹⁷

No lado alemão o sistema era diferente mas igualmente eficaz. Quanto a correspondentes nacionais era simples, não existiam. Qualquer media ou agência de comunicação estava sob o controlo do Estado e os encarregados de transmitir as informações oficiais eram obrigados a fazer parte da Divisão de Propaganda nacional. Podemos verificar que a isenção jornalística também não estava presente nesta fase da guerra. No entanto, os alemães criaram a divisão de imprensa estrangeira, aceitando jornalistas (especialmente americanos) que quisessem cobrir a guerra a partir da sua frente, prometendo isenção e liberdade para que escrevessem à sua vontade, sem censura. Parecia perfeito. O que não se contava era que os artigos escritos eram revistos no dia seguinte à sua publicação e que os jornalistas que ousassem criticar demasiado eram pressionados a não repetir a façanha. Acusados de espionagem, eram encorajados a desistir da neutralidade, fomentando assim a autocensura, tal como no caso britânico.

Tal como na primeira guerra mundial (pelo menos até 1917), a esperança da isenção residia nos media norte-americanos. Bem-vindos entre os militares e tratados com as melhores condições que eram possíveis num ambiente daqueles, os jornalistas estado-unidenses eram encorajados e apoiados a fazer o seu trabalho. Claro que não era perfeito, existia também censura e, como no caso inglês, as condições eram uma espécie de tentativa de compra; mas, ao contrário dos "desconfiados" militares britânicos, os soldados e oficiais americanos não lhes escondiam muitas informações. Mesmo sobre grandes operações, como os planos para o dia-D, por exemplo. A ideia era tratá-los como amigos e não como *personae non gratae*. Claro que estas regalias visavam, em última análise, a influência na opinião pública por intermédio da "felicidade" dos profissionais (e resultava); no entanto, há que notar que se

¹⁷ The criticisms and reservations were saved for their postwar memoirs when it was too late to have any real effect. A Reuters correspondent admitted that journalists were simply propagandists for their governments, mere cheerleaders: 'It wasn't good journalism', he said. 'It wasn't journalism at all' (Knightley, 1995, p. 45).

compararmos Americanos e Britânicos, tanto jornalistas como militares, estes últimos ficam em desvantagem.

Primeira e Segunda Guerras Mundiais foram, de modo muito semelhante, dois grandes embaraços na história do jornalismo de guerra. Altamente marcadas pela censura, autocensura, patriotismo forçado e exagerado, são dois registos do pior que se pode fazer como profissional da comunicação.

4. Os “*embedded*”

Não menosprezando as situações anteriores, o caso dos “*embedded*” é um dos três casos que me levaram a escrever este capítulo sobre influência dos media e imparcialidade dos jornalistas. A ordem de apresentação não foi escolhida ao acaso, até porque o mais natural seria dispor os casos num seguimento cronológico; a ideia foi apresentar os casos exatamente numa escala de magnitude e impacto na sociedade. Além disso, os pontos anteriores servem ainda de contexto para os próximos casos. Mais concretamente, o que aconteceu nas duas guerras mundiais e nas guerras do Vietname e do Golfo é a base para entender o caso dos “*embedded*”.

Como percebemos neste momento, durante a guerra do Vietname o governo norte-americano queria mostrar que a imprensa era livre, não querendo de modo algum seguir os exemplos dados durante as guerras mundiais. Ao verificar que tanta abertura poderia ser uma desvantagem, durante a guerra do Golfo implementou-se novamente o já conhecido sistema de “*pool*” que, como sabemos, acabou mais uma vez altamente criticado e se revelou não fiável ao nível da informação. Já neste século, durante o conflito no Afeganistão (não abordado até aqui), novas críticas às restrições ao trabalho jornalístico viriam a inundar as portas da Casa Branca. Assim, aquando da invasão do Iraque pelos E.U.A., em 2003, o então presidente George Bush (filho), junto com o Departamento da Defesa, anunciou um novo sistema que prometia agradar a todos os jornalistas: os “*embedded*”, em português literal, “*embutidos*”, ou seja, os profissionais integrados na seio das tropas americanas, sem restrições de informação e com acesso à frente de combate. Os jornalistas podiam, assim, ver tudo o que os militares vissem, experimentar o que estes experimentassem, enfim, viver em comum com os soldados. A experiência dos “*embedded*” prometia ser um sucesso para ambas as partes. Para os jornalistas, prometia imagens e relatos dos combates e bombardeamentos em direto, acesso a operações e estratégias oficiais, entrevistas com soldados, demonstrações oficiais de artilharia e, principalmente, a isenção dos relatos. Os jornalistas seriam livres de reportar tudo e como quisessem, sem censura nem revisão dos seus documentos ou imagens. Para o governo, o sistema prometia os media como relações públicas face ao inimigo. As reportagens provindas do seio dos combatentes, onde se via a grande qualidade e qualidade de artilharia, tecnologia e recursos humanos, conseguiriam causar grandes dúvidas na fé de

Saddam Hussein de vencer o conflito. O objetivo era, portanto, usar os media para intimidar o inimigo.

No entanto, a realidade foi outra. Este sistema não passou de uma estratégia semelhante ao da segunda grande guerra. Permitia-se os jornalistas, dava-se-lhes acesso a informações oficiais, a troco de uma isenção falaciosa. Pois, logo à partida, todos os “*embedded*” concordavam com uma lista de termos que os impedia de relatar certos factos, como as baixas domésticas ou a sua localização atual (esta compreensível para não ajudar o inimigo). A ideia não era convencer os jornalistas a beneficiar o lado americano, pois sabia-se que não resultaria na maioria pela honra à profissão; o pretendido passava, sim, por fomentar o companheirismo e identificação com os então “colegas” soldados. Partilhando os mesmos espaços, fugindo das mesmas balas, o espírito seria o de um grupo, e talvez assim a imprensa não fosse tão imparcial. Além disso, mantendo os jornalistas “protegidos” pelas tropas, o outro lado da guerra não seria visitado. Resultou. Relembro parte de uma citação de Luís Castro utilizada no início desta dissertação:

Desta vez, Bush percebeu como amaciar os grandes canais de televisão americanos, britânicos e as agências de informação. Dá-lhes aquilo que querem, ou seja, as imagens da guerra, e em troca eles acabam por esquecer ou relativizar as outras histórias de guerra, tal como os danos colaterais. (Castro, 2007, p. 261)

Durante a primeira semana da guerra a operação “*embedded*” revelou-se um sucesso: os media mundiais enchiam os seus jornais, rádios, televisões e páginas online com reportagens providas dos “embutidos”. Os canais de notícias 24 horas e as páginas online, principalmente, conseguiam manter um nível de reportagens surpreendente e os olhos do público não poderiam estar mais deliciados. O estilo “*hollywoodiano*” dos planos televisivos, as reportagens sobre o dia-a-dia dos soldados,¹⁸ a não existência de baixas e os ataques cirúrgicos às cidades que não feriam civis conseguiam o bom trabalho de mostrar um exército americano extremamente cauteloso, eficaz e no qual se podia confiar.

Este tipo de cobertura jornalística do conflito levantou, obviamente, sérios problemas. Em primeiro lugar, o discurso. A proximidade com os militares alterou o modo como os jornalistas falavam dos envolvidos nas ações. O “Eles” habitual passou a “Nós”, a guerra travada pelos soldados passou a ser a “nossa” guerra. Nada que não se desculpe pela nacionalidade do repórter em cena mas que, ainda assim, revela desde logo uma falta de imparcialidade para com a outra parte do conflito. Depois, as reportagens. Apesar de altamente ricas em detalhes, próprios da convivência com os militares, e de mostrarem realmente a frente de combate (os ataques e bombardeamentos sem filtros ou edição), não deixavam de pecar pela singularidade. Por muito envolvido que o jornalista estivesse continuava a dar apenas a sua perspetiva do evento, ou seja, via-se somente o que o

¹⁸ Temos por exemplo o programa da MTV “*Military Diaries*”, que acompanhou durante um ano cinco soldados americanos e mostrou como eram os seus dias durante a guerra.

jornalista estava a ver também. Muitas vezes recorria-se a outros jornalistas “*embedded*” para mostrar outras perspetivas mas, mesmo assim, continuava apenas a ser uma das frentes do conflito. Isto era um problema principalmente nos diretos televisivos, pois ao mostrar a guerra diretamente da frente, o jornalista quase não fazia falta. Não havia grande coisa a reportar ou a explicar, era aquilo que se via e nada mais. Essa carência de factos invisíveis levava, muitas vezes, a que se noticiasse eventos não confirmados; pela urgência de reportar o novo, os erros e as informações falsas eram comuns nos diretos dos jornalistas. Erros e falsidades que obrigavam à sua retificação regular por parte do profissional, o que não ajudava a sua credibilidade. Como disse Daniela Teixeira:

Em tempos de guerra o valor de uma notícia cresce, a ânsia de dar a conhecer o que acontece aumenta, a pressão sobre os jornalistas presentes no local é muita. Tudo isto leva a que seja posta em causa a consciência do que é importante dizer e dar a conhecer; o facto de se querer a exclusividade faz com que, muitas vezes, se perca a noção do que deve ser noticiado ou não, se não tenha nem peso nem medida no que se mostra, principalmente em televisão, onde as imagens, como sempre, falam por si. As audiências agradecem. (Teixeira, 2012, p. 41)

Por último, e pior, os profissionais, tal como em guerras anteriores, estavam a encobrir situações que poderiam mudar os planos do “jogo”. Basicamente o que afetaria a opinião pública, como as baixas domésticas e os acidentes com civis e soldados iraquianos. Tudo isto Enquanto “os *media* ocidentais, e em particular as televisões, adotavam um tom de claro triunfalismo e quase celebração nas imagens e nas animações computadorizadas que exibem as maravilhas da tecnologia bélica americana (Pereira, 2003, p. 41)”, cabia às televisões árabes mostrar o outro lado da moeda. O canal *Al Jazeera*, em especial, apostou desde o segundo dia da guerra nas imagens fortes ignoradas pela maioria dos media ocidentais, e foi conseguindo alterar o panorama visto até então. Desde “soldados iraquianos mortos numa trincheira alvorando uma bandeira branca” (Pereira, 2003, p. 41) até prisioneiros de guerra americanos, ou à imagem de cadáveres empilhados e de uma criança decapitada, a *Al Jazeera* mostrou o lado dos “atacados”. As imagens que não eram permitidas, ou não eram “bem-vindas” na feição americana e britânica, e lhes valeu críticas severas e tentativas de sanção por parte do lado ocidental. Fora dos países envolvidos, estas imagens começaram a difundir-se cada vez mais e a ser misturadas com as obtidas pelos “*embedded*” - e, desse modo, a credibilidade dos media americanos começou a fraquejar. O que faz lembrar a altura da segunda grande guerra, quando era necessário ler notícias de ambos os lados do conflito para encontrar a verdade.

É nesta altura que começam as primeiras queixas acerca da pressão dos militares e governos, britânico e americano, sobre os jornalistas relativamente ao conteúdo publicado e filmado. Regressa, em alguns casos, a tão “querida” revisão, sob a forma de autorização prévia, isto é, podia relatar-se o que se entendesse (como prometido), mas mediante autorização. Por exemplo, “o êxito ou fracasso de uma operação só poderá ser descrito em termos muito genéricos, e o comandante da unidade poderá sempre vetar ou embargar as informações” (Pereira, 2003, p. 42).

Luís Castro, jornalista português que cobriu a guerra do Iraque para a RTP, conta no seu livro *Repórter de Guerra* algumas destas situações não cobertas pelos “*embedded*” e que mostram o que não era permitido saber no Ocidente. A título de exemplo cito apenas três.

Voltamos ao deserto e testemunhamos mais um daqueles momentos que revoltam. Soldados dos EUA arrastam dois iraquianos pelo pó, colocando os joelhos nas costas deles e revistando-lhes as roupas. (...) Ah, grandes soldados! Conseguiram neutralizar um velho de oitenta anos e o filho que transportava duas cabras. Assim é que é: mais uma demonstração de quem manda no mundo! (Castro, 2007, p. 283)

Quero também montar uma outra reportagem com material da mulher ao telefone, do camionista morto (...). Vai ser uma peça com os danos colaterais da guerra e daquelas que tanto irritam os americanos. (Castro, 2007, p. 284)

(...) Massacre de Saydia. Por sorte chegamos na mesma altura que a *Al Jazeera* e só nós e eles é que registamos essas imagens. Foi há dois dias, quando uma coluna de civis fugia de combates. No caminho apareceu-lhes um militar americano levantando o punho fechado da mão direita. Como o primeiro carro não parou, os tanques e as metralhadoras abriram fogo, matando mais de sessenta pessoas. Não perceberam que aquele gesto significava parar. Procuo armas ou roupa militar, mas nada, eram mesmo civis. Se dúvidas houvesse, os pedaços espalhados pela estrada mostram claramente mulheres, crianças e alguns homens. (...) Há pés, mãos, intestinos, cabeças e outros pedaços não identificados de corpos por todo o lado. (...) - Americanos? - pergunto. - Claro que foram americanos!” (respondeu) (Castro, 2007, p. 287)

O próprio Luís Castro e a sua equipa foram vítimas de soldados americanos que os apanharam e que, apesar de os terem identificado como jornalistas, os mantiveram presos num jipe durante três dias para que fossem interrogados. Agredidos, de arma apontada ao peito, privados do seu material de trabalho e de fazer sequer uma chamada para a família, esperaram um oficial que acabou por os libertar e que viria a instaurar um inquérito contra os soldados responsáveis pela situação. (Castro, 2007, p. 273-280)

Assim, a experiência dos “*embedded*”, apesar de ter melhorado as condições de trabalho dos jornalistas e de ter diminuído a influência sobre o trabalho dos profissionais, continua a não representar aquilo que seria a cobertura jornalística ideal. Tendo em conta todos os casos analisados neste capítulo, começo mesmo a duvidar seriamente se tal cobertura existe. Com este caso vimos que, mesmo estando livres para ver tudo como se de militares se tratassem, a autocensura e as pressões não deixam de existir, continuando a verdadeira liberdade jornalística a parecer uma utopia. E, mais importante, continuamos a presenciar a influência dos media e o seu poder de chocar (caso da *Al Jazeera*) ou de ocultar para “proteger” (promovendo as relações emocionais e o patriotismo para propagandear junto dos seus). Depois, sobressai ainda a questão do patriotismo do repórter, a questão do “Nós” em vez do “Eles”, sempre difícil de evitar. Mas sobre patriotismo falarei no caso seguinte.

4.1 “*Embedded*”: outros casos

A experiência dos “*embutidos*” não foi propriamente nova, outros jornalistas já haviam acompanhado tropas em frentes de combate para reportar a guerra. Quero falar brevemente

em dois casos, primeiro, a situação dos jornalistas ingleses que acompanharam a guerra das ilhas Malvinas (*Falkland Islands*) e, segundo, o exemplo do português Luís Castro, da RTP, que acompanhou a guerra em Angola em 1999. Não só quero mostrar que os americanos não foram os únicos a experimentar este estilo, mas também a dificuldade de manter a isenção uma vez “dentro” das tropas. O que aconteceu à imparcialidade dos jornalistas americanos e ingleses durante a experiência “*embedded*” em 2003 foi, de certa forma, natural. Arrisco mesmo, previsível e de acordo com o plano dos governos.

O caso das ilhas Malvinas refere-se ao conflito de 1982 que envolveu Argentina e Reino Unido pela soberania deste território e de outros dois, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul. Após o pedido de cessar-fogo das Nações Unidas, a 3 de Abril, o parlamento da Grã-Bretanha decide de qualquer das formas o envio de uma força militar para o local. Quando os primeiros navios britânicos começaram a zarpar em direção às ilhas, a 5 de Abril de 1982, os media começaram a solicitar lugares para os seus correspondentes. Após algumas negociações é estabelecido que apenas 30 elementos, jornalistas, operadores de camera, entre outros, seriam permitidos a bordo, sem espaço para imprensa internacional. O que sucedeu foi uma prequela do que expliquei sobre o Iraque em 2003. À medida que a guerra avançava, os jornalistas começaram a ver-se cada vez mais próximos das tropas do seu país, e o discurso foi progressivamente passando do “eles”, ou “os britânicos” para “nós” ou as “nossas” tropas. Não existiram quaisquer pressões por parte dos militares em relação ao que era escrito, o que sucedeu foi que a partilha dos mesmos espaços fez com que os jornalistas não se pudessem distanciar da história e comessem a fazer parte dela. Os problemas dos soldados eram os problemas dos jornalistas, até os telefonemas para as famílias estavam dependentes das relações mantidas entre ambas as partes. Era fisicamente impossível distanciar-se do que estava a acontecer. Correspondentes como David Norris (*Daily Mail*) e Gareth Parry (*Guardian*) admitiram que quando o perigo se aproximava o seu discurso mudava e a isenção perdia força face à identificação com os militares. Patrick Bishop (*Observer*), citado por Howard Tumber em *Reporting War: Journalism in Wartime*, afirmou após o conflito:

A situação é que tu eras um propagandista; e foi esse o resultado. Assim, não havia necessidade de colocar pressão sobre ninguém para escrever relatos entusiásticos, porque todos já o faziam sem estímulos por parte dos militares. E foi assim que a maioria dos repórteres se sentiram. Eram todos muito patrióticos e “positivos” sobre tudo. Por isso os militares não tinham de os pressionar. (Allan & Zelizer, 2004, p. 192)¹⁹

Partilho da visão de Tumber quando diz que este foi uma espécie de ensaio para o que viria a acontecer no Golfo em 2003. A meu ver, é impossível viver o dia-a-dia com os soldados de um lado da guerra e não começar a partilhar de algumas das suas visões. Uma vez conhecendo e mantendo laços de amizade com os soldados, os relatos já não serão os

¹⁹ The situation was that you were a propagandist; and that’s how it turned out. So there wasn’t any need to put pressure on anyone to write gungho copy because everyone was doing it without any stimulus from the military. And that’s how most of the reporters felt. They were all very patriotic and “positive” about the whole thing. So the military didn’t have to lean on them.

mesmos. Surge uma espécie de “Síndrome de Estocolmo” (quando um prisioneiro começa a sentir afeto pelo raptor) que o impede de descrever tudo o que vê. Tumber cita um correspondente não identificado de uma estação de televisão, aquando da segunda guerra do Iraque, que ilustra o que quero dizer: “Uma vez que te ligas a estas pessoas, uma vez eu os repórteres começam a gostar destas pessoas, eles não vão escrever o quão horrível qualquer um consegue ser durante a guerra, como eles se riam enquanto alvejavam pessoas.” (Allan & Zelizer, 2004, p. 195)²⁰ E é por isto que o jornalismo “*embedded*” não funciona, nem deve ser praticado, pois o resultado será sempre mais favorável ao lado a que os jornalistas estão associados.

O caso de Luís Castro remete-nos para a mesma ideia. Quando em 1999, em Angola, acompanhou durante 15 dias a frente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) contra as forças da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), deu consigo a festejar a vitória dos primeiros numa batalha: “(...) É complicado assumir publicamente esta vontade, mas sei que, se a UNITA vencer e me fizer prisioneiro, quase de certeza que nunca mais verei a minha mulher e os meus filhos, por isso...” (Castro, 2007, p. 73). E acrescenta, noutro passo:

As BM acertaram em cheio na linha da UNITA. (...) Risada geral. Os oficiais felicitam os comandantes e até eu dou por mim a apertar a mão do coronel. Arrependo-me logo a seguir. Sou jornalista e devo manter-me neutral, mas que diabo, a minha vida depende da vitória destes sobre os outros. É apenas uma questão de sobrevivência. Não escondo que, até há algumas semanas, simpatizava mais com a UNITA do que com o MPLA, agora, quero é sair daqui vivo. (...) Depois, a isenção voltará quando estiver a editar a reportagem. (Castro, 2007, p. 85)

Será que volta? Apesar de o sistema não ser o mesmo dos americanos e britânicos no Iraque ou nas Malvinas, Castro viveu durante 15 dias com aqueles soldados, partilhou cigarros e refeições (quando as havia), mas principalmente partilhou da sua luta pela sobrevivência. Admitiu até que antes simpatizava mais com a outra frente. Repito, o sistema não era o mesmo dos “*embedded*” e Luís Casto em muitas ocasiões provou a sua isenção mesmo sob ameaça, mas não poderá afirmar com 100% de certezas que aquela experiência não o afetou. Para terminar, a convivência entre tropas e jornalistas poderia ser uma experiência ótima para a recolha de informação, mas como vimos, é uma faca de dois gumes, pois a linha que separa a isenção e o “aplausos” dos novos companheiros é demasiado fina para arriscar. O sistema “*embedded*” é mais um exemplo de falso jornalismo.

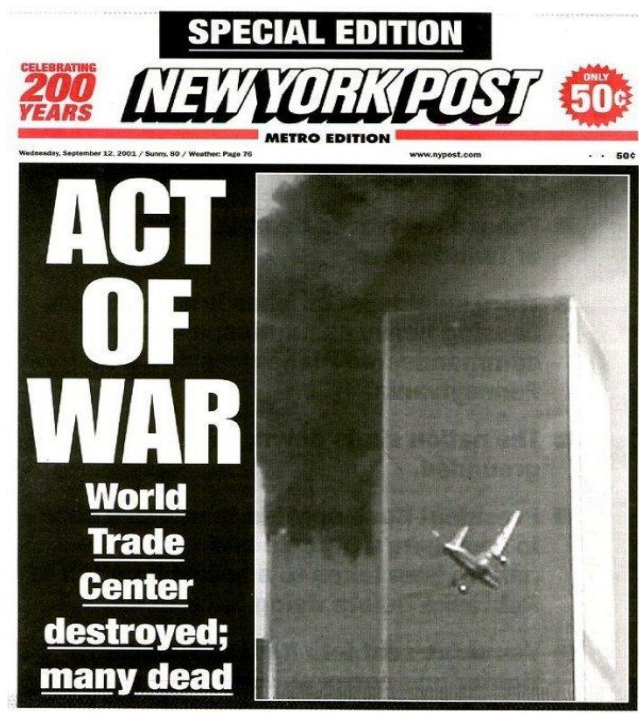
5. Como o 11 de Setembro mudou o jornalismo

(...) O 11 de Setembro empurrou a imprensa para um papel de patriota.” (Jamieson & Waldman 2003, p. 137).²¹

²⁰ “Once you bond with these guys, once reporters have come to like these guys, they’re not going to report how horrible anybody can be in war, how they were laughing as they shot people”

²¹ “(...) September 11 propelled the press into the role of patriot.” (Jamieson & Waldman, 2003:137).

Ilustração 7: Capa do *New York Post* a 12 de Setembro de 2001



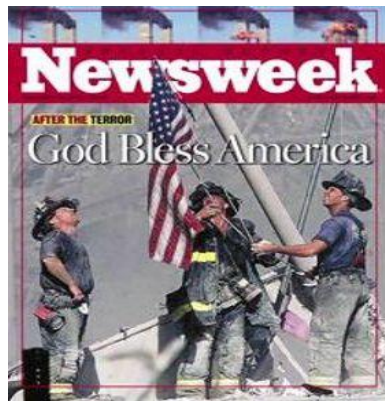
(Fonte: <http://nypost.com/2011/09/11/covering-911/#2>)

Ilustração 8: Capa do *New York Times* a 12 de Setembro de 2001



(Fonte: <http://www.nytimes.com/packages/html/nyregion/9-11imagemap.html>)

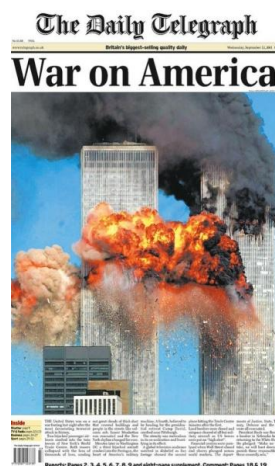
Ilustração 9: Capa da revista *Newsweek* a 24 de Setembro de 2001



(Fonte: <http://www.magazine.org/asme/magazine-cover-contests/9/11-magazine-covers>)

O dia 11 de Setembro de 2001 foi um dia negro na história dos EUA. Os ataques às torres gémeas em Nova Iorque e ao Pentágono em Washington DC ficarão para sempre na história como uma das maiores tragédias do século XXI. As imagens impressionantes das torres a cair foram capa de jornais em todo o mundo, os vídeos abriram noticiários, e durante meses não se falou de outra coisa senão a guerra ao terrorismo. O orgulho do povo americano ficou ferido e, como se observa nas capas acima, neste grupo incluem-se os jornalistas. Tal como um juiz não poderá julgar um criminoso que tenha atacado um filho seu por falta de isenção e existência de conflito de interesses, também os jornalistas americanos não se souberam distanciar da sua nacionalidade para exercer a sua profissão. Era impossível. Voltamos ao problema do discurso que já descrevi no caso anterior dos “*embedded*”, a troca do “eles” para o “nós” - só que, enquanto naquele caso a mudança foi progressiva, após os ataques do 11 de Setembro a transição foi imediata.

Ilustração 10: Capa do *The Daily Telegraph* a 12 de Setembro de 2001



(Fonte: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/september-11-attacks/8745304/911-Newspaper-front-pages-the-day-after-September-11.html>)

Não preciso de me alongar muito para demonstrar que o patriotismo estava embutido nos títulos e textos jornalísticos relativos ao desastre, basta observar as imagens acima das capas de jornais e revistas publicadas imediatamente depois dos ataques. Títulos como “Deus abençoe a América” (*Newsweek*, i5) ou “O dia mais negro da América” (*Detroit free press*, i4) mostram a previsível escolha de palavras por parte de pessoas que enfrentavam o clima pós-desastre e o luto que lhe vem associado. Não se tratou de uma situação semelhante à que descrevi com os “*embedded*”, já que aqui existiriam, certamente, jornalistas, editores e outros profissionais com familiares ou amigos vítimas dos ataques. Mesmo alguns jornais europeus praticaram o mesmo género de manchetes e textos (veja-se o britânico *Daily Telegraph*, atrás à direita), e não é esta situação que irei julgar. Isto porque, se tivesse acontecido em Portugal, sei que os efeitos seriam semelhantes; se um grupo terrorista atacasse um marco nacional, também os nossos jornalistas fariam assim. Uma forma errada de exercer o jornalismo, mas “compreensível” nos dias seguintes ao desastre. O importante e onde me quero focar não é nos efeitos imediatos, mas sim nos que se revelaram a longo prazo, a autocensura e a política contra os “antipatrióticos”, pois esses já não são tão “compreensíveis” e não devem ser desculpados.

Kathleen Hall Jamieson e Paul Waldman, em *The Press Effect*, descrevem dois exemplos muito bons sobre o que aconteceu. O primeiro, e menos importante, remete-nos para um jogo de basebol em Outubro de 2001 no qual coube ao então presidente George Bush atirar a primeira bola.²² Como descrevem os autores, o normal nesta situação seria que os repórteres escrevessem histórias sobre a ligação entre o bom arremesso do presidente e a sua antiga aspiração a praticar o desporto em questão profissionalmente, ou mesmo por ter sido dono dos *Texas Rangers*. Poderiam, ainda, ter apostado numa abordagem mais crítica e apontado que Bush apenas queria procurar apoio dos cidadãos ao mostrar-se como um presidente descontraído. Pior ainda, que havia desperdiçado vários dias a treinar para aquele arremesso, ao invés de estar ocupado com os problemas que sucederam aos ataques terroristas e atacá-lo com acusações de ter as suas prioridades mal estruturadas. Não. As publicações preferiram interpretar o arremesso de Bush como uma motivação à população norte-americana, e que, ao comparecer ao jogo, o presidente trouxe a sensação de normalidade ao país após os ataques. Na verdade essa era a intenção do presidente, mostrar aos inimigos que não havia medo de novos ataques terroristas. Os media não só apoiaram esta ideia como provaram que, “em tempos ordinários, a imprensa adota uma posição distante daqueles que aborda. No entanto, em tempos de crise, os repórteres abandonam a ironia, o

²² É comum nos EUA convidar personalidades para inaugurarem jogos das várias modalidades; dando o primeiro pontapé de um jogo de futebol americano, ou fazendo o primeiro arremesso num jogo de basebol, entre outros exemplos.

cinismo, e ocasionalmente até o ceticismo, para ver o mundo através de uma lente nacionalista e patriótica” (Jamieson & Waldman, 2003, p. 130).²³

O segundo caso está ligado às polémicas eleições de 2000 vencidas por Bush. Supostamente fraudulentas, as primeiras eleições do século dos EUA ficariam manchadas pela seguinte interrogação: quem ganhou, Bush ou Al Gore? Após os ataques às torres gémeas a resposta parecia simples, Bush.

Arrastada durante um ano, a polémica da recontagem dos votos do Estado da Flórida, requerida por Al Gore, encontrava o seu fim sem grandes demoras. O Supremo Tribunal já havia consagrado Bush como vencedor, mas muitos eram, media incluídos, os que duvidavam da decisão e que não queriam acreditar como era possível que Gore tivesse perdido,²⁴ desconfiados que o S.T. tivesse decidido por sua vontade. Foram os media, aliás, quem conduziu a recontagem de votos, prometendo esclarecer a opinião pública sobre se Bush era o verdadeiro merecedor da Casa Branca. Porém, aquando da queda das torres gémeas, a divulgação dos resultados definitivos foi adiada indefinidamente. Por outras palavras, a partir daquele momento este era um assunto que apenas iria trazer mais instabilidade ao país, alimentar esta temática era altamente antipatriótico e, assim, Bush era definitivamente o presidente dos Estados Unidos. Os resultados surgiram a 12 de Novembro do mesmo ano, confirmando a decisão do Supremo, e apesar de divergirem dependendo do método de contagem, a maioria dos jornais e televisões atribuiu a vitória a George Bush: “Recontagens na Florida teriam favorecido Bush”,²⁵ escreveu o *Washington Post*; “Bush ainda tinha votos para ganhar numa recontagem, mostra estudo”,²⁶ lia-se no *Los Angeles Times*; “Recontagem: Bush”,²⁷ publicou o *St. Petersburg Times*; “O vencedor é, e foi, George W. Bush”, disse Matt Lauer no *Today Show*. E, ainda que outros, como o impresso *Chicago Tribune*, tenham publicado manchetes mais ambíguas (“Ainda muito próximo para decidir”²⁸), a maioria decidiu seguir o caminho dos primeiros. Provando assim, mais uma vez, que “durante tempos de crise nacional, a cobertura noticiosa torna-se mais favorável ao presidente.” (Jamieson & Waldman, 2003, p. 137).²⁹

São apenas dois exemplos, mas muitos mais existem. A veia patriótica e apaziguadora de conspirações prolongou-se até aos dias de hoje. Com a guerra do Iraque em simultâneo, a guerra ao terrorismo é um assunto praticamente imaculado, e criou um novo “síndrome” nos

²³ In ordinary times, the press adopts a distanced stance to those it covers. However, in times of crisis reporters abandon irony, cynicism, and occasionally even skepticism to see the world through a nationalistic and patriotic lens.

²⁴ O próprio Al Gore, no seu documentário dedicado às alterações climáticas, “Verdade Inconveniente”, apresenta-se, usando um tom irónico, como aquele que costumava ser conhecido como “o próximo presidente dos Estados Unidos”.

²⁵ Florida Recounts Would Have Favored Bush (Washington Post)

²⁶ Bush Still Had Votes to Win in a Recount, Study Finds (Los Angeles Times)

²⁷ Recount: Bush (St. Petersburg Times)

²⁸ Still Too Close to Call (Chicago Tribune)

²⁹ (...) during times of national crisis, press coverage becomes more favorable to the president. (Jamieson & Waldman, 2003: 137)

EUA, o do amor à nação. Este é o verdadeiro problema. Mesmo que após a entrada em cena de Barack Obama este “síndrome” tenha diminuído, não apoiar o presidente, ou questionar, principalmente, decisões bélicas ou contraterroristas é, hoje, sinónimo de antipatriotismo. Não se escreve como antes, e, mais do que qualquer guerra, o 11 de Setembro mudou para sempre a forma de fazer jornalismo - um jornalismo em que a maioria não se sente liberta para falar e a autocensura está instaurada em cada um. E, se pensarmos que a nova geração de jornalistas que aí vem foi a que cresceu na década dos ataques e guerra do Iraque, que sentimentos terão estes novos repórteres? Serão eles críticos e “antipatrióticos”, ou tendenciosos e próximos do poder? Espero estar enganado para o bem da profissão, mas penso que estamos a aproximar-nos de uma repetição da história, um regresso ao início do século XX quando o poder decidia, ainda que não diretamente, o que se devia dizer ou não.

6. Citizen Kane: William Randolph Hearst, Senhor da Guerra

“Tu forneces as imagens, eu forneço a guerra”.³⁰

A este momento já estará evidente o enorme poder dos media. A capacidade de mover e influenciar multidões, a habilidade de fazer tremer um governo, os perigos que podem resultar da sua união com o poder e também a sua aptidão para mudar o curso de eventos. Resta apenas saber se a imprensa tem realmente capacidade de os criar. Com este último caso veremos que existe a ameaça real de os media poderem criar uma guerra.

Se escrevi anteriormente que o caso dos “*embedded*” foi um dos que me levaram a elaborar este capítulo, a história de William Randolph Hearst foi, sem dúvida, a chave para o fazer. O magnata da imprensa americana, dono de alguns dos maiores jornais dos Estados Unidos durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, é uma figura lendária no jornalismo e que não poderia deixar de analisar nesta dissertação. A história de um dos maiores mitos do jornalismo, que prevalece ainda hoje, aponta Hearst como o fabricante da guerra entre os Estados Unidos da América e a Espanha pela independência de Cuba, em 1898.

William Hearst e Joseph Pulitzer (seu rival) ficariam para a história pela invenção daquele que é conhecido como “*yellow journalism*”, o jornalismo sensacionalista. Interessados em liderar o mercado, ambos praticavam o estilo que hoje é associado aos tabloides: notícias baseadas em rumores, publicações precipitadas e mentirosas, factos forjados e sempre grandes primeiras páginas repletas de títulos tendenciosos destinados a persuadir o leitor a comprar o jornal.

Hearst entrou para o mundo dos media ao assumir o controlo do *San Francisco Examiner* em 1887, adquirido pelo seu pai sete anos antes. Fazendo uso do estilo descrito acima, em

³⁰ “You furnish the pictures and I'll furnish the war”.

poucos anos Hearst conseguiu que o *Examiner* fosse líder de mercado em São Francisco. Já em 1895, comprou o Nova-iorquino *New York Journal* e começa uma rivalidade com Pulitzer, dono do *New York World*, comprando-lhe, mesmo, grande parte dos seus empregados para tentar superar as suas vendas. Esta “guerra aberta” entre os dois empresários levaria à massificação do “*yellow journalism*”, pois, na tentativa de um vender mais que outro, o estilo marcava a linha editorial de ambos os jornais. Por exemplo, segundo alguns historiadores, Hearst chegava a forjar cenas de crimes para os seus jornalistas terem material para escrever. O ponto crítico, porém, e onde me quero focar, chegaria por volta de 1897, quando ambos os jornais (o de Hearst principalmente) começam a publicar “notícias” sobre uma possível intervenção dos Estados Unidos na revolução que decorria em Cuba, pela independência da então colônia da administração espanhola.

Histórias de atrocidades cometidas contra homens, mulheres e crianças cubanas pelos espanhóis enchiam as primeiras páginas das publicações. Algumas fiéis, outras altamente exageradas, estas notícias incendiavam a opinião pública americana sobre o que estava a acontecer na colônia espanhola, alimentando a ideia de que a guerra pela independência estaria iminente e que a intervenção americana não tardaria. O autor Upton Sinclair, em *The Brass Check*, recordou um episódio de quando era criança, onde conta uma história de um dia em que se deparou com um jornaleiro que vendia o *New York Journal* de Hearst. “Eu era apenas um rapaz saído da escola, e fui vítima deste conceito moderno de ‘fazer-guerra’. Eu estava a andar pela rua, e ouvi arduas gritar um *extra*, e vi estas palavras pintadas na primeira página do “*New York Evening Journal*” (Sinclair, 1919, p. 254):³¹

walking on the street, and heard news-boys shouting an extra,
and saw these words, printed across the front page of the
“New York Evening Journal”:

W A R
D E C L A R E D !

So I parted with one of my hard-earned pennies, and read:

W A R
may be
D E C L A R E D
soon

But did that bit of knavery keep me from buying the Hearst
newspapers forever after? It did not. I am an American.

“ ‘Guerra Declarada!’ Então despedi-me de uma das minhas moedas difíceis de ganhar, para ler: ‘Guerra poderá ser declarada brevemente’ ” (Sinclair, 1919, p. 255 - i7). Este era o género de títulos praticado pelos jornais de Hearst para a venda de exemplares, e como a história de Sinclair prova, resultava. No entanto, a fama do magnata provém de um episódio

³¹ I was a boy just out of college, and fell victim to this modern kind of “war-making.” I was walking on the street, and heard news-boys shouting an extra, and saw these words, printed across the front page of the “New York Evening Journal”.

pior e que gera, desde a altura, a divisão dos historiadores. Hearst enviou o jornalista Richard Davis e o ilustrador Frederic Remington para Cuba com ordem de encontrarem histórias e imagens que ilustrassem a “guerra”. Já no local, Remington enviou um telegrama onde alegadamente alertava Hearst para a não existência de qualquer conflito e onde pedia para regressar. Na resposta, Hearst proferiu a frase que lhe valeu a fama de começar a guerra: “Por favor fique aí, fornece as imagens, eu forneço a guerra”. E, realmente, o conflito não estaria longe de começar, quando o navio USS Maine se afundou na baía de Havana após uma explosão misteriosa.

Tentando não se precipitar para uma guerra, o governo dos Estados Unidos tentou apurar as causas da ocorrência; já a imprensa não seria tão paciente. Como se observa na imagem à direita, o jornal de Hearst prontamente apontou os espanhóis como os culpados - 48 horas após o evento, a 17 de Fevereiro de 1898-, oferecendo mesmo uma recompensa de 50000 dólares a quem entregasse os responsáveis. “Destruição do navio de guerra ‘Maine’ foi obra de um inimigo”, lia-se.

O relatório oficial só seria divulgado mais de um mês depois, e viria a concluir que a explosão ocorrera na parte inferior e exterior do navio (o relatório dos espanhóis apontava para o contrário e afirmava que a explosão fora originada na parte de dentro). No entanto, a esta altura, já os jornais de Hearst e Pulitzer haviam lançado uma intensa campanha para o início da guerra. Publicações diárias sobre o inimigo, títulos como “Agora vamos vingar o Maine!”³² e múltiplas especulações sobre como seria fácil vencer o conflito. Este começaria oficialmente a 25 de Abril de 1898, com Hearst a publicar uma semana depois na primeira página: “Como gostam da guerra do *Journal*?”³³

Será talvez um pouco ingénuo achar que William Hearst realmente causou a guerra em Cuba. Por muito que a opinião pública acreditasse no que era publicado nos seus jornais, isso não seria suficiente para exigir uma intervenção. Como explicou David Nasaw:

Ainda que Hearst afirmasse que a guerra em Cuba era a guerra do ‘*Journal*’, não o era. O presidente McKinley não pediu uma declaração de guerra, assim como o parlamento não lhe deu uma, para agradar a William R. Hearst. (...) Hearst era um *cheerleader* e não um decisor político. McKinley tinha as suas próprias fontes de informação em Cuba; ele não precisava de Hearst ou Pulitzer para lhe contarem o que se passava lá, nem tão pouco confiava muito no que eles tinham a dizer. De acordo com o historiador Walter LaFeber, ele nem sequer lia os “*yellows*”. (Nasaw, 2001, p. 132)³⁴

Além disso, como explica também W. Joseph Campbell em “*Yellow Journalism*” (2001), algumas das histórias envolvendo Davis e Remington durante a sua ida para Cuba foram

³² NOW TO AVENGE THE MAINE! (Original)

³³ How do you like the Journal’s War? (Original)

³⁴ Tough Hearst claimed that the war in Cuba was the *Journal*’s war, it was not. President McKinley had not asked for a declaration of war, nor had Congress granted him one, to please William R. Hearst. (...) Hearst was a cheerleader not a policy maker. McKinley had his own sources of information in Cuba; he did not need a Hearst or Pulitzer to tell him what was going on there nor did he place much trust in what they had to say. According to the historian Walter LaFeber, he did not even read the “*yellows*”.

durante muitos anos mal contadas ou mal interpretadas. Campbell afirma mesmo que o desejo de regresso por parte de Remington se devia ao seu mal-estar e não à falta de evidências de uma revolução iminente. Mesmo a famosa frase de Hearst no telegrama de resposta não pode ser confirmada por falta de provas. O que ambos os autores pretendem dizer é que a guerra entre Espanha e EUA aconteceria independentemente de Hearst ou Pulitzer, e os seus respetivos jornais sensacionalistas, que, aliás, tinham uma audiência muito reduzida fora de Nova Iorque.

Como concluiu John Offner, autor de *An Unwanted War*, este jornalismo amarelo até poderá ter partilhado alguma da influência sobre a opinião americana, mas teve um efeito apenas superficial. Os eventos reais não foram criados pela imprensa. Ainda que muitas histórias tenham sido inventadas, se só existissem editores responsáveis nos EUA, o povo americano acabaria por descobrir o que estava a acontecer, as condições miseráveis dos cubanos, e a intervenção norte-americana acabaria por acontecer na mesma.

Assim, desfaz-se o mito de que William Randolph Hearst tenha sido o responsável pela guerra de 1898, e com ele a ideia de que os media tenham força suficiente para causar um conflito. Poderão ajudar, ou manipular os seus factos, como vimos não só neste último caso mas também nos anteriores, mas nunca ser a ignição que os começa. No entanto, se há algo que os últimos seis casos provaram é que o mau exercício do jornalismo poderá ter consequências gigantescas, ainda que não sejam suficientes para causar uma guerra. Para terminar, tenho que dar pelo menos o mérito a William Hearst por ter conseguido associar tal feito, com sucesso, às suas publicações durante tanto tempo. Não era certamente um homem comum, ou não fosse ele o modelo principal de um dos personagens/filmes mais conhecidos da história: *Citizen Kane*, de Orson Welles.

Capítulo III. Jornalismo de guerra: definições e considerações

Vista a história do jornalismo de guerra e a questão da sua influência e imparcialidade, falta agora abordar as questões mais técnicas desta vertente do jornalismo. O que determina o envio de um repórter para cobrir uma guerra e como se apresenta o seu trabalho na imprensa impressa são as questões que discutimos antes de passar ao estudo empírico. Relevância editorial e características são o último estágio necessário antes de analisar como se fez, e faz, jornalismo de guerra em Portugal.

1. Relevância editorial

Principalmente desde que William Howard Russell inaugurou o “estilo”, os repórteres de guerra e as suas notícias tornaram-se fundamentais ao sucesso de qualquer media. Se existe conflito, a população quer saber o que está acontecer, e o jornal, rádio, televisão ou página *online* que não faça a sua cobertura sai a perder em relação aos seus concorrentes. Trata-se de uma noção básica, o desastre vende mais que a felicidade, não sendo por acaso que os jornais económicos tenham mais leitores em alturas de crise. O interesse do ser humano é atraído pela falta de segurança e pelo risco da fatalidade, e o exemplo máximo dessa possibilidade é, sem dúvida, a guerra. É por isto, principalmente, que um conflito armado não pode faltar na linha editorial de um meio de comunicação.

Ainda que a maioria dos jornalistas de guerra tenham gosto naquilo que fazem, e adorem estar no centro da ação, no local onde se está a fazer história, não avançam para o terreno por vontade própria. Isso é responsabilidade do editor, ou diretor de informação. Cabe a estes profissionais avaliar a relevância nacional e internacional do conflito e decidir se valerá a pena gastar meios humanos e financeiros para o cobrir. Basicamente, isolar o fator da proximidade. É claro que o valor de uma notícia advém principalmente de outros fatores, como a responsabilidade de executar o serviço público, mas há que ter em conta que a imprensa é uma empresa como tantas outras.

Normalmente o fator principal é, como mencionei acima, o risco de fatalidade. Isto é, se uma ponte cair na China provavelmente não interessará aos portugueses sabê-lo, mas se, por outro lado, a queda da ponte fizer vítimas mortais, a sua relevância noticiosa cresce imediatamente, mesmo que não existam cidadãos nacionais envolvidos. Por exemplo, os movimentos revolucionários no Norte de África e Médio Oriente originados em 2010 e que decorrem até hoje, conhecidos como “Primavera Árabe”. Trata-se de um evento altamente importante para diversos órgãos políticos internacionais, que juntamente com as ameaças aos direitos humanos e perdas de múltiplas vidas tornam a “Primavera Árabe” um assunto

relevante. Um facto que é comprovado pelo envio em massa de correspondentes para o local por parte dos diversos media nacionais.

Depois existe ainda a questão do tempo de antena ou do quantidade de caracteres concedidos a um evento. Se chegasse a ser notícia, a situação da ponte que não fez vítimas nunca teria o mesmo espaço do que se as tivesse feito. Voltamos à mesma ideia, é uma questão de relevância para o cidadão comum. Um desastre ocorrido em solo americano, por exemplo, será editorialmente mais importante para os americanos do que publicar quem é o novo presidente de Portugal, ou qualquer outro país. Citando Alain Woodrow, Nuno Brandão refere:

(...) “É certo que a grande maioria das notícias provenientes do mundo é ‘negativa’: guerras, fomes, golpes de Estado, torturas, epidemias, crimes, acidentes, catástrofes naturais”, bem como é também próprio da informação sair do “ordinário”, ou seja, que infelizmente fala-se mais da “ponte que cai e não das centenas que resistem, do comboio que descarrila e não dos milhares que levam a bom porto os seus passageiros” (Woodrow, 1996, p. 145). (Brandão, 2002, p. 159)

Assim, a relevância editorial de uma guerra é determinada pelos mesmos critérios de uma notícia geral. Apesar de se tratar de um conteúdo fortíssimo para as audiências, a disponibilização de meios estará sempre dependente dos fatores que mencionei acima. Ou seja, cobrir uma guerra será sempre fundamental, pois como os desastres naturais, é um conteúdo que agarra o recetor da informação, não importa a plataforma em que esta é difundida.

A questão está na dimensão do conflito e no interesse da população do país onde se publica ou difunde imagens. A guerra do Iraque, por exemplo, tinha uma relevância internacional tão grande que cerca de 2200 jornalistas, de todo o mundo, estiveram no terreno para acompanhar o conflito. Já no que se refere à “Primavera Árabe”, para darmos outro exemplo, apesar do seu grande destaque em 2011 e 2012, poucos serão os jornalistas (comparando com estes anos) que continuam nos vários países ainda em problemas, como a Síria, preferindo a imprensa utilizar informações providas de outras fontes que não as suas. No entanto, tenho a certeza que se algo de maiores proporções eclodisse nesses países, neste momento, o caso seria diferente, e os repórteres começariam a ser novamente enviados. Porque, apesar de tudo, a ideia principal mantém-se: o jornalismo de guerra ocupa o primeiro lugar quando se trata de relevância editorial.

2. Características: a imprensa em papel

A relevância editorial mostra porquê, e em que circunstâncias, se envia um jornalista para cobrir um conflito. Agora veremos como essa cobertura é executada.

Diz-se que a rádio informa, a televisão mostra e a imprensa explica. Isso poderá ser verdade nos dias que correm, mas, como vimos nos capítulos anteriores, nem sempre foi

assim. Até ao aparecimento da rádio, mas principalmente até à massificação da televisão, a imprensa era o meio de comunicação por excelência. Como também observámos, até à segunda metade do século XX nenhum media tinha o poder da imprensa escrita, leia-se, os jornais e revistas impressos. Este monopólio informativo conferia-lhe um poder gigantesco, comprovado com casos como o de William Hearst e Joseph Pulitzer, a proliferação do “*yellow journalism*”, e as mentiras e exageros que lhes estão associados. As publicações das guerras mundiais mostram outros exemplos, e apesar de naquela altura já se fazer uso da rádio para a difusão de informação, a imprensa continuava a dominar. Continuava a ser o único “contador de histórias”, e, por isso, a poder dizer tudo o que entendesse, pois dependia-se da imprensa para saber o que aconteceu num determinado evento. Hoje a realidade é diferente: com a rádio, a televisão e a internet, a imprensa impressa é o meio mais lento, e por isso, hoje adota uma postura não tanto de informador de primeira linha, como antes, mas mais de analista e explicador. Assim, sobre a fase dos anos gloriosos da imprensa não irei escrever mais; as características que quero apresentar são as atuais, isto é, como se escreve uma notícia de guerra hoje. Enfim, como sobrevive um jornal, quando rádios, televisões e páginas *online* já chegaram primeiro aos recetores de informação.

A notícia de guerra na imprensa em papel assenta, essencialmente, em três fatores: texto indireto, aprofundamento e fotografia.

Porque muitas vezes a notícia já não é uma novidade para o leitor, por já ter sido adiantada noutro meio de comunicação, o estilo do texto noticioso é alterado do formato direto para o *indireto*. Por outras palavras, ao invés de termos uma notícia que se foca nas quatro questões fundamentais (quando, onde, o quê e quem), é-nos apresentado um texto onde se foca as questões consideradas secundárias (porquê e como). O objetivo, portanto, não é dar a conhecer o que à partida já se sabe, mas sim explicar as causas e as formas dos acontecimentos. Muitas vezes utiliza-se um estilo mais próximo do literário ou da crónica, tentando-se contar a história do que aconteceu em vez de apenas se ficar pela tradicional frieza característica do jornalismo. O repórter de guerra poderá mesmo utilizar a primeira pessoa do singular para contar o que viu com os seus próprios olhos. Porém, é neste tipo de situações que não é difícil encontrar casos de falta de isenção, porque o jornalista também tem pátria e, ao falar na primeira pessoa para relatar um acontecimento, o seu patriotismo torna-se evidente na peça.

O corpo da notícia poderá ainda vir acompanhado de uma descrição acentuada dos locais e pessoas envolvidas, tentando, se possível, incluir relatos dos participantes contados na primeira pessoa, usando muitas vezes excertos fortes para fazer o título ou o *superlead* da peça para atrair o leitor. Porém, é neste estilo alternativo que muitas vezes se encontram os “erros” do jornalista. Ao descrever uma determinada situação, muitas vezes apela-se à emoção, através de descrições de cenários sinistros e do uso da adjetivação forte. Já os relatos dos participantes são uma das particularidades que os jornalistas do impresso

procuram usar como vantagem na sua concorrência com os outros meios. Um exclusivo é sempre um exclusivo, e os de guerra são sempre mais atrativos para o leitor.

Explicar o porquê da questão não é suficiente, o *aprofundamento* do assunto é necessário e vai além do corpo da notícia principal. Estatísticas, caixas de texto adicionais, infografias e comparação com outros casos são a segunda técnica utilizada para diferenciar o impresso dos outros meios. Apesar de ser possível fazê-lo noutras plataformas - e até com mais dinamismo no caso do *online* - incluir estes dados junto ao texto ajuda a prender o leitor. A aposta neste método e, principalmente, num bom grafismo é fundamental sobretudo para a nova geração de leitores. Jornais portugueses como o *I* ou o *Público* já perceberam esta tendência e utilizam cada vez mais o grafismo como arma.

Por último a *fotografia*, o grande trunfo das revistas e jornais impressos. Não existe notícia de guerra sem uma boa fotografia que a acompanhe. Podem até a televisão e a internet mostrar os vídeos do que realmente aconteceu, mas nada capta melhor o momento do que a fotografia. Chocantes ou portadoras de alegria, estas imagens estáticas mostram melhor que um texto o que acontece durante um conflito, não sendo assim por acaso que os fotojornalistas foram proibidos durante a primeira grande guerra. A sua utilização, apesar de tudo, dependerá do cariz da notícia e do que se tenta passar para o leitor. Por outras palavras, a fotografia estará dependente da linha editorial. Se o que se pretender mostrar for o lado positivo da guerra, como acontecia nos EUA durante a guerra do Iraque, então escolhem-se as fotografias fantásticas da artilharia e dos soldados heróis. Se, por outro lado, se pretender mostrar os horrores da guerra, então escolhem-se as fotos dos mortos, feridos, mutilados, hospitais e crianças atingidas. Esta segunda vertente é a mais utilizada e a grande arma dos impressos. Regressamos à ideia da relevância editorial: o desastre vende, e as imagens de uma guerra representam o desastre melhor que outro tipo de imagem. Como escreveu Barbie Zelizer:

As imagens jornalísticas da guerra perturbam. Contando-se entre os objetos visuais mais poderosos conhecidos pela humanidade, são perseguidas pela teimosa inevitabilidade e proximidade da morte. Combinando os frios mecanismos da câmara com as paixões ardentes do tempo de guerra, elas oferecem testemunhos visuais sobre circunstâncias que maior parte do mundo prefere não ver: corpos mutilados e edifícios destruídos, gestos de soldados triunfantes, esperanças e espíritos desfeitos aninhados entre a devastação de alguma forma demasiado profunda para a câmara captar. As imagens jornalísticas da guerra mostram o que aconteceu e oferecem lampejos daquilo que pode estar para vir. E para aqueles que nunca experimentaram a guerra em primeira mão, as imagens jornalísticas da guerra oferecem aquilo que pode ser a única representação do que infelizmente se tornou uma das circunstâncias habituais da era contemporânea. (Allan & Zelizer, 2004, p. 115)³⁵

³⁵ Journalism's images of war disturb. Among the most powerful visuals known to humankind, they are haunted by the stubborn inevitability and proximity of death. Combining the cool mechanics of the camera with the hot passions of wartime, they offer visual statements about circumstances much of the world prefers not to see: shattered bodies and mangled buildings, triumphant soldierly gestures, hopes and broken spirits nestled inside devastation somehow too deep for the camera to record. Journalism's images of war both show what has been and offer glimpses of what might be. And for those who have

Assim, o jornalismo de guerra na imprensa em papel depende, em larga escala, dos três fatores referidos para o sucesso junto do leitor. Um bom editor que consiga decidir o que é relevante ou não já não é suficiente. Com a concorrência da rádio, televisão, mas principalmente, do imediatismo da internet, a imprensa escrita necessita de usar estas armas para não se tornar obsoleta. No entanto, estas técnicas de nada servem se o profissional não estiver à altura dos padrões do jornalismo: Mas a análise da forma de escrever ficará para o estudo empírico.

3. O Caso da imprensa portuguesa: introdução ao estudo empírico

As três características apresentadas atrás poderão definir a forma de execução do jornalismo de guerra na imprensa, mas no final tudo dependerá da maneira **como** aquele se executa. Porque conseguir atrair o leitor com textos indiretos que explicam o problema, com gráficos e comparações que aprofundem a questão, acompanhados de uma boa fotografia, não é sinónimo de bom jornalismo. Isenção, boa-fé, ausência de patriotismo implícito ou explícito e apresentação de conteúdo factual privado de opinião são os verdadeiros sinónimos de boa prática jornalística.

Ao longo dos capítulos anteriores já apresentei muitos exemplos de como o jornalismo de guerra foi e é praticado fora do nosso país. Falta agora saber se os nossos profissionais e jornais são um exemplo a seguir, ou se também por cá as práticas não são as melhores. Falta, pois, analisar o caso da imprensa portuguesa.

never experienced war firsthand, journalism's images of war provide what may be the only depiction of what sadly has become one of the reigning circumstances of the contemporary age.

Parte II. Estudio Empírico

Capítulo I. Metodologia e desenho da investigação

Ao longo do enquadramento teórico desta dissertação já se percebeu que o jornalismo de guerra não é uma especialização fácil de entender. Escrever sobre um conflito armado não é, de todo, igual a falar sobre uma nova lei aprovada no parlamento, uma nova descoberta no campo da medicina ou mesmo um crime violento que ocorreu no dia anterior. No entanto, para compreender esta especialização é preciso ir além da teoria, será necessário analisar conteúdos diretamente. Porque não basta aceitar o que um ou outro autor escreveu sobre o tema, não chega a análise teórica das características que se enumeraram no capítulo anterior. É sim necessário analisar notícias publicadas relativas ao tema de guerra, não só para se verificar a veracidade daquilo que foi apresentado anteriormente, mas também para analisar como se faz jornalismo de guerra em Portugal. Até porque grande parte da teoria escrita remete para o que se faz lá fora - até porque, felizmente, o nosso país tem uma história recente relativamente pacífica - é preciso saber se as características se aplicam aos nossos profissionais e respetivas publicações.

Para compreender o jornalismo de guerra no nosso país optou-se pela escolha de dois jornais impressos: um dito de referência, o *Público*, outro conhecido por ser mais sensacionalista, o *Correio da Manhã*, que é também o mais vendido a nível nacional; e, em relação a cada um deles, abordar a sua cobertura da segunda guerra do Iraque (2003).

A escolha da imprensa em papel como objeto de análise, ao invés de uma rádio, uma televisão ou um jornal online, prende-se com o facto de aquele ser o meio que mais procura aprofundar as suas histórias. Porque não está sujeito ao fator do imediatismo como os outros três - à exigência de entregar rapidamente a informação ao leitor -, o jornal impresso está, à partida, mais preocupado em entregar um bom texto, rico em detalhes e com bons recursos exteriores ao texto (fotografia e infografia). A opção passou ainda pela maior variedade de elementos de análise que a imprensa em papel propicia. Ao invés de analisar quantas vezes uma notícia de guerra abriu um jornal televisivo ou radiofónico, ou procurar saber quantas imagens da guerra do Iraque foram vistas na televisão, ao analisar a imprensa tradicional ficamos perante um conjunto de elementos comparativos bastante superior. É possível, nomeadamente, analisar quantas vezes se fez da guerra capa da publicação, quantas páginas lhe foram dedicadas e quantas notícias, fotografias e infografias foram apresentadas ao leitor. E, neste caso, estamos a falar apenas de dados quantitativos, pois quanto aos qualitativos o número de variáveis é ainda maior, passando pela questão do tipo de texto e linguagem utilizada, se existem ou não títulos apelativos, que carácter têm as fotos apresentadas e que importância se dá aos exclusivos e enviados especiais.

Quanto ao *corpus* selecionado, a escolha da guerra do Iraque por deveu-se a dois motivos: primeiro, por ter sido o primeiro grande conflito do século XXI, as publicações

relativas ao tema são relativamente recentes, dado importante para analisar os “nossos” jornalistas. Segundo, porque este foi o primeiro conflito armado que realmente acompanhei desde o seu início: dado que tinha cerca de 12 anos à altura do início da guerra, foi a primeira que segui com alguma atenção. Já quanto à escolha das publicações os motivos foram igualmente dois: primeiro, por se tratar de duas publicações importantes no nosso país, o *Público* e o *Correio da Manhã* são fortes candidatos a representar o jornalismo praticado em Portugal; segundo, também por uma questão pessoal: o *Correio da Manhã* é um jornal que acompanhei desde muito novo, e o *Público* é hoje o meu jornal de eleição, a par do semanário *Expresso* (que foi a primeira escolha mas se revelou logisticamente difícil de analisar).

Sendo um capítulo metodológico, nele vai expor-se tudo o que importa saber à partida para a compreensão da análise de resultados que lhe vai suceder: os problemas, objetivos e hipóteses, população e amostra que foram definidos, bem como os métodos e técnicas utilizadas para levar a cabo a investigação.

1. Problema

O problema que este estudo empírico pretendia resolver é o seguinte: Que características apresenta o jornalismo de guerra na imprensa em Portugal? Deste problema surge, naturalmente, um conjunto de questões mais específicas para as quais terá de se procurar a resposta através da recolha e análise dos dados:

Q1. Que relevância tem a especialização de guerra nos jornais portugueses? Mais concretamente:

Q1.1. Quantas vezes é a especialização de guerra capa dos jornais?

Q1.2. Quantas páginas dedicam os jornais ao tema da guerra?

Q1.3. Quantas vezes é a especialização de guerra tema de notícias nos jornais?

Q1.4. Verifica-se interesse em acompanhar o conflito, mesmo depois da sua fase inicial?

Q1.5. Que importância se dá aos recursos além texto, como fotografias, infografias, cronologias e caixas de texto? E que características são próprias destes recursos?

Q2. O jornalismo de guerra tem **características diferentes de outras especializações jornalísticas**? Mais concretamente:

Q2.1. Qual a estrutura e o tipo de linguagem dos textos sobre guerra?

Q2.2. Qual a importância do fator “choque”, visível por exemplo na relevância concedida a fotos chocantes e textos descritivos que apelam à emoção do leitor?

Q2.3. Qual o destaque concedido aos exclusivos de guerra e relatos dos enviados especiais?

Poderá argumentar-se que dois jornais apenas não serão suficientes para responder a todas estas questões e, assim, traçar as características gerais do jornalismo de guerra na imprensa portuguesa; e que apenas um conflito não justifica todos os outros. Porém, como o jornal *Correio da Manhã* é o mais lido do país, e é conhecido pela sua tradição mais ligada ao sensacionalismo, tendo textos mais curtos e linguagem mais simples; e o *Público*, ainda que menos vendido, é um dos jornais de “referência” nacionais, com textos mais aprofundados e uma linguagem mais acentuada, parece-me que representam de forma significativa as características possíveis dos jornais em papel. Já quanto à quantidade de conflitos analisados, apesar de apenas um, a guerra do Iraque e as suas consequências prolongaram-se pelo resto da primeira década do novo século; para além disso, este foi o “grande” conflito da história mais recente, pelo que mostra as últimas características praticadas pelos profissionais do jornalismo.

2. Objetivos e hipóteses

Este estudo empírico teve como objetivo principal caracterizar o jornalismo de guerra no nosso país, tendo por base as notícias recolhidas em 13 edições dos jornais *Público* e *Correio da Manhã*. Quando a investigação se iniciou, e tendo também em conta a revisão da literatura que fizemos, formulámos duas hipóteses principais, das quais derivámos em cada um dos casos várias subhipóteses ou hipóteses secundárias (e cuja validação acarreta, logicamente, a validação das nossas duas hipóteses principais):

H1. A especialização de guerra é altamente relevante para um jornal impresso, o que se traduz em aspetos como os seguintes:

- H1.1. Os temas ligados à guerra são, na maioria das vezes, capa da publicação.
- H1.2. Há um número significativo de páginas dedicadas à guerra.
- H1.3. Os temas ligados à guerra são objeto frequente de notícias.
- H1.4. O conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra.
- H1.5. Os recursos adicionais ao texto como fotografias e infografias estão presentes na maior parte dos casos.

H2. O jornalismo de guerra tem características diferentes de outras especializações jornalísticas, nomeadamente as seguintes:

H2.1. Os textos utilizam uma linguagem indireta, tendendo a estrutura da notícia de guerra a desviar-se da pirâmide invertida para seguir um estilo mais próximo da grande reportagem.

H2.2. O fator “choque” e o apelo às emoções está intimamente ligado às notícias de guerra, sendo recorrentes fotografias, textos, títulos e histórias de civis que apelem à emoção.

H2.3. Os exclusivos de guerra e os relatos dos enviados especiais de cada publicação recebem um destaque acrescido.

3. População e amostra

O estudo empírico desta dissertação passou pela análise de todas as notícias relativas à segunda guerra do Iraque, iniciada em 20 de Março de 2003, contidas em 13 edições dos jornais nacionais *Público* e *Correio da Manhã*, publicadas entre 21 de Março de 2003 e 17 de Março de 2004. A ideia passou por analisar o destaque dado à guerra e suas consequências ao longo de todo um ano, ao invés de se focar apenas, por exemplo, no primeiro mês do conflito. Assim, não foi apenas possível verificar o impacto inicial da guerra em ambos os jornais, como também verificar de que forma se manteve o assunto nas edições ao longo dos meses seguintes.

Para seleccionar as edições dos jornais a analisar, aplicou-se o método da semana composta por mês, que consiste em escolher uma semana (ou mais) seguindo a sequência normal dos dias (domingo, segunda-feira, terça-feira...) e meses (janeiro, fevereiro, março...) utilizando, porém, datas não consecutivas. Os dias foram escolhidos aleatoriamente, excetuando o primeiro que remete para o início da guerra, respeitando uma ordem consecutiva de semanas à medida que se avançava nos meses. Ficou, ainda, definido que ambas as publicações teriam as mesmas datas, com a possibilidade de avançar, ou recuar, uma semana caso a edição escolhida aleatoriamente não apresentasse qualquer notícia do tema e que seriam contabilizados os dados, sempre que existentes, das publicações anexas ao jornal do dia (como revistas ou edições especiais que não são vendidas em separado).

Por outras palavras, escolheu-se para primeira edição o dia 21 de março de 2003, dia seguinte ao início do conflito (pois como se trata de imprensa em papel faz sentido começar apenas no dia seguinte aos primeiros acontecimentos), tendo as seguintes publicações esta data como referência. Em consequência das regras previamente definidas, as edições escolhidas para análise foram, concretamente, as seguintes:

1. Sexta-feira, 21 de março de 2003 (3ª semana)
2. Sábado, 5 de Abril de 2003 (1ª semana)
3. Domingo, 11 de Maio de 2003 (2ª semana)
4. Segunda-feira, 16 de Junho de 2003 (3ª semana)
5. Terça-feira, 29 de Julho de 2003 (4/5ª semana)
6. Quarta-feira, 6 de Agosto de 2003 (1ª semana)
7. Quinta-feira, 11 de Setembro de 2003 (2ª semana)
8. Sexta-feira, 17 de Outubro de 2003 (3ª semana)
9. Sábado, 22 de Novembro de 2003 (3/4ª semana)
10. Domingo, 28 de Dezembro de 2003 (4/5ª semana)
11. Segunda-feira, 5 de Janeiro de 2004 (1ª semana)
12. Terça-feira, 10 de Fevereiro de 2004 (2ª semana)

13. Quarta-feira, 17 de Março de 2004 (3ª semana)

4. Métodos e técnicas de investigação

Na tentativa de encontrar respostas para todas as questões de investigação decorrentes do problema e confirmar as hipóteses formuladas, tal como nos foi apresentado anteriormente, o conteúdo das 13 edições de cada jornal (26 no total) foi analisado tanto ao nível quantitativo como qualitativo.

Quanto ao primeiro, procurou-se traduzir em números a quantidade de material relativo ao tema que as publicações apresentavam a cada edição. Estes números incluíam a contabilização em tabela de cinco fatores escolhidos à partida: quantas vezes o assunto foi **capa**, quantas **páginas** por edição continham informação sobre a guerra, qual o número de **notícias**, **fotografias** e **infografias**. Pretendia-se, assim, descobrir quantos “espaços” no total foram ocupados pelo tema “guerra do Iraque” em ambas as publicações.

Já no que toca ao nível qualitativo procuraram-se as informações não contabilizáveis que remetem para as verdadeiras características do jornalismo, aquelas que iriam ditar o que e como se escreveu sobre a segunda guerra do Golfo, e que determinou a forma como se apresentaram essas informações em Portugal. Num total de 26 capas, 131 páginas dedicadas, 223 notícias, 215 fotografias e 20 infografias dedicadas ao tema da guerra do Iraque, os dados qualitativos prenderam-se, essencialmente, com a análise dos seguintes elementos: relevância editorial e aprofundamento do assunto, tipologia dos títulos e *leads* das notícias, estrutura do texto (se obedece à pirâmide invertida), verificação do que é mostrado nas fotografias e analisado nas infografias, utilização de intervenientes da guerra (como civis e soldados) nas notícias, teor do texto (se apela ou não à emoção) e, por fim, importância dada aos exclusivos e aos jornalistas enviados especiais.

A análise de ambos os tipos de resultados, tratada no capítulo seguinte, será apresentada da seguinte forma: em primeiro lugar, os resultados dos dados quantitativos dos jornais *Público* e *Correio da Manhã* analisados individualmente e seguidos de uma comparação entre as duas publicações. Em segundo lugar, os resultados dos dados qualitativos igualmente apresentados primeiro em separado e depois sujeitos a comparação entre os dois diários. E, no final, as conclusões que traçarão as características globais do jornalismo de guerra em Portugal.

4.1 Categorias definidas para a análise empírica das publicações

Antes de se passar à apresentação e discussão dos resultados importa descrever, da forma mais exata possível, todas as categorias de análise utilizadas para cada elemento da investigação, e cuja explicitação é importante para que mais tarde se possa compreender

cabalmente os números obtidos e o que eles representam. Assim, para cada um do conjunto de dados, quantitativos e qualitativos, a lista seguinte apresenta, por ordem alfabética, as categorias de análise que forma definidas à partida.

4.1.1 Dados Quantitativos

Capa / 1ª página - Procurou saber-se quantas vezes o assunto “guerra do Iraque” figurou nas capas de ambas as publicações ao longo dos 26 números escolhidos. Para que fosse contabilizada a edição era necessária pelo menos uma referência ao tema, fosse em texto, fotografia, infografia ou destaque na 1ª página. Nesta análise incluíram-se também as capas de revistas ou especiais anexos à publicação original que não pudessem ser vendidos separadamente.

Fotografia - Apenas as fotografias relativas à guerra, aos seus espaços e intervenientes foram contabilizadas. Incluem-se neste critério as fotos incluídas na capa do jornal, imagens dos correspondentes do conflito, as fotos dos chefes de Estado ou outros intervenientes políticos importantes (para a notícia anexa) e fotografias publicadas nas edições especiais ou revistas anexas ao jornal em questão que não pudessem ser vendidas separadamente. Excluíram-se apenas as fotografias escolhidas pelos autores dos textos de opinião (não contabilizados como notícias).

Infografia - Foram contabilizadas apenas as infografias relativas ao conflito, incluindo as da capa. Considerou-se infografia todo o tipo de gráficos, ilustrações, caixas ou cronologias que fornecessem informações adicionais à notícia em números ou pequenos textos, normalmente elaborados por tópicos. As infografias foram contabilizadas individualmente, não contando como duas ou mais quando o elemento se estendia a mais que uma página. Por outras palavras, se uma cronologia, por exemplo, se estendia pelo cabeçalho de várias páginas, contava-se apenas uma, pois apesar da sua extensão continuava a ser a mesma.

Notícias - Para efeitos quantitativos, considerou-se como notícia qualquer peça jornalística relativa ao tema à exceção dos textos de opinião. Por uma questão de simplicidade, chamou-se notícia às peças propriamente ditas desse nome, às breves, às grandes reportagens, às análises e aos pequenos textos anexos às fotografias (não confundir com legenda da foto). Não foram, assim, contabilizados os textos de opinião, editoriais (que apesar de representarem a linha do jornal continuam a ser opinião), crónicas e outros elementos mais criativos, como as secções de humor. Contabilizaram-se, no entanto, os relatos oficiais dos correspondentes no terreno que não estavam em formato de notícia.

Páginas - Por último contabilizaram-se como páginas dedicadas à guerra todas as que continham em si qualquer dos elementos enumerados anteriormente. Por página dedicada à guerra não deve entender-se uma folha completa, tanto podia ser assim como ter apenas uma

notícia, foto ou infografia em todo o seu tamanho A3. Para evitar repetição de contagens excluiu-se a 1ª página deste critério.

4.1.2 Dados Qualitativos

Análise de Fotografias - Procurou-se analisar o que é mostrado nas imagens. Procurou-se uma tendência e o teor de choque que as imagens podiam causar na audiência.

Análise de Infografias - Procurou-se saber o que era analisado ou representado nas infografias das publicações. Que dados são mais importantes mostrar ou que figuras normalmente se representa.

Aprofundamento - Procurou-se saber se os textos são alargados ou curtos, se o autor procura acrescentar detalhe e outras quaisquer informações relevantes, ou se na maioria das vezes se fica pelo essencial.

Correspondentes - São os enviados especiais da publicação ou outros jornalistas que remetem textos ou informações. Procurou-se verificar o grau de importância que lhes é atribuída, pela frequência de destaque na publicação.

Estrutura - Análise das estruturas do texto. Saber se existe uma tendência em manter a estrutura tradicional da pirâmide invertida nas notícias, ou se, por outro lado, existe um padrão de fuga a este modelo quando se trata de jornalismo de guerra.

Exclusivos - Saber se existem e que destaque ocupam em ambos jornais. Procurar a sua relevância no jornalismo de guerra.

Intervenientes - Quaisquer personagens da guerra como: civis, soldados, chefes ou representantes de Estados envolvidos no conflito. Procurava-se saber se são um elemento recorrente das notícias publicadas.

Leads - Este elemento está ligado à estrutura do texto. Procurou-se saber se existe uma predominância de *leads* diretos ou retardados (indiretos) nas notícias analisadas. Descobrir se é mais recorrente entregar à partida da peça todos os dados principais ou se, por outro lado, se tenta uma abordagem de captação do leitor através de outro tipo de dados que não sejam o “quê”, “quem”, “onde” ou “quando”.

Relevância editorial - Procurar indicadores de destaque dado ao jornalismo de guerra. Esta categoria não é uma categoria de análise, já que depende de indicadores específicos (lugar na capa, tamanho, etc.), tal como expresso nas hipóteses secundárias.

Teor do texto - Procurar pelos elementos “choque” e “emoção”. Apontar a abordagem dada ao texto para atrair o leitor. Ponto ligado aos da estrutura, intervenientes e *leads*.

Títulos - Ponto igualmente ligado aos da estrutura, intervenientes e teor do texto. Procurar saber se os títulos são predominantemente diretos ou apelativos, e se têm uma abordagem emocional.

Capítulo II. Análise de resultados

Como já foi referido anteriormente, este capítulo irá debruçar-se sobre a apresentação dos resultados obtidos durante a investigação empírica realizada. A apresentação foi dividida em duas secções, análise quantitativa e qualitativa, e será apresentada dessa forma para que se torne mais fácil a obtenção de conclusões definitivas. Foram 26 edições (13 do jornal *Público* e 13 do *Correio da Manhã*), 131 páginas, 223 notícias, 215 fotografias e 20 infografias que agora se traduzem em números e dados não quantificáveis que irão deixar transparecer as características do jornalismo de guerra na imprensa em papel portuguesa.

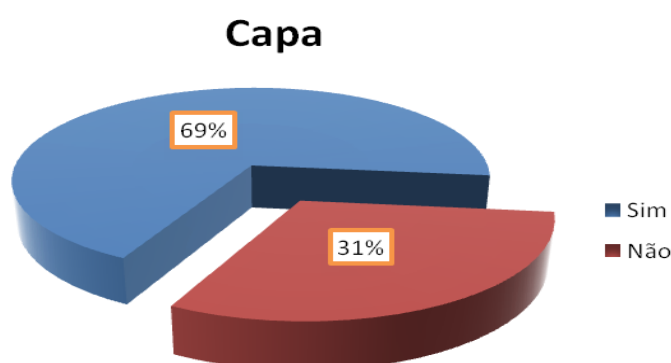
Parte 1. Análise quantitativa

Existe uma razão fundamental para que a análise quantitativa surja em primeiro lugar: é necessário perceber a presença em quantidade da especialização nos dois jornais, antes de se avaliar a sua qualidade. Apresentam-se, de seguida, os resultados numéricos obtidos durante o estudo, na seguinte sequência: jornal *Público*, jornal *Correio da Manhã* e comparação entre ambos. Como já foi referido no capítulo anterior, a análise quantitativa analisou 5 elementos ao longo das 13 edições escolhidas de cada publicação: capas dedicadas, páginas dedicadas, número de notícias, fotografias e infografias.

1. Jornal *Público*

1.1 Capa / 1ª página

Gráfico 1: Percentagem de menções em 1ª página (Jornal Público)



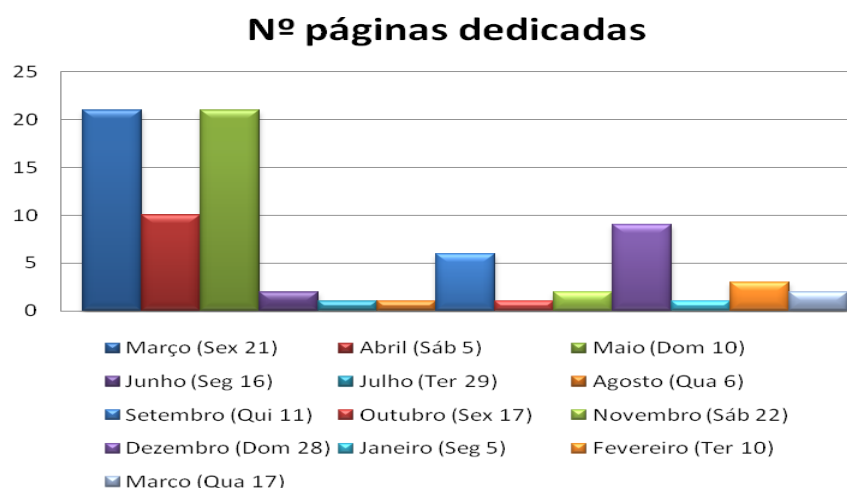
Caso este estudo se baseasse apenas neste elemento, as subhipóteses 1.1 e 1.4 apresentadas anteriormente nesta dissertação estariam já confirmadas: os temas ligados à guerra são na maioria das vezes capa da publicação e existe um interesse em acompanhar o conflito mesmo depois do período inicial - e assim estaria também confirmada, em grande parte, a nossa hipótese principal 1, de acordo com a qual a especialização de guerra é

altamente relevante para um jornal impresso. Isto porque, das 13 edições analisadas do jornal *Público*, 9 (69%) apresentavam conteúdos que remetiam para a guerra do Iraque. Fosse títulos, pequenos textos, fotografias, infografias ou destaques, apenas 4 números (31%) dos escolhidos aleatoriamente não apresentavam qualquer referência à guerra iniciada a 20 de Março de 2003. As edições da amostra referentes aos meses de Agosto e Setembro de 2003 e Janeiro e Março de 2004 foram as únicas a excluir o assunto da 1ª página.

Assim, numa primeira instância, pode desde já afirmar-se que, para o jornal *Público*, a segunda guerra do Iraque foi um tema relevante durante o primeiro ano do conflito, pois o assunto continuou a figurar na 1ª página mesmo quando a distância em relação à data de início do mesmo aumentava. Com 9 presenças na capa em 13 edições, a guerra parece ser um elemento que merece destaque e um tema bastante apelativo para estimular a venda da publicação, já que é normalmente através da capa que se atrai o leitor.

1.2 Número de páginas dedicadas

Gráfico 2: Número de páginas dedicadas à guerra do Iraque



Já sabemos que por “dedicadas” deve entender-se o número de páginas que contenham quaisquer elementos (texto, foto ou infografia) que remetam para o tema em análise, não interessando o seu tamanho. Tendo por base esta regra, ao longo das 13 edições, o *Público* apresentou um total de 80 páginas onde se falou e mostrou a guerra do Iraque e correspondentes desenvolvimentos.

Como se poderá observar no gráfico imediatamente acima, a análise destes números não é tão simples como a do ponto anterior. Se com a análise das capas foi fácil afirmar que o tema em questão foi altamente relevante durante o primeiro ano de conflito, com os dados das páginas dedicadas não se pode afirmar o mesmo, quase que se pode afirmar até o oposto.

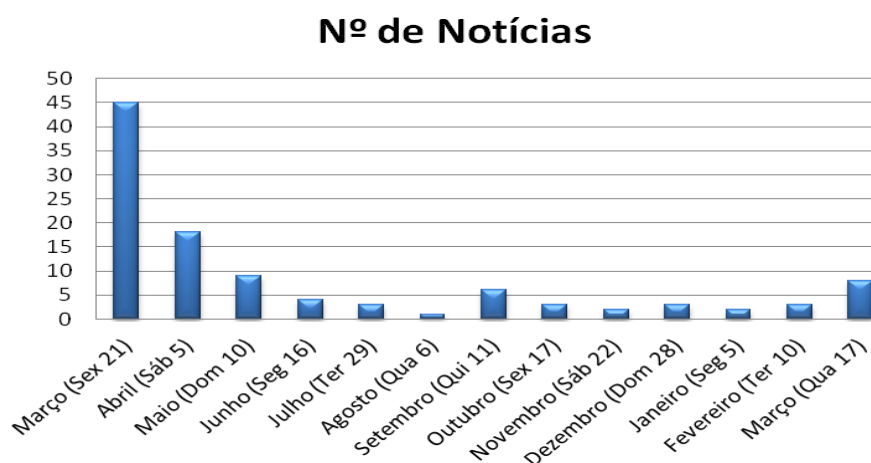
À parte o “boom” inicial registado nas três primeiras edições (Março, Abril e Maio de 2003), nota-se um enorme decréscimo do número de páginas ocupadas pelo tema.

Se durante Março, Abril e Maio tivemos um total de 21, 10 e 21 páginas dedicadas, respetivamente, nas restantes 10 edições os números não se aproximaram dessa grande quantidade. Olhando para estes valores vê-se que mais de metade do total de páginas dedicadas remetem para as 3 primeiras edições; com a exceção dos meses de Setembro e Dezembro de 2003, todas as restantes publicações apresentaram 3 ou menos páginas dedicadas por edição. O que pode revelar, por um lado, uma maior escassez de notícias relativas ao tema - no período que já corresponde ao “pós-guerra”³⁶, ou, por outro, um crescente desinteresse pela procura de informações e/ou aprofundamento das existentes, ou mesmo até um certo cansaço em relação ao tema. E, ainda que a minha primeira aposta vá para a primeira hipótese, é uma questão que aqui deixo em aberto, e a que só se poderá responder após a comparação com o *Correio da Manhã*.

Quanto a hipóteses validadas, confirma-se, pelo menos parcialmente, a 1.2., e que aponta também para a hipótese mais geral da relevância da especialização de guerra para o *Público* (Hipótese 1). Pois, apesar da grande queda no número de páginas dedicadas, a guerra do Iraque não esteve ausente em nenhuma das 13 edições analisadas. Vale até acrescentar que no dia em que o conflito rebentou (20 de Março de 2003) foi lançada uma edição especial, anexa ao jornal, de 32 páginas, que pretendia dar conta dos últimos acontecimentos, não incluídos no número original daquele dia.

1.3 Número de notícias

Gráfico 3: Número de notícias da guerra do Iraque (2003 a 2004)



³⁶ “Pós-guerra” entre aspas porque, ainda que na altura parecesse que o conflito estava terminado, novos tumultos viriam a surgir em solo Iraquiano, o que levou a que a retirada definitiva das tropas americanas só acontecesse em 2011.

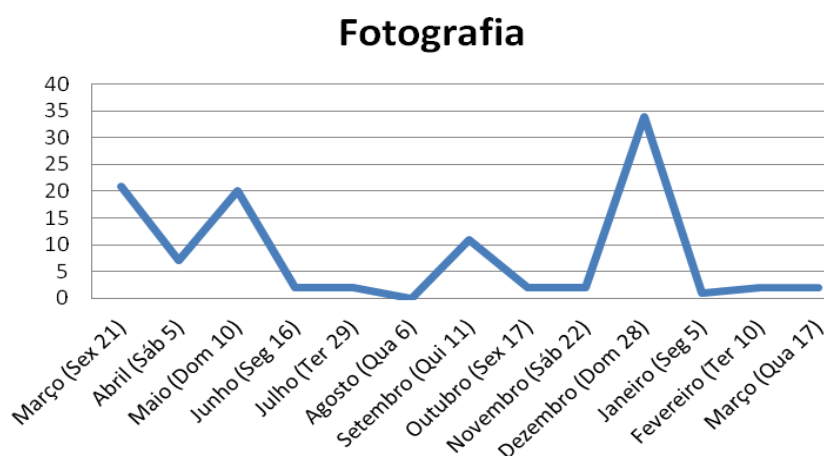
No que diz respeito ao número de notícias publicadas pelo *Público*, a análise quantitativa revela uma queda nos números, ao longo do ano, ainda maior que no ponto anterior. De um total de 107 notícias dedicadas ao tema nas 13 edições, quase metade surgiram no dia que sucedeu ao início do conflito. É um declínio quase curvilíneo, observável no gráfico acima, desde umas impressionantes 45 notícias publicadas a 21 de Março de 2003 para 8 sensivelmente um ano depois. Um valor que até é elevado quando comparado com meses como Agosto ou Novembro de 2003, que registaram apenas uma e duas, respetivamente.

Ainda assim, é importante notar que estes valores se podem dever a dois fatores: primeiro, a aleatoriedade das datas analisadas, podendo em outros dias dos meses escolhidos ter havido uma maior dedicação ao tema; segundo, pelo possível decréscimo no volume de notícias providas do terreno do conflito. No entanto, tal como se referiu na análise das páginas dedicadas, se existiu um desinteresse em relação ao tema por parte do *Público*, isso só se poderá confirmar quando se compararem as edições com as do *Correio da Manhã*.

Apesar disso, volta a confirmar-se a hipótese 1.4 (O conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra) e confirma-se, pelo menos em parte, a hipótese 1.3. (Os temas ligados à guerra são objeto frequente de notícias), que reafirmam a importância (ainda que em decréscimo ao longo dos meses) das notícias de guerra no *Público*. Com 107 notícias em 13 edições, não estando a guerra do Iraque em falta em nenhuma delas, não se pode negar a importância do tema para a publicação impressa. Até porque as 45 notícias do primeiro dia de conflito tornam difícil que os dias seguintes mantenham tal valor.

1.4 Fotografia

Gráfico 4: Número de fotografias da guerra do Iraque (2003 a 2004)



Consideraram-se fotografias da guerra do Iraque todas as imagens relativas aos elementos que lhe dizem respeito: civis, soldados, espaços, chefes ou responsáveis de Estado e jornalistas. Foi um campo um tanto difícil de analisar, dada a sua relatividade, mas ainda assim conseguiu confirmar-se que a fotografia é um elemento extra texto altamente relevante para o jornal *Público*.

Nas 13 edições analisadas contabilizaram-se 106 fotografias ligadas ao conflito, com uma edição a apresentar mais de 30 imagens (Dezembro de 2003) e outras duas com 20 e 21 (Maio e Março de 2003, respetivamente). Números impressionantes, é certo, mas que, à semelhança dos dois pontos anteriores, merecem uma aprofundada atenção.

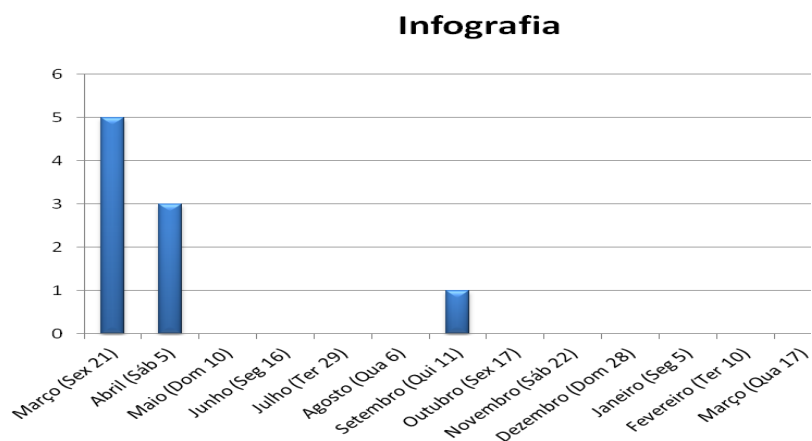
Se observarmos o gráfico acima é possível verificar que a presença da fotografia não é constante, atingindo grandes picos em algumas edições, mas caindo para números muito baixos noutras; no mês de Agosto de 2003, por exemplo, o valor chega mesmo ao 0. Se os meses de Março, Abril, Maio, Setembro e Dezembro de 2003 apresentam números bastante satisfatórios em termos de imagens (21, 7, 20, 11 e 34, respetivamente), as restantes edições registam sempre duas ou menos fotografias cada.

Numa primeira abordagem poderá concluir-se que estas diminuições se devem à escassez de notícias na publicação correspondente: No entanto, ao comparar os gráficos das fotografias e do número de notícias, verifica-se que em algumas situações os elementos não parecem depender um do outro. Se, por exemplo, em Julho é compreensível que só existam duas fotografias, pois só temos nessa edição 3 notícias, no mês de Setembro o número de notícias é apenas 6 e as fotografias são 11; e a disparidade aumenta quando olhamos para o mês de Dezembro, em que apenas temos 3 notícias, mas publicaram-se 34 fotografias.

Assim, nesta primeira análise continua a confirmar-se a hipóteses 1.4 (O conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra) e confirma-se, pela metade, a 1.5: os recursos adicionais ao texto são muito importantes, e a fotografia está quase sempre presente. No entanto, só após a verificação da infografia e dos dados do *Correio da Manhã* se poderá verificar cabalmente a validade desta hipótese.

1.5 Infografia

Gráfico 5: Número de Infografias da guerra do Iraque (2003 a 2004)



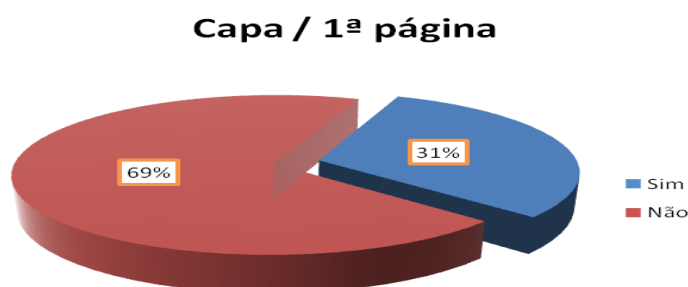
No último elemento de análise quantitativa do jornal *Público* encontrou-se, pela primeira vez, uma contradição parcial de uma das hipóteses colocadas ao início deste estudo (a 1.5) . Como se pode observar no gráfico acima, a infografia não foi um elemento decisivo para a transmissão de informação acerca da segunda guerra do Golfo. Com apenas 3 edições das 13 escolhidas a apresentarem valores positivos, o jornal *Público* não fez deste recurso um aliado para transmissão de notícias, apresentando um total de apenas 9 infografias.

Apenas as edições selecionadas para os meses de Março, Abril e Setembro de 2003 incluíram este elemento nas suas páginas (5, 3 e 1 respetivamente). E, apesar deste não ser um recurso obrigatório para a formulação de um jornalismo correto, não deixa de ser estranho que uma publicação que tem uma tradição de apostar neste tipo de recursos extra texto não o tenha feito durante este período. No entanto, só após a comparação com o *Correio da Manhã* se poderá confirmar se realmente se tratou de um desinteresse por parte do *Público* no que toca às infografias.

2. Jornal Correio da Manhã

2.1 Capa / 1ª página

Gráfico 6: Percentagem de menções em 1ª página (Jornal *Correio da Manhã*)



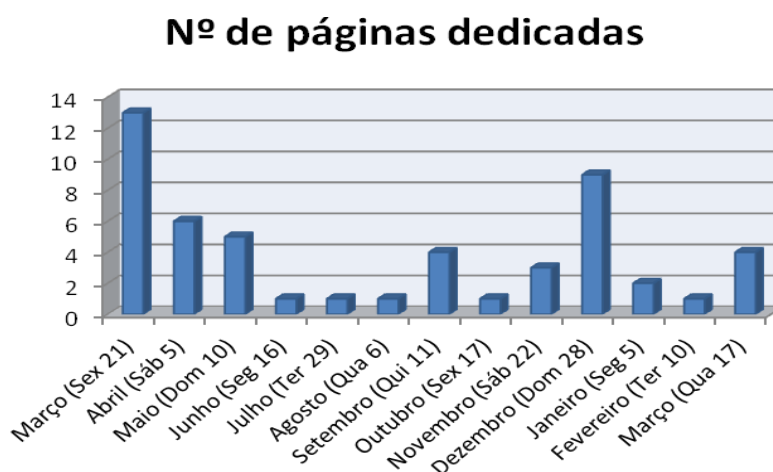
Ao contrário do que aconteceu com o *Público*, os dados relativos à primeira página do jornal *Correio da Manhã* vieram contradizer algumas das hipóteses colocadas ao início deste estudo. Com uma taxa de apenas 31% (4 edições) de primeiras páginas dedicadas à guerra do Golfo em 13 publicações analisadas, o *Correio da Manhã* não se revelou um jornal interessado em fazer da guerra do Iraque uma atração para os seus leitores.

Tendo por base a análise da primeira página, a hipótese 1.1 (Os temas ligados à guerra são, na maioria das vezes, capa da publicação), (que o *Público* havia confirmado), não se confirma.

Podemos daqui concluir, também, e desde já, que o *Correio da Manhã* não considera a especialização de guerra muito relevante (Hi - pois, se um assunto não figura na capa de uma publicação, é, normalmente, porque não é considerado editorialmente relevante para captação de leitores. E, ainda que se possa argumentar que foi a aleatoriedade da escolha das edições que prejudicou os números, tendo analisado os mesmos dias para ambos os jornais, e o *Público* apresentado mais do dobro das referências à guerra na sua capa, tratou-se claramente de uma decisão editorial por parte do *CM*. Até porque das 4 capas onde se fez referência à guerra, duas foram as de Março e Abril de 2003, próximas do início da guerra; outra, a de Novembro de 2003, apenas apresentava uma sondagem; e por último, a do mês de Dezembro de 2003, esteve relacionada com uma análise geral do conflito, típica reportagem de fim de ano. Assim, em sumário, pelo menos durante o primeiro ano de conflito a guerra do Iraque não foi um assunto que merecesse destaque para esta publicação.

2.2 Número de páginas dedicadas

Gráfico 7: Número de páginas dedicadas à guerra do Iraque



Observando o gráfico acima é fácil verificar que o *Correio da Manhã* partilhou o decréscimo de páginas dedicadas já registado para o *Público*. Com 13, 6 e 5 páginas dedicadas nas edições representativas de Março, Abril e Maio de 2003, respetivamente, os números

seguintes deste jornal revelaram um crescente abandono da temática do Iraque. À parte a edição de Dezembro de 2003, que registou 9 páginas dedicadas, todas as outras apresentaram 4 ou menos.

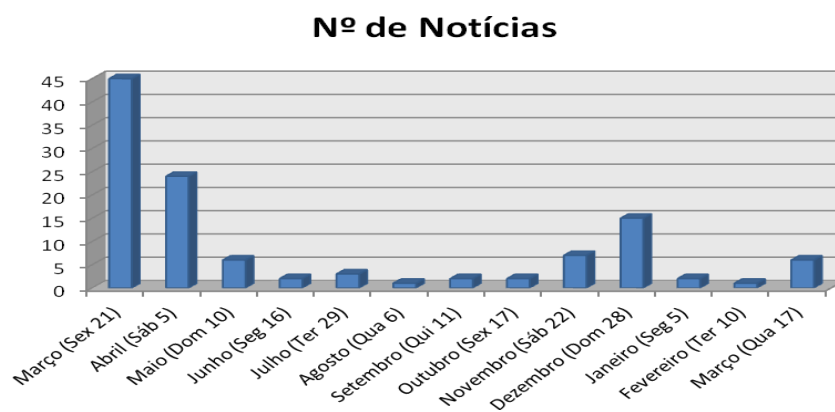
Com menos 29 páginas sobre a guerra que o jornal *Público* (51 contra 80), o *Correio da Manhã*, à semelhança do ponto anterior, volta a revelar um menor interesse pela temática analisada. No entanto, há que notar que à semelhança do seu concorrente, também o *CM* não registou nenhuma edição sem conteúdo relativo ao conflito, não tendo sido necessário aplicar em nenhuma edição a exceção de procura por notícias no dia seguinte ou anterior.

O número de páginas mais reduzido em relação ao *Público* explica-se, a meu ver, por um fator evidente: dado o cariz temático mais generalista do *CM* e a sua tradição de textos mais curtos e simples, o número de páginas não significa menos informação, apenas maior concentração de informação para dar lugar a outros temas - pois, como vamos ver no ponto seguinte, o número de notícias até ultrapassou o do seu concorrente. Já no que toca à queda no número de páginas dedicadas por edição, a razão foi certamente a escassez de notícias e não um desinteresse pelo tema, como sugeria na análise ao *Público*. Agora que já se pode estabelecer uma comparação entre as duas edições repara-se que, apesar dos números mais modestos do *CM*, e de já se ter provado (no ponto anterior) que não foi um tema usado para atrair leitores, nunca a publicação deixou de acompanhar o conflito.

Assim, após esta segunda análise quantitativa confirma-se a hipótese 1.4 (O conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra), o que, à semelhança do *Público*, aponta para o jornalismo de guerra como de alta relevância para o *Correio da Manhã*, ainda que provavelmente não tão elevada como para o seu concorrente.

1.2 Número de notícias

Gráfico 8: Número de notícias da guerra do Iraque (2003 a 2004)

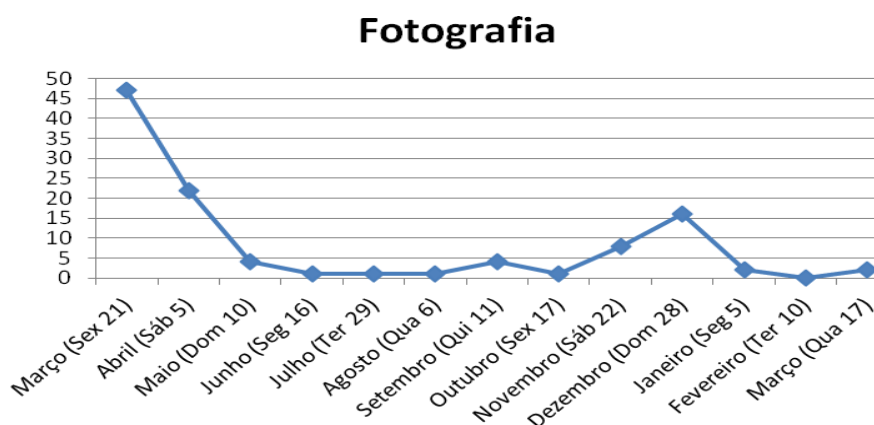


O número de notícias é o primeiro de três pontos em que o *Correio da Manhã* consegue superar o, também analisado, *Público* relativamente à cobertura da guerra do Iraque. Não propriamente numa questão de edições individuais, mas sim num contexto geral, o *CM* conseguiu nas 13 edições um total de 116 notícias, contra as 107 do *Público*. Ainda assim, volta a registar-se um declínio similar ao do número de páginas dedicadas, com o *Correio* a registar, por exemplo, 45 notícias na edição do dia seguinte ao início do conflito, 24 na semana de Abril de 2003 e 15 no número de 28 de Dezembro de 2003, mas a apresentar números sempre inferiores a 7 nas restantes 10 publicações.

Tal como se referiu na análise quantitativa às notícias do *Público*, o decréscimo pode dever-se a dois fatores: o já praticamente confirmado, no ponto anterior, decréscimo de notícias relevantes para serem publicadas; e, depois, a aleatoriedade das datas, já que as datas de ambas publicações são as mesmas e não se verificou uma disparidade de relatos diferentes provindos do Iraque. Assim, só se podem justificar os números reduzidos pela falta de eventos noticiáveis. Confirmam-se, portanto, as hipóteses 1.3 (Os temas ligados à guerra são objeto frequente de notícias) e, mais uma vez, a 1.4 (O conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra); e, assim, a importância do jornalismo de guerra para a imprensa portuguesa, já que também o *Correio da Manhã* se importou em acompanhar o conflito e a relatar todas as notícias que achou oportunas ao longo do primeiro ano da guerra.

1.3 Fotografia

Gráfico 9: Número de fotografias da guerra do Iraque (2003 a 2004)



O penúltimo elemento de análise, e o segundo em que o *CM* ultrapassou o *Público*, permite mais um estabelecimento de paridade entre as duas publicações e a importância que ambas dedicaram ao conflito. Ultrapassando apenas por 3 o número de fotografias publicadas, de 109 contra 106 do *Público*, estabelece-se aqui um ponto de igualdade em relação à importância que os dois jornais dedicam a este recurso extra textual, a fotografia.

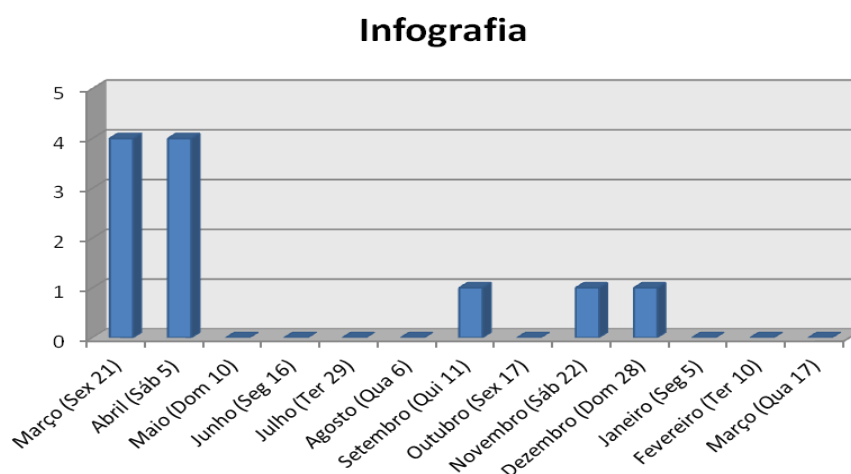
Como é observável no gráfico acima, tal como no *Público* também o *Correio da Manhã* registou um decréscimo nas imagens publicadas ao longo do primeiro ano, atingindo algumas elevações ocasionais, mantendo as primeiras publicações e a do mês de Dezembro de 2003 como as grandes representantes deste recurso. Com 47 em Março de 2003, 22 em Abril de 2003 e 16 em Dezembro de 2003, atinge, no entanto, números muito inferiores nas restantes, não ultrapassando as 8 fotos em nenhum dos outros 10 números, registando mesmo a nulidade em Fevereiro de 2004.

Uma vez mais, a descida nos valores estará ligada à escassez de notícias. E, se com a análise do *Público* não era possível perceber se a relação entre notícias e fotografias era relevante, a análise dos números do *CM* confirma a verdadeira existência desta ligação. O total de fotografias por edição nunca ultrapassou, nem ficou aquém, do número de notícias em mais de dois valores. Significa isto que se existia uma notícia, existia quase sempre uma fotografia que a acompanhava, evidenciando a relevância deste recurso para o jornalismo de guerra. Nos casos em que a fotografia ultrapassava o número de notícias, ou não estava ligada a um texto, verificou-se que se tratava de edições “especiais” como as tradicionais coleções de fotografias do ano lançadas nas edições de Dezembro, ou então conjuntos de imagens que contam como mais que uma foto, mas que remetem para o mesmo evento.

As hipóteses 1.4 (de novo) e a 1.5 (pela metade) são, assim, confirmadas, e confirmam que o jornalismo de guerra é relevante, há interesse em acompanhar um conflito após o seu início e os recursos extra texto são muito importantes, pois a fotografia está quase sempre presente. A hipótese 1.5 só não fica completamente confirmada pois falta ainda a análise da infografia neste jornal.

1.6 Infografia

Gráfico 10: Número de infografias da guerra do Iraque (2003 a 2004)



Uma das minhas grandes apostas para comigo próprio aquando do início deste estudo estava na certeza de que a infografia havia sido um dos grandes trunfos da imprensa em papel para explicar a guerra do Iraque aos seus leitores. Após a infirmação desta suposição já obtida com o *Público*, observando o gráfico acima confirma-se que também o *Correio da Manhã* veio contrariar as minhas expectativas. Com apenas 11 infografias divididas por 5 das 13 edições analisadas, o *CM* provou que não considera este recurso extra textual como de todo essencial para a transmissão de informação aos seus leitores. Ainda que, no total, tenha ultrapassado o seu concorrente, a diferença de apenas dois valores (em total de infografias e edições que as apresentavam) não é suficiente para considerar a infografia relevante para esta publicação.

Apenas as edições de Março, Abril, Setembro, Novembro e Dezembro de 2003 ofereceram este recurso como complemento da informação textual e fotográfica - um espaço bastante reduzido se pensarmos que estamos a falar de um jornal publicado após a revolução dos computadores, isto é, em pleno século XXI; e, mesmo que estejamos a falar de edições de há 10 anos, a infografia deveria já estar mais presente do que realmente se confirmou. Até porque quando se observou as existentes, a qualidade da mesmas não deixava nada a desejar. Sempre com mapas, cronologias e gráficos bem delineados, o *CM* já demonstrava em 2003 uma boa capacidade de gestão deste recurso, o que leva a lamentar que não o tenha usado mais.

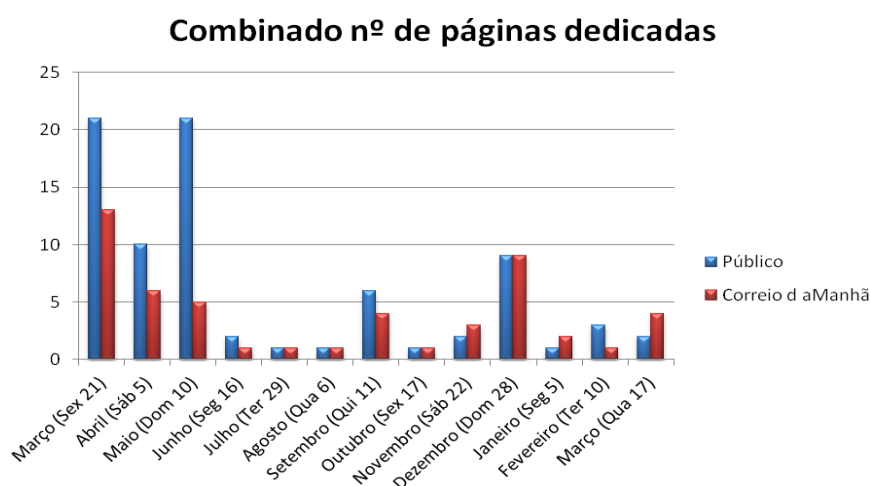
Sou, assim, obrigado a afirmar que, tal como o *Público*, o *Correio da Manhã* apenas não considerou interessante o prolongamento do uso da infografia após o “boom” inicial de notícias. E, ainda que tal como o decréscimo da fotografia, das páginas e das referências na capa se tenha, o decréscimo das infografias se tenha devido à falta crescente de notícias relevantes para publicação, a rara existência da infografia não me deixa outra escolha que não seja negar a segunda metade da hipótese 1.5: a infografia não está quase sempre presente e não é, portanto, visto e usado como um recurso extra textual importante para o jornalismo de guerra.

3. Comparações quantitativas e primeiros resultados do estudo

Expostos os resultados quantitativos de ambas as publicações analisadas, é agora importante compará-los e traçar os primeiros resultados deste estudo empírico. Porque a maioria destes dados são independentes da análise qualitativa, porque existem questões às quais já se pode responder e hipóteses que já se podem confirmar ou desmentir, é fundamental que se trace este terceiro ponto antes da parte 2 deste estudo. Tendo por base os números das duas edições vão poder delinear-se as primeiras características do jornalismo de guerra português, justamente para que aquando do avanço para a próxima fase não se esqueçam estas primeiras noções.

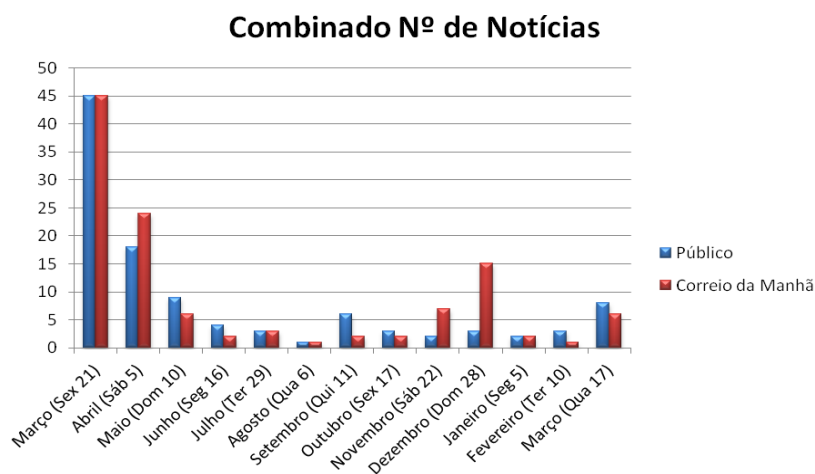
O problema inicial deste estudo - Que características apresenta o jornalismo de guerra em Portugal? -, remeteu-nos para duas questões principais, das quais derivámos oito subquestões, e em relação às quais formulámos duas hipóteses principais, das quais derivámos oito subhipóteses. A este ponto, e tendo em conta as categorias analisadas nesta parte 1 - nomeadamente, quantas capas mencionavam o Iraque, qual o número de páginas dedicadas, de notícias, e de fotos e infografias -, conseguimos já as respostas às nossas cinco primeiras subquestões (e, portanto, à nossa questão principal 1), já que se confirmaram, embora num caso apenas parcialmente (subhipótese 5), as nossas cinco primeiras subhipóteses (e, portanto, a nossa hipótese principal 1).

Gráfico 11: Comparação do número de páginas dedicadas (Jornais *Público* e *C. M.*)



Começando pelas questões 1.2., 1.3. e 1.6, que remetem quer para a presença e importância do jornalismo de guerra na imprensa portuguesa ambos os jornais analisados permitem as mesmas conclusões.

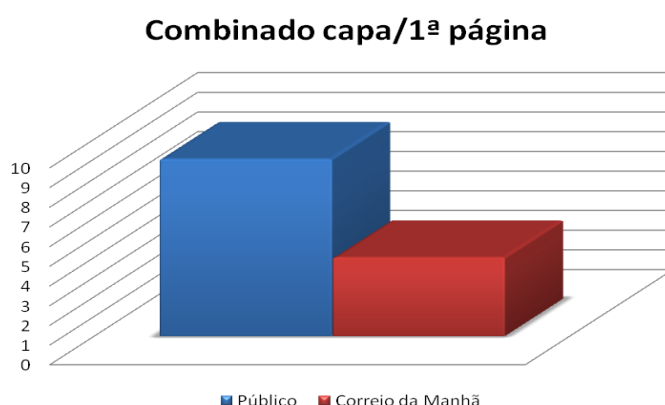
Gráfico 12: Comparação do número de notícias da guerra do Iraque (2003 a 2004)



Observando os dois primeiros gráficos combinados que acabamos de apresentar, referentes ao número de páginas e notícias dedicadas, tanto o jornal *Público* como o *Correio da Manhã*, ainda que registem algumas diferenças entre certos resultados, revelaram interesse pelo conflito no Iraque em 2003. Com um valor combinado de 131 páginas dedicadas e 223 notícias, e apesar da distribuição pouco linear ao longo do ano, os dois jornais concorrentes provaram que esta é uma área jornalística relevante e que merece uma atenção especial, mesmo que Portugal tenha tido pouca participação no conflito. Não fosse assim, e ambos os gráficos não mostrariam 45 notícias no dia seguinte à guerra para cada publicação, distribuídas por 21 páginas no caso do *Público* e 13 no *Correio da Manhã*. E, contra o argumento de que se tratava do assunto do dia, daí o elevado número de notícias, pode argumentar-se que se tratava também de uma guerra que não era nossa. A participação de Portugal nessa altura limitava-se à questão de empréstimo da base das Lajes aos Estados Unidos, pelo que não se precisaria de 45 notícias para comentar o assunto, nem dos meses seguintes para acompanhamento do mesmo.

Ambas as publicações provaram que existe sempre um espaço a ser dedicado à guerra; seja este maior ou menor, as poucas notícias relevantes terão um espaço reservado. Assim, nesta primeira comparação, conclui-se a veracidade irrefutável da subhipóteses H1.2 (Há um número significativo de páginas dedicadas à guerra), H1.3 (Os temas ligados à guerra são objeto frequente de notícias) e H1.4 (O conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra) - e, por conseguinte, da nossa hipótese geral de que a especialização de guerra é altamente relevante para um jornal impresso. Uma hipótese que, relembro, faz referência a um outro campo de análise também importante para este primeiro exame, e tratada a seguir neste texto, a questão da primeira página.

Gráfico 13: Quantidade de capas dedicadas à guerra (Jornais *Público* e *C. Manhã*)



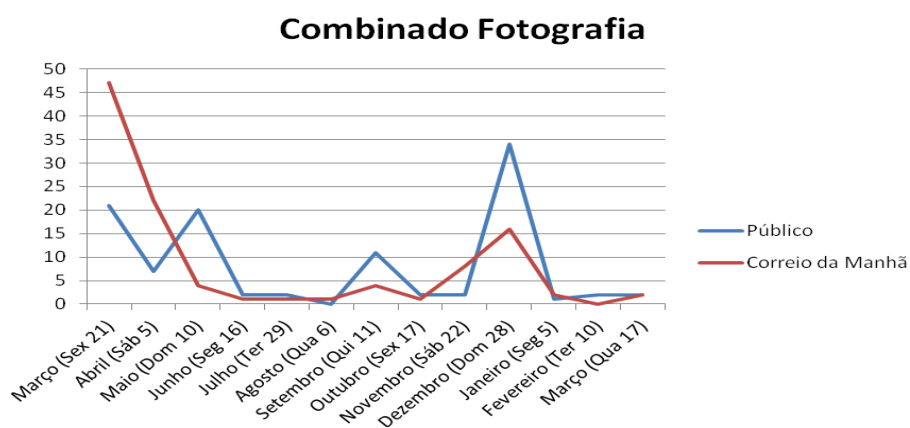
Os resultados desta questão são um pouco mais complicados de resumir. Como se observa no combinado imediatamente acima, ao longo das 13 edições analisadas, foi mais

importante para o *Público* (com 9 resultados positivos) colocar o assunto na primeira página que para o *Correio da Manhã* (com apenas 4). E, se dependesse desta última publicação, afirmar-se-ia desde já que a subhipótese 1.1. era falsa, já que a temática de guerra não aparece nem metade das vezes na primeira página; a guerra parece não ser considerada suficientemente atrativa para os editores do *CM*. No entanto, esta análise não pode ter um cariz individual, já que é a partir destas duas publicações que se está a tentar traçar as características da imprensa portuguesa geral, e não só as do *Público* ou *CM*.

Assim, os dados têm de ser contabilizados como um todo, e executando os cálculos obtemos 13 publicações com o assunto na capa, exatamente metade das 26 analisadas. No entanto, é aqui que reside o problema desta análise, pois se fossem 14 publicações no total a registar a temática na capa, já obteríamos quase 54% de resultados afirmativos, um valor que confirmaria a hipótese. Porém, com apenas 13 capas, o número final é apenas um redondo 50%, do qual não se pode retirar a existência de uma tendência, ou tradição, de maioria. Pode apenas confirmar-se a plausibilidade da subhipótese número 1.1, afirmando que quando se fala de uma guerra, o assunto é provavelmente destaque na capa de uma publicação. Ainda assim, dados os 50%, o mais correto é negar a hipótese, só se podendo confirmá-la após alterar a sua descrição de “os temas ligados à guerra são na maioria das vezes capa da publicação”, para, “os temas ligados à guerra são muitas vezes capa da publicação”.

Chegamos, assim, à última questão que interessa para esta primeira parte do estudo: “que importância se dá aos recursos além texto (?)”, à qual corresponde subhipótese 1.5 (Os recursos adicionais ao texto como fotografias e infografias estão presentes na maior parte dos casos). Uma questão que envolve dois elementos analisados, a fotografia e a infografia, e que iremos também agora separar para melhor compreensão dos dados. Primeiro a questão da fotografia.

Gráfico 14: Comparação do número de fotografias da guerra do Iraque (2003 a 2004)



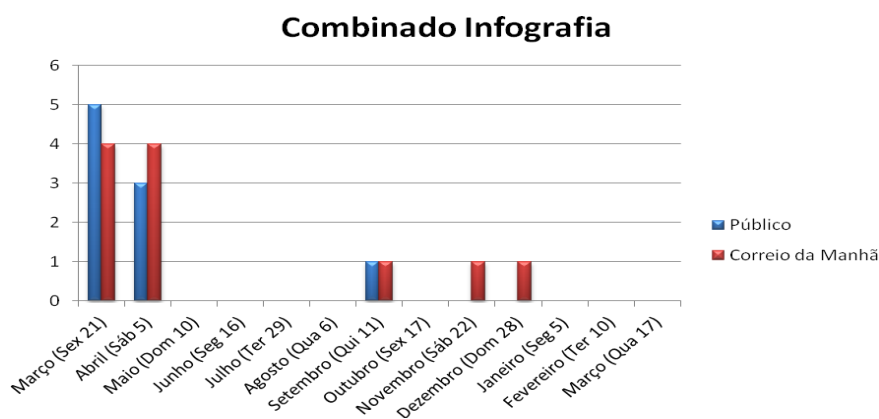
Com um valor combinado de 215 fotografias publicadas em ambos os jornais, este recurso extra textual confirmou-se como um elemento altamente importante no que tocou à transmissão de informação sobre a guerra do Iraque. Esta importância cresce ainda mais quando se verifica que a fotografia nem sempre serviu apenas como complemento de notícias, sendo este um recurso independente para relato de acontecimentos como aconteceu, por exemplo, no caso do mês de Dezembro, tanto no *Público* como no *CM*.

Fotografias de chefes e outras personalidades de Estados, de militares e civis envolvidos no conflito, ou simplesmente de locais onde decorreram certos eventos, conseguiram mostrar sem recurso a quaisquer palavras aquilo que foi o primeiro ano após o início da guerra do Iraque. Como já foi explicado na apresentação dos dados individuais, as oscilações no número de fotografias ficam a dever-se, essencialmente, à falta de informações relevantes que merecessem publicação em determinados dias. Na edição do mês de Agosto, por exemplo, em que o *Público* apresentou um valor nulo em termos de imagens e o *Correio da Manhã* publicou apenas uma, verifica-se que em ambos só se exibiu uma notícia relacionada com o conflito. Assim, deste campo de análise, o que apenas se pode extrair em termos de comparações não é uma dúvida sobre a importância do recurso para os dois jornais portugueses, mas sim que o *Correio da Manhã* deu uma importância ligeiramente maior a este recurso, ultrapassando em 3 o número de fotografias publicadas em comparação ao seu concorrente (109 contra 106).

Fosse a fotografia a única questão abordada na subhipótese número 1,5 e estaria já confirmada, mas, como sabemos, a infografia foi também um objeto de análise e é este o campo que terá a última palavra quanto à completa veracidade da subhipótese. Como já foi dito na análise individual de cada um dos jornais, a infografia revelou-se a primeira grande desilusão deste estudo, já que, à partida, a sua presença em quase todas as edições era uma certeza assumida, uma suposição que se viu fracassar após a análise detalhada. Com um combinado de apenas 20 infografias em ambas publicações, este recurso não pode ser avaliado como tendo sido essencial para a transmissão da informação sobre a guerra do Iraque, mas sim como um elemento ocasional meramente ilustrativo, pouco significativo ao nível de complemento da informação.

Apesar da ligeira superioridade do *Correio da Manhã*, que por si só se revelou uma surpresa, já que por um motivo de maior familiaridade se pensou que seria o *Público* a registar o maior número de infografias, não se pode confirmar uma hipótese quando não se obtem pelo menos 51% de resultados positivos. Exatamente por se registar a presença deste elemento apenas em 5 das 13 edições, o que corresponde a 38%, ou pior, 3 se pensarmos apenas no *Público* (23%), a segunda metade da subhipótese 1.5 caiu por terra, podendo afirmar-se que a infografia não é um recurso importante, já que raramente está presente.

Gráfico 15: Comparação do número de infografias da guerra do Iraque (2003 a 2004)



Apesar destes últimos resultados, terminamos a primeira parte deste estudo empírico com a nossa hipótese principal 1 globalmente confirmada: o jornalismo de guerra é uma especialização altamente relevante para um jornal impresso. Vale ainda ressaltar, após a comparação entre as duas publicações analisadas, que não se registaram, até ao momento, grandes diferenças entre os dois títulos nacionais. As características referidas até agora apresentam uma quase uniformidade que faz transparecer, à partida, uma prática da especialização similar no nosso país. No entanto, será a análise qualitativa que irá ditar, em última instância, a veracidade desta última afirmação.

Parte II. Análise Qualitativa

Por uma questão de maior simplicidade e porque uma análise qualitativa não necessita, à partida, de ilustração gráfica para demonstração de dados, na segunda parte deste estudo empírico a apresentação de resultados não será individual. Assim, pressupondo logo a comparação entre ambos os jornais, serão expostos os resultados não quantificáveis para revelar as características do *Correio da Manhã* e *Público* no que toca à reportagem de guerra.

Foram 11 elementos sujeitos a investigação em ambas as publicações, e que irão, na conclusão desta dissertação, permitir identificar as características do jornalismo de guerra em Portugal. Mais uma vez por questões de simplicidade, os dados serão apresentados, não por uma ordem de familiaridade, mas sim ordenados alfabeticamente, seguindo o mesmo modelo apresentado no capítulo da metodologia e desenho da investigação.

1. Análise de fotografias

Este primeiro campo de análise, que previa a análise de conteúdo das imagens publicadas sobre a guerra do Iraque em ambas as publicações - leia-se aquilo que era

mostrado, fossem mortos, feridos, soldados, bombardeamentos, entre outros -, foi a primeira surpresa desta segunda parte do estudo. Devido a algumas concepções pessoais anteriores ao estudo, algumas adquiridas durante a elaboração do enquadramento teórico, e ao pouco contacto com o jornalismo de guerra em Portugal, vi cair por terra algumas das minhas maiores certezas sobre o papel da fotografia nas reportagens de guerra em Portugal.

Especialmente devido ao enquadramento teórico, havida adquirido a ideia de que as fotografias anexas às notícias de guerra estavam ligadas à tentativa de atrair a audiência pelo choque. Esperava encontrar, nas 26 edições analisadas, à semelhança do que se verificou na imprensa internacional durante guerras como a do Vietname, dezenas de fotografias de soldados e civis mortos ou feridos, registos de batalhas ou qualquer outro elemento que num primeiro olhar lembrasse os horrores da guerra. Não podia estar mais errado.

O que se verificou ao nível da imagem no *Público* e *Correio da Manhã* foi um autêntico oposto disso. De todas as 215 fotografias analisadas, a maioria focava-se em ilustrar figuras essenciais ou representativas dos Estados envolvidos no conflito. Por outras palavras, os anexos fotográficos baseavam-se em retratos de George Bush (presidente dos EUA), Saddam Hussein (presidente do Iraque), Donald Rumsfeld (secretário da defesa dos EUA), Tony Blair (primeiro-ministro britânico, aliado de Bush), Durão Barroso (primeiro-ministro português, aliado dos EUA), entre outros líderes ou elementos de governos. Somente em segundo e terceiro lugares se listam as imagens de militares (incluindo polícias) e dos civis. E os resultados foram bastante semelhantes se quisermos dividir as publicações pois, à parte uma ou duas exceções, tanto o *Público* como o *Correio da Manhã* apresentavam sensivelmente o mesmo número de fotos de cada elemento. A título de exemplo temos o caso das imagens de bombardeamentos ou edifícios destruídos, e as fotos dos seus próprios correspondentes, que o *CM* apresentou em mais do dobro do seu concorrente, e das fotografias de mortos, que o *Público* mostrou em quatro ocasiões ao contrário do seu concorrente que (pelo menos nas 13 edições analisadas) deixou de parte.

As fotografias dos mortos, aliás, não eram também aquilo que eu esperava. Não querendo assumir um tom de morbidade, as imagens pouco ou nada deixavam a ideia de que se tratava de cadáveres vítimas de uma guerra. Nada de corpos mutilados ou em decomposição, ou outros elementos que pudessem chocar o leitor da publicação, como esperava. Eram, sim, imagens subtis, como aliás eram as dos feridos (apenas 9 no conjunto das 26 edições), o que afasta desde já a ideia pré-concebida, trazida do enquadramento teórico, de que a fotografia servia como fator de desencadeamento das emoções do leitor.

Além dos já mencionados, os restantes elementos encontrados relativos à guerra foram: na maioria, imagens de armamento e meios de transporte bélicos (como aviões de combate ou tanques), multidões de civis (iraquianos ou não) na maioria das vezes em protestos contra, ou a favor, do conflito e símbolos dos Estados (como bandeiras ou estátuas). Já em minoria:

jornalistas, médicos, crianças (envolvidas), locais de todo o território em conflito e alguns profissionais civis que em algum momento estiveram compreendidos em notícias.

A única diferença entre as publicações suficientemente relevante eram os enquadramentos das imagens, que no *Correio da Manhã* se revelaram maiores e menos focados num só objeto ou pessoa. Eram, simplificando, imagens menos “artísticas” que procuravam, na maioria das vezes, incluir, por exemplo, o maior número de pessoas, armas e soldados possíveis, ao passo que as do *Público* se focavam mais numa pose individual, por exemplo, ou, pelo menos, apresentavam um menor número de intervenientes em cada imagem.

Ceticamente poderia desde logo afirmar-se que esta contradição da minha ideia pré-concebida se deveu às restrições impostas aos jornalistas e fotojornalistas no terreno (explicadas no enquadramento teórico). No entanto, não acredito que, no caso português, este tenha sido um elemento decisivo, já que, dada a pouca envolvimento do nosso país no conflito (ainda que como aliado dos EUA) não existia, à partida, uma necessidade dos “nossos” jornalistas em protegerem os norte-americanos. Isto porque, tal como a televisão *Al Jazeera* conseguia imagens “não autorizadas” pelos americanos, certamente alguns fotógrafos também o conseguiriam.

2. Análise de infografias

Se a análise da fotografia se revelou uma verdadeira surpresa perante os nossos pré-conceitos, o mesmo não aconteceu com o segundo elemento de análise, a infografia. As poucas que figuraram nas 26 edições, já contabilizadas na análise quantitativa, mostravam exatamente o que era esperado e serviam o propósito mais óbvio: complementar as notícias com alguns números ou desenhos que ajudassem o leitor a perceber melhor o que estava a acontecer no terreno.

No que toca a ilustrações descritivas, as infografias habituais incluíam mapas das cidades ou povoações em guerra que, quase sempre, vinham acompanhadas de “simulações” dos ataques perpetrados. Isto é, desenhos precisos dos movimentos no terreno, ou ilustrações de soldados e armamento utilizado. Como são exemplo as informações dos mísseis utilizados e trajetórias tomadas pelos mesmos, ou no caso específico da edição de 5 de Abril de 2003, uma delineação detalhada em mapa de uma ação militar levada a cabo em Bagdad. Mais raros, mas igualmente presentes, foram as descrições detalhadas das armas utilizadas, com representações das mesmas em imagem, tal como aconteceu com os meios de transporte usados em batalha: aviões, tanques, entre outros.

Quanto às restantes infografias, sem ilustrações mas igualmente dedicadas a informações complementares, destacam-se as cronologias do *Correio da Manhã* (o *Público*

apresentou apenas uma, na edição de Abril de 2003) que, num conjunto de poucas palavras e imagens, descreviam os eventos principais ocorridos ao longo do dia anterior à edição. Indicando até a hora local e a conversão para o horário de Lisboa, estas informações preenchiavam normalmente o cabeçalho da página, estendendo-se muitas vezes por várias em seguimento direto. Além dos eventos principais podia ainda ler-se citações de personalidades e, mais importante, os números dedicados ao conflito, como são exemplos a contagem dos civis e soldados mortos desde o início da guerra, os feridos e as rendições.

Surgiram, ainda, em duas ocasiões, gráficos ilustrativos de sondagens, numa primeira vez, no *Público*, sobre opiniões nacionais e internacionais sobre a intervenção militar no Iraque, e numa segunda ocasião, no *CM*, uma outra que questionou os portugueses sobre o envio de militares nacionais da GNR para o terreno do conflito.

3. Aprofundamento

Ao nível do aprofundamento analisou-se a extensão e o conteúdo dos textos dedicados à guerra em ambos os jornais. Pretendia-se saber, nomeadamente, se existe uma tendência para textos mais curtos (1/4 de página ou menos), que se fiquem pelo essencial da informação, ou se, pelo contrário, este género jornalístico é caracterizado por redações mais longas e aprofundadas (mais de 1/4 de página). Após a análise, verificou-se a existência de um contraste total entre as duas publicações, já que seguiram tendências diferentes, fiéis à estrutura tradicional de cada um.

O jornal *Público*, conhecido exatamente pelos seus textos maiores, confirmou esta tendência também no jornalismo de guerra, apresentando mais notícias extensas e com maior aprofundamento em mais de 50% dos seus textos. E, apesar de a distância para com os “curtos” não ser muito elevada (cerca de 59 “longos” contra 48 “curtos”), verificou-se uma maior preocupação em transmitir ao leitor o máximo de informação possível, incluindo muitas vezes comparações com eventos similares ou indo buscar as razões que levaram ao acontecimento em questão.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, manteve o seu registo habitual de textos mais curtos, oferecendo na maioria das vezes a informação essencial sem grandes aprofundamentos. Com cerca de 90 notícias com menos de um quarto de página (das 116), o *CM* não investiu tanto no desenvolvimento das mesmas como o seu concorrente, e ainda que nas notícias mais extensas, em alguns casos, se tenha verificado um género parecido com o do *Público*, com referências a outras guerras e exploração dos acontecimentos, isso não foi uma constante. Vale destacar as breves típicas deste jornal, reservadas normalmente para a contracapa da publicação, que foram um recurso recorrente, em especial no que toca às notícias de última hora da frente de combate.

Não quer isto dizer que o *Público* tenha prestado um melhor serviço ao nível da entrega da informação. Esta análise ao tamanho e conteúdo das notícias diz mais sobre o formato editorial dos jornais do que propriamente sobre a qualidade da informação entregue ao leitor. Até porque, apesar das notícias mais curtas e menos aprofundadas, o *CM* lidera a complementação dos factos através de mais, e mais completas, infografias e maior número de caixas de texto e outros elementos complementares. E, no que toca ao aprofundamento propriamente dito, o *Público* não era o único a saber explorar comparações com outros eventos; quando surgiam textos maiores no *CM*, estes vinham quase sempre bem construídos com detalhes e informações que ajudassem o leitor a perceber bem o que acontecera. Um bom exemplo disso eram os textos das revistas que acompanhavam algumas edições do jornal, nas quais surgiam notícias e grandes reportagens altamente aprofundadas e carregadas de informações complementares, focadas por exemplo na história dos locais de batalha ou em relatos de civis.

Assim, no que toca ao aprofundamento das notícias de guerra em Portugal, não se pode traçar uma definição singular que represente a tendência dos nossos jornalistas. Após a análise verifica-se que esta questão passa mais por uma decisão editorial em manter as notícias mais ou menos longas, consoante o estilo da publicação e o público-alvo, do que por uma tentativa de alongar ou encurtar os relatos.

4. Correspondentes

No que toca a este campo, a análise foi bastante simples: procurou-se saber, nas 26 edições de ambos jornais, que importância se deu aos enviados especiais e correspondentes que reportavam diretamente do Iraque. Mais precisamente, se existiu um interesse das publicações em realçar o facto de as notícias estarem a ser enviadas do terreno nem que fosse mediante uma diferença na apresentação do nome do jornalista em relação aos de outras peças.

A tendência confirmou-se em ambos os jornais, ainda que não na proporção esperada. Mais uma vez os jornais portugueses surpreenderam as expectativas anteriores à análise propriamente dita, com tanto o *Público* como o *CM* a fazerem poucas menções aos seus enviados.

Ainda que com poucas referências, o *Público* liderou os destaques aos seus jornalistas com pelo menos 17 realces do nome do enviado em tamanho maior que o normal, fosse antes, a meio ou no final do texto, contra apenas 6 do *Correio da Manhã*. Nomes como Adelino Gomes, Alexandra Lucas Coelho ou Paulo Moura junto a frases como, “do nosso enviado”, “reportagem do nosso correspondente” ou “texto da nossa enviada especial” junto às notícias ou relatos, mostram que o *Público* se preocupou em dar algum destaque aos seus correspondentes. Vale ainda ressaltar que, por três ocasiões, tais menções foram feitas

igualmente na capa do jornal (edições de 21/03, 11/05 e 22/11 de 2003) que, ainda que sejam poucas num total de 13, mostra algum interesse em apontar que havia alguém “do outro lado”, especialmente enviado para trazer novidades aos leitores da publicação.

Já no *Correio da Manhã* viam-se em destaque nomes como Afonso Rojo, Mónica Prieto, Joel Neto, entre outros, não tantas vezes como fez o *Público*, como já referi, mas com a particularidade de se poder observar quase sempre a fotografia do enviado junto ao nome, com as edições de 21/03 e 05/04 de 2003 a colocarem mesmo os destaques em primeira página.

Assim, dar destaque a um enviado especial ou correspondente da frente de combate não é uma prioridade para os jornais portugueses, já que ambas as publicações apresentaram um número reduzido de realces, seja dos nomes ou fotografias dos jornalistas no Iraque, seja de qualquer outro elemento que possa enunciar mais concretamente o autor do trabalho, em todas as 26 edições analisadas. Conclui-se que se trata de um recurso que pode ser utilizado para chamar um pouco mais a atenção do leitor, mas nunca se poderá dizer que se trata de uma obrigatoriedade neste estilo.

5. Estrutura

Um dos mais importantes destes 11 pontos de análise consistia em saber se a estrutura do texto difere do tradicional nas notícias de guerra, como acontece, por exemplo, no jornalismo desportivo. Para responder à questão, foram lidas todas as notícias de conflito presentes nas 26 edições analisadas, e foi-se colocando cada texto em uma de duas seções possíveis: os que seguiam o estilo tradicional de uma notícia; os que não o faziam.

Tecnicamente falando equivale a perguntar se o texto segue a regra da pirâmide invertida, prática jornalística na qual o texto parte das informações mais importantes para as menos relevantes; ou se, pelo contrário, existe uma tendência por seguir uma estrutura diferente, que apelasse a um estilo mais indireto, de forma a cativar o leitor dessa forma.

A tendência esperada após a elaboração da parte teórica, altamente baseada na imprensa internacional, era a segunda. Previam-se para as notícias portuguesas sobre a guerra um estilo diferente, com textos mais “retardados”, leia-se indiretos, que assentassem em mais pormenorização, maior quantidade de detalhes estéticos e outros recursos mais próximos do estilo de uma grande reportagem - e não uma estrutura tradicional mais direta e centrada no essencial da informação. Em ambos os jornais a tendência principal verificada foi, no entanto, o oposto.

Ainda que o *Público* e o *Correio da Manhã* tenham utilizado o estilo de textos indiretos em grande parte das notícias do conflito do Iraque, a maioria em ambos passou pelo estilo

tradicional, seguindo a maioria dos textos em ambas publicações a regra da pirâmide invertida, ao invés de outra estrutura.

Os textos que seguiam a ideia de contar os eventos passo a passo, com histórias de civis afetados, de soldados queixosos e outros clássicos típicos de um “diário” de guerra estavam lá, mas perderam em número para os que simplesmente contavam quando e onde aconteceu um bombardeamento, quem envolveu, como aconteceu e o porquê do sucedido. Tudo em ordem de importância, apenas para citar um exemplo.

Ambos os jornais portugueses utilizam, sim, um estilo mais próximo da grande reportagem na hora de escrever sobre um evento de guerra, mas o número de vezes que isso acontece não se sobrepõe às vezes que a informação é dada através da típica notícia comum, onde o que interessa é transmitir a novidade sem grandes desvios ou embelezamentos textuais.

6. Exclusivos

Obter um exclusivo é sempre importante para um media, significa que se vai poder noticiar em primeira mão um evento a que nenhum outro concorrente teve igual acesso. É sempre um ótimo trunfo para conseguir uma maior audiência, melhor ainda se se tratar de um evento de guerra. No entanto, muito provavelmente devido à distância e à dependência para com fontes americanas, britânicas ou iraquianas, os exclusivos não foram recorrentes tanto no *Público* como no *Correio da Manhã*.

Tornou-se, assim, um tanto difícil analisar a forma como os dois jornais nacionais lidam com a exclusividade de eventos ligados a um conflito armado, com o *Público* a registar apenas um exclusivo “real”, isto é, notícias conseguidas única e exclusivamente por esta publicação (registou outros mas sempre com outros media associados), e o *CM* cinco. Quanto ao destaque oferecido a estas notícias, esse foi o esperado, com direito a menção em 1ª página, espaço da notícia alargado, acompanhado de títulos mais trabalhados e, claro, sempre a par da referência de que se tratava de um exclusivo do jornal.

Um recurso mais recorrente eram as naturais alusões a fonte própria. Quando se escreve uma notícia proveniente de agências ou de outro meio de comunicação, é normal escrever-se em seguimento uma declaração como “avançou hoje a agência *Lusa*”, ou “segundo o *Daily Mail*”; as alusões de que falo é algo do mesmo género, mas remetendo para o próprio jornal. Bem mais fáceis de encontrar que os exclusivos propriamente ditos eram as frases como “contou ao *Público*” ou “disse ‘alguém’ ao *CM*”, uma outra forma de demonstrar informações particulares que levavam, igualmente, os destaques apropriados, como se de um grande exclusivo se tratasse.

O grande trunfo de ambos os jornais eram, porém, as histórias particulares dos seus enviados. Ainda que igualmente em número reduzido, tal como já vimos com os destaques dados aos jornalistas no terreno, estas notícias eram o exclusivo mais fácil de obter. Notícias contadas quase na primeira pessoa (em alguns casos efetivamente), que falavam da experiência no local ou apresentavam civis e soldados envolvidos, e que só podiam ser lidas no jornal em questão. Estas notícias representavam um bom aliado caso o autor do texto fosse bem-sucedido em criar uma história interessante que motivasse os leitores a acompanhar os seus “diários de guerra”.

7. Intervenientes

A introdução de intervenientes, ou fontes, nas peças jornalísticas é a melhor forma de estabelecer credibilidade para com o leitor. Quando se leem frases como “segundo a fonte x”, ou “disse o líder y”, a verdade daquilo que está a ser dito passa a estar confirmada, pois, parte-se do princípio de que o jornal não iria inventar declarações e atribuí-las a alguém.

No terreno do jornalismo de conflito, assim como nos da política, desporto ou outras informações internacionais, estas “confirmações” ganham uma dimensão acrescida pois, como sempre, existem os dois lados da guerra, e vale a pena apresentar, sempre que possível, quem proferiu as informações ou mensagens registadas. É uma questão de assegurar à audiência que aquelas declarações foram ditas por aquela pessoa, e que já dependerá do próprio leitor acreditar se as mesmas são verdadeiras ou não.

A tendência foi confirmada tanto no *Público* como no *Correio da Manhã*, com ambas as publicações a apresentarem um número muito reduzido de notícias com carência de fontes ou citações (menos de 10 no *Público*, menos de 20 no *CM*).

Já quanto aos intervenientes propriamente ditos, registou-se uma maioria de informações providas de fontes oficiais como líderes de Estado ou outros porta-vozes legais, entidades não-governamentais, organizações humanitárias e partidos políticos. Em segundo lugar, igualmente para ambas as publicações, surgem outros media, internacionais ou não, como emissoras, jornais ou agências de notícias, com as fontes recorrentes a serem a CNN ou a BBC (conhecidas por estarem incluídas no sistema “*embedded*”). E somente em terceiro e quarto lugar surgem as fontes de civis e militares (onde se inclui a polícia local) - uma surpresa, já que se esperava que o género de histórias envolvendo estes elementos fosse maior.

Conclui-se, por isso, que o jornalismo de guerra em Portugal tenta ser o mais credível possível ao procurar anexar à informação recebida, quase sempre, quem a noticiou ou quem fez parte da história. É, portanto, um jornalismo de verificação que isenta ambos jornais de acusações de parcialidade ou de publicação de mentiras fabricadas por internamente.

8. Leads

A categoria de análise dos *Leads* das notícias (primeiro parágrafo do texto que tem por objetivo informar sobre o que aconteceu ou apelar à leitura) remete-nos, de novo, para o ponto 5, relativo à estrutura do texto. O processo de análise foi o mesmo, já que também aqui se procurou saber se a maioria das notícias mantinha um estilo direto, direito ao essencial da informação, ou se pelo contrário existia a tendência de abordar o início das notícias de uma forma mais “retardada”, leia-se de forma mais indireta.

Um *lead* direto é aquele que consegue responder às questões principais que um acontecimento levanta: o quê, quem, onde e quando. Reservando, para os parágrafos seguintes, as informações adicionais, referentes ao como e porquê, que para um leitor com mais pressa já não serão essenciais para perceber o que aconteceu. Já um *lead* indireto procura primeiro captar o leitor para ler a notícia, avançando com os dados principais mais à frente no texto.

Tal como aconteceu com a análise da estrutura, em que a maioria das notícias de ambos os jornais seguiu a estrutura direta, dita normal, também no campo dos *leads* assim aconteceu. Tanto o *Público* como o *Correio da Manhã* procuraram em mais de 50% dos casos abordar as notícias diretamente, sendo pouco usuais os *leads* indiretos, mais próprios de um início de grande reportagem.

Assim, não se confirma a suposição de que normalmente as notícias de guerra tentam apresentar inícios mais apelativos para prender o leitor. A ideia, adquirida essencialmente durante a revisão teórica, que sugeria uma maioria de *leads* a começar por citações, nomes de civis, ou descrições dos locais como “Ontem foi um dia negro em Bagdad para o pequeno Mohamed” (exemplo fictício) não se confirmou. Pelo contrário, os *leads* das notícias seguiam mais o exemplo seguinte, retirado da edição de 17 de Março de 2004 do *Correio da Manhã*: “A explosão de um morteiro numa movimentada rua residencial de Bagdad matou ontem pelo menos um iraquiano” (P.M., 2004). Mais do que este estilo, também retirado da mesma edição: “No nosso primeiro contato direto com a população de Nassíria, visitámos ontem uma das novas esquadras da Polícia do Iraque” (Gonçalves, 2004).

9. Relevância editorial

Já sabemos da análise quantitativa que este género jornalístico tem relevância editorial, já que existiam notícias de guerra em todas as edições escolhidas aleatoriamente para este estudo. Para encontrar o nível de importância dentro do próprio jornal, o método foi além de simplesmente contar notícias, tendo sido analisados os locais de apresentação dos textos, nomeadamente em que páginas se publicava a maioria das notícias relativas à guerra,

para inferir o destaque que lhes era dado nas 26 edições. Os resultados encontrados foram diferentes para os dois jornais.

Partindo do princípio, obviamente discutível, de que as notícias principais estão sempre mais próximas da capa, o jornal *Público* foi o que mais relevância atribuiu às notícias do Iraque, mantendo os textos do conflito sempre nas primeiras páginas da publicação, nunca acima da página 18, salva uma exceção em que uma notícia extra surgia na página 23. Já o *CM*, ainda que em quatro edições tenha apresentado as notícias do Iraque logo após a página 4, na sua maioria estas surgiam sempre após a página 30, já normalmente depois da metade do jornal, dependendo do número de páginas do dia.

O *Correio da Manhã* tem um estilo muito próprio no que toca à apresentação das notícias, mantendo uma ordem de organização das mesmas por separadores que figuram quase sempre nas mesmas páginas. Ainda assim, quando um evento é mais importante, este é movido para as páginas iniciais, o que significa que estes dados mostram que não existiu uma grande preocupação em dar destaque às notícias de guerra aproximando-as da 1ª página. O *Público*, por sua vez, que também divide o jornal por separadores, manteve as notícias mais próximas da capa, sendo estas quase sempre a abertura da secção “Mundo”.

Ainda que ambos tenham demonstrado relevância editorial ao publicarem, em todas as edições analisadas, notícias relativas ao conflito, sobressai o *Público* por lhe ter concedido maior destaque editorial. Assim, em virtude dos resultados do *Correio da Manhã*, não se pode afirmar que figurar nas primeiras páginas de um jornal seja uma das características do jornalismo de guerra, não interessando a importância que as notícias tenham (exceto em casos como o início do conflito, como comprovou o *CM*, uma das alturas em que a guerra figurou logo a partir da página 4).

10. Teor/estilo do texto

Este é, provavelmente, o ponto de análise mais importante de todos os onze. Ligado aos anteriores do aprofundamento, intervenientes, estrutura do texto e *leads*, foi neste campo que se procurou a verdadeira natureza dos textos de guerra publicados nos dois jornais portugueses. Ao ler as 223 notícias de ambas as publicações procurou saber-se se as notícias de guerra seguem apresentam um teor/estilo direto, mais frio e factual, ou se por outro lado as notícias nacionais se assemelham ao sistema internacional, mais próximo do literário, de apelo ao choque e às emoções, e que tende a contar uma história propriamente dita ao invés de fazer um relato jornalístico.

É de bom grado que afirmo que os jornais portugueses se inseriram na primeira categoria, não utilizando a guerra do Iraque para vender desastres e histórias penosas, antes mantendo o verdadeiro estilo da informação regular e imparcial. Já sabemos do

enquadramento teórico que a tendência seria um estilo mais próximo da grande reportagem, que, como já vimos ao nível do aprofundamento, estrutura dos textos e *leads*, também existiu, mas mais uma vez essa não foi a maioria dos casos.

Com cerca de duas dezenas de textos indiretos, ao estilo mais literário, por vezes contado na primeira pessoa do singular, tanto o jornal *Público* como o *Correio da Manhã* evitaram as adjetivações, caracterizações e descrições exageradas que poderiam ter levado a uma tomada de posição perante um lado da guerra. Em ambas as publicações verificou-se um cuidado justamente para evitar qualquer objeto que pudesse ser confundido com alguma forma de opinião (tendo essa o seu espaço próprio, devidamente identificado) perante ações levadas a cabo quer pela facção dos EUA e seus aliados, quer pela do Iraque.

Após a leitura das notícias concluiu-se que apelar à emoção e ao choque do leitor, ser parcial, ignorar fontes e publicar para agradar a uma parte da guerra - sendo Portugal aliado e mesmo sendo óbvio que Saddam Hussein não respeitou sequer os direitos humanos dos seus cidadãos - não fazem parte da lista das características dos jornalistas de guerra portugueses. Encontramos sim um estilo diferente, com textos sujeitos a algum embelezamento, com alguns adjetivos e caracterizações, mas sempre muito controlado e fiel aos acontecimentos, sem tentativas de omissão, como o bom jornalismo deve ser.

11. Títulos

Por último, a análise da tipologia dos títulos constituiu também uma grande surpresa dadas as conceções trazidas da elaboração do enquadramento teórico que, relembro, foi altamente baseado na imprensa internacional. Esperava-se encontrar a confirmação de uma maioria de títulos apelativos, ao invés dos tradicionais diretos, o que não aconteceu. Confirmou-se sim, tal como aconteceu com o aprofundamento, que esta decisão é mais uma questão editorial do que uma característica do jornalismo de guerra.

Tal como havia sucedido no aprofundamento, ambas as publicações se mantiveram fiéis às suas tradicionais linhas editoriais na hora de escolher os títulos das notícias da guerra do Iraque. O *Público* apresentava a maioria de títulos diretos, mais do dobro dos apelativos, e o *Correio da Manhã* apresentava títulos indiretos em mais de 50% dos casos, característica do seu formato “mais sensacionalista”.

Por títulos diretos deve entender-se os que vão diretos à informação, não deixando grande margem para dúvidas sobre o conteúdo do texto apresentado em baixo. Já um título apelativo é o que aborda algum aspeto da peça indiretamente, quase obrigando o leitor a proceder à leitura caso queira perceber ao que se refere, envolvendo elementos como uma citação, um trocadilho, ou qualquer outro conteúdo mais vago.

Temos por exemplo os seguintes títulos do *Público*, direto: “Forças americanas e britânicas lançam invasão terrestre no Iraque” (Lorena, 2003). E apelativo: “Pensavam que era o fim do mundo” ou “Brincar na ‘panic room’” (Moura, 2003). Já para o *Correio da Manhã* encontram-se exemplos dos, predominantes, apelativos como “Rendição ou Morte” (Prieto, 2003). E diretos como “Primeiro ataque visou eliminar Saddam Hussein” (Ramos, 2003).

Não se pode, portanto, afirmar que uma das características do jornalismo de guerra sejam os títulos apelativos, já que a tendência foi, apenas, confirmada no *Correio da Manhã*, que editorialmente já apresenta esta orientação para outras notícias.

Conclusão

Ao longo do enquadramento teórico desta dissertação percebemos que o jornalismo de guerra possui um passado atribulado, uma série de eventos que foram modificando a especialização desde que William Howard Russell iniciou esta linha de trabalho. Percebemos que esta secção do jornalismo não se deve servir de qualquer profissional, requerendo características específicas, principalmente ao nível da personalidade, para que o trabalho não se desvie para interesses de terceiros.

Já o estudo empírico procurou saber se os jornalistas portugueses estavam entre estes homens e mulheres capazes de fornecer as informações de um conflito apenas para serviço dos leitores, sem nunca tomar parte de um lado, mantendo a isenção e imparcialidade necessária à verdade. Mas, mais que isso, esta investigação procurou identificar as principais características do jornalismo de guerra no nosso país. Conhecer a relevância que estas notícias e reportagens têm editorialmente nos nossos jornais impressos, ainda quando Portugal mantém pouca participação num conflito. Saber se existe uma tendência pelo apelo ao choque, através do foco em histórias de civis e militares, reconhecer qual a importância da imagem e da infografia na hora de complementar uma informação e, claro, quais as características dos textos e qual a importância dada a quem arriscou a vida para os escrever.

Para tal foram analisadas 26 edições de dois jornais impressos portugueses, 13 do jornal *Público*, 13 do *Correio da Manhã*, uma por cada um dos meses entre Março de 2003 e Março de 2004.

O problema era saber *que características apresenta o jornalismo de guerra na imprensa em Portugal*, do qual surgiram várias questões, a seguir discriminadas:

Q1. Que relevância tem a especialização de guerra nos jornais portugueses? Mais concretamente:

Q1.1. Quantas vezes é a especialização de guerra capa dos jornais?

Q1.2. Quantas páginas dedicam os jornais ao tema da guerra?

Q1.3. Quantas vezes é a especialização de guerra tema de notícias nos jornais?

Q1.4. Verifica-se interesse em acompanhar o conflito, mesmo depois da sua fase inicial?

Q1.5. Que importância se dá aos recursos além texto, como fotografias, infografias, cronologias e caixas de texto? E que características são próprias destes recursos?

Q2. O jornalismo de guerra tem características diferentes de outras especializações jornalísticas? Mais concretamente:

Q2.1. Qual a estrutura e o tipo de linguagem dos textos sobre guerra?

Q2.2. Qual a importância do fator “choque”, visível por exemplo na relevância concedida a fotos chocantes e textos descritivos que apelam à emoção do leitor?

Q2.3. Qual o destaque concedido aos exclusivos de guerra e relatos dos enviados especiais?

Tendo por base estas questões foi elaborado um conjunto de hipóteses, que o estudo procurou validar, em ordem de descobrir não só as características do jornalismo de guerra em Portugal, mas também que diferenças existem em relação à tendência internacional. Essas hipóteses foram ordenadas em duas principais, derivando-se depois, de cada uma delas, várias subhipóteses ou hipóteses secundárias, suscetíveis de verificação empírica direta - e cuja validação equivaleria, no fundo, à validação das hipóteses principais. Por uma questão de melhor compreensão, apresentamos a seguir as conclusões do nosso estudo empírico de acordo com a ordem das hipóteses e subhipóteses colocadas. **H1. A especialização de guerra é altamente relevante para um jornal impresso**

H1.1. Os temas ligados à guerra são, na maioria das vezes, capa da publicação: Esta hipótese não pode ser considerada como confirmada. Como mostrou a análise quantitativa, no total das 26 edições apenas 13 apresentaram o assunto na capa, o que equivale a uma percentagem de 50%, insuficiente para a confirmação da hipótese. Somente se nos baseássemos apenas no jornal *Público* obteríamos esta confirmação, já que apresentou 9 das 13 capas com o assunto em destaque. Pode, por isso, afirmar-se que, ainda que não seja uma tendência, pode vir a sê-lo para alguns jornais nacionais, mas já dependerá do seu editor e não de se tratar de um assunto de guerra.

H1.2. Há um número significativo de páginas dedicadas à guerra: Tanto a análise quantitativa como a análise qualitativa (ponto número 9, respeitante à relevância editorial) confirmaram que ambos os jornais dedicaram um número significativo de páginas à guerra do Golfo (80 no caso do *Público*, 51 no caso do *Correio da Manhã*, o que perfaz um total de 131 e uma média de 5 páginas por cada uma das 26 edições dos dois jornais); e que, para além disso, pelo menos o *Público* se interessou, na maioria das edições, em manter as notícias de guerra nas primeiras páginas do jornal, o que demonstra uma preocupação em aproximá-las da capa, onde ficam as notícias mais importantes do dia. E, não desprezando o trabalho do *CM*, que a mesma escolha poucas vezes tomou, quando as notícias eram de maior relevância, igualmente eram mudadas para as primeiras páginas em vez da localização habitual após a página 30.

H1.3. Os temas ligados à guerra são objeto frequente de notícias: Como mostrou a análise quantitativa, foram contabilizadas 45 notícias em cada um dos jornais no dia seguinte ao início do conflito no Iraque, altura em que Portugal tinha pouca intervenção, tendo feito apenas parte da reunião na base das Lajes, nos Açores. E claro, mesmo com a escolha aleatória das edições, não existiu uma única onde não existissem notícias relativas à guerra, fosse no início ou um ano depois. Já a análise qualitativa trouxe-nos a confirmação do aprofundamento dos textos, pelo menos no caso do jornal *Público*; ora, se a especialização

não interessasse, os textos não necessitariam de ser tão alargados e preenchidos com informações extra.

H1.4. O conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra: Esta hipótese vê-se confirmada, pois, como já se disse anteriormente, mesmo um ano depois do início da guerra, altura em que já nos encontrávamos “tecnicamente” em estado de pós-guerra, qualquer evento relacionado com o conflito continuava a chegar às páginas de ambos os jornais. Não existindo uma única edição das aleatoriamente escolhidas que não tivesse uma notícia sobre a segunda guerra do Golfo.

H1.5. Os recursos adicionais ao texto como fotografias e infografias estão presentes na maior parte dos casos: Já se afirmou, atrás, que esta hipótese foi infirmada numa metade e confirmada noutra. A metade infirmada diz respeito à presença da infografia, que em 26 edições e 131 páginas dedicadas à guerra do Iraque surgiu apenas 20 vezes, 11 no *Correio da Manhã* e 9 vezes no *Público*. Números que correspondem a uma taxa de 38% das vezes no *CM*, relativas a 5 edições das 13 analisadas, e 23% das vezes no *Público*, que dizem respeito apenas a 3 edições. Valores que não chegam sequer perto dos 51% necessários à confirmação da hipótese. Já a parte que diz respeito à fotografia não poderia estar mais confirmada, pois com 215 fotografias nas tais 131 páginas dedicadas, este elemento estará mais que confirmado como importante para esta especialização jornalística. Fossem elas de membros oficiais de governos envolvidos, representantes ou chefes de Estado, de soldados, civis, armamento ou meios de transporte bélicos, para citar a maioria dos exemplos, a verdade é que este é, sem dúvida, o elemento extra textual mais presente nos dois jornais impressos e de maior importância para o jornalismo de guerra.

Tendo em atenção o que acabamos de dizer sobre as suas subhipóteses que dela derivámos, e que acabamos de examinar, podemos considerar que a hipótese **H1 (A especialização de guerra é altamente relevante para um jornal impresso)** se pode considerar como globalmente confirmada.

H2. O jornalismo de guerra tem características diferentes de outras especializações jornalísticas

H2.1. Os textos utilizam uma linguagem indireta, tendendo a estrutura da notícia de guerra a desviar-se da pirâmide invertida para seguir um estilo mais próximo da grande reportagem: Os resultados mostraram que esta nossa hipótese não podia estar mais errada. Ainda que a afirmação esteja correta no panorama da imprensa internacional, como aliás se descreveu durante a componente teórica desta dissertação, tal não se verificou para os jornais portugueses. Os resultados da análise qualitativa da estrutura, dos *leads* e do teor do texto, mostraram que a grande maioria das notícias de guerra nos dois jornais nacionais

apresentavam um estilo direto e sem grandes desvios da tradicional estrutura da pirâmide invertida. Existiram, de facto, alguns textos que seguiram a ordem indireta, com *leads* mais apelativos, descrição e alguma adjetivação, principalmente quando se tratava de grandes reportagens (e nesse género são normais tais características), mas essa tendência nunca se aproximou da maioria. A estrutura e linguagem mantiveram-se factuais e imparciais, diretas ao assunto a contar, o que revela a falsidade da hipótese, pelo menos para as notícias do *Público* e *Correio da Manhã*.

H2.2. O fator “choque” e o apelo às emoções está intimamente ligado às notícias de guerra, sendo recorrentes fotografias, textos, títulos e histórias de civis que apelem à emoção: Esta hipótese até seria verdadeira se estivéssemos a falar das publicações dos jornais americanos durante a guerra do Vietname. Já para o que diz respeito às notícias publicadas nos dois jornais portugueses, tais palavras não se podem utilizar. Começando pela análise aos textos, estes revelaram-se diretos e factuais (como acabámos de dizer) e com poucos desvios do que é considerado uma notícia corrente. As histórias de civis, soldados ou crianças afetadas, frequentes neste estilo, não se revelaram nas 26 edições mais que duas dezenas de vezes em 223 notícias analisadas, o que revela pouco interesse por chocar a audiência com os horrores que a guerra trouxe ao Iraque. Os títulos, ainda que na maioria indiretos no caso do *Correio da Manhã*, tentavam antes ser criativos ao invés de apelarem às emoções do leitor para o atrair a ler a peça, ou a comprar o jornal (no caso dos títulos da primeira página). O mesmo aconteceu com as fotografias publicadas, que se revelaram pobres em matéria de elementos “chocantes”, com muito poucas a exibirem feridos (5 no *CM*, 4 no *Público*, das 215 fotos) e apenas 4 a fazerem referência a mortos, todas publicadas no jornal *Público*, e que não mostravam corpos, apenas símbolos de morte como caixões. As fotografias revelaram, pois, um maior interesse em focar líderes de Estado ou outros “símbolos” das partes da guerra, do que elementos que pudessem “chocar” a audiência.

H2.3. Os exclusivos de guerra e os relatos dos enviados especiais de cada publicação recebem um destaque acrescido: Esta nossa última hipótese também se viu confirmada apenas pela metade, à semelhança ao que aconteceu com a H1.5. Com a ocorrência de apenas 1 exclusivo no *Público* e 5 no *Correio da Manhã*, não se pode considerar “acrescido” o destaque que ambos jornais deram aos exclusivos. Ainda assim, pode confirmar-se a metade da hipótese, pois, das poucas vezes que surgiram, existiu sempre um interesse em lhes fazer referência. Fosse com títulos mais apelativos ou com destaques ao nível gráfico, ambas as publicações fizeram boas referências ao facto de conseguirem algo a que outros media não tiveram acesso. E se falarmos em termos de citações exclusivas, essas estavam sempre bem identificadas, com frases como “disse ao *Público*” ou “segundo soube o *CM*” a acompanhar, para garantir que o leitor sabia que a informação que estava a ler não existia noutra concorrente. Já a segunda parte da hipótese, que remete para o destaque dado aos enviados especiais, essa terá de ser considerada como infirmada, já que, como foi explicado no ponto

4 da análise qualitativa, não existiu uma grande preocupação dos jornais em destacar os trabalhos dos seus enviados ao Iraque. Com apenas 6 destaques junto aos textos no *CM* e 17 no *Público*, sendo que existiram apenas duas e três referências em primeira página, respetivamente, não se confirma que exista uma preocupação acrescida em fazer referência aos enviados especiais, pelo menos nas edições escolhidas (aleatoriamente) para a análise.

Tendo em conta o que foi dito sobre as subhipóteses dela derivadas, podemos considerar que a segunda hipótese principal H2 (**O jornalismo de guerra tem características diferentes de outras especializações jornalísticas**) se confirmou, ainda que de uma forma diferente da esperada aquando da sua formulação. Na altura esperava-se que as diferenças se notassem ao nível da estrutura, títulos e estilo da escrita, o que não se veio a verificar. O jornalismo de guerra é diferente, sim, mas apenas na medida em que pode apresentar um maior aprofundamento das questões que uma guerra levanta, plausíveis de serem comparadas com outros eventos, ou de serem melhores explicadas - como se verificou em mais de metade dos textos do jornal *Público* e numa menor parte do *CM*. Outro fator é a maior fundamentação das notícias e reportagens, nomeadamente, ao apresentarem quase sempre citações oficiais, ou intervenientes diretos do conflito que possam confirmar aquilo que está a ser dito, como foi explicado em maior detalhe no ponto número 7 da análise qualitativa. Isto é, quando se trata de uma guerra não basta dizer que aconteceu, há uma necessidade de explicar mais minuciosamente a quem aconteceu, e quem viu ou contou a história que foi publicada. Na necessidade de comparação, o jornalismo de guerra assemelha-se ao jornalismo de ciência e tecnologia, onde não basta dizer que se “descobriu a cura para o cancro”, é preciso fundamentar muito bem todo o processo, e explicar ao leitor passo a passo como tal descoberta foi feita, e quem se responsabiliza por tais afirmações. Existe, ainda, a tal componente mais dramática de contar os eventos, como foi referido essencialmente na componente teórica desta dissertação, que foi por vezes encontrada durante a análise empírica, mas, repetimos, não se trata de um estilo típico dos nossos jornais.

Em termos de conclusões gerais, podemos dizer que a investigação empírica mostrou, com a confirmação e infirmação das hipóteses formuladas no início, que ainda que o jornalismo de guerra possua práticas próprias e elementos que são normalmente repetidos, estes não devem ser generalizados a todas as publicações. Como se disse num outro ponto nesta dissertação, a forma como se pratica jornalismo, seja ele de guerra ou não, tem mais relação com a época e cultura do povo em que a publicação está inserida do que com um conjunto de regras rígidas que são sempre seguidas à letra.

Assim, apesar de alguns hábitos comuns, o jornalismo de guerra em Portugal não é o mesmo que o praticado noutros países. Quando se iniciou esta dissertação, e isso confirma-se pelas hipóteses, esperava-se encontrar nas notícias sujeitas a análise um tipo de texto mais indireto, emocional ou que apelasse ao choque, que tivesse quase sempre destaque na capa,

independentemente da publicação que se escolhesse, ou que se interessasse mais pelo sensacionalismo, entre outras suposições não confirmadas.

Já diz o ditado: “não se deve julgar um livro pela capa”, e este estudo é prova disso. Não só o jornalismo de guerra português se revelou direto e factual, com pouco uso de técnicas sensacionalistas e com notícias pouco próximas do estilo da grande reportagem (o contrário do esperado), como os nossos profissionais se revelaram isentos, imparciais e fiéis aos valores jornalísticos, nunca tomando o partido de um dos lados da guerra, como seria de esperar de pessoas que estão em cima do acontecimento.

Se há profissões que merecem mais cuidados, o jornalismo está entre elas, ainda que, para alguns, “estes” profissionais das notícias pareçam todos iguais. O jornalismo de guerra é a prova de que há diferenças, e este estudo provou que também aí as publicações não são todas iguais. Ainda bem.

Referências

- Agências (2008, 20 de Março). Bin Laden ameaça união europeia por causa das caricaturas de Maomé. *Público*. Consultado a 27 de Novembro de 2012, em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/bin-laden-ameaca-uniao-europeia-por-causa-das-caricaturas-de-maome-1323174>.
- Allan, S. & Zelizer, B. (2004). *Reporting war: Journalism in war time*. Abigdon (Oxon): Routledge.
- Brandão, N. G. (2002). *O espetáculo das notícias: A televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Campbell, W. J. (2001). *Yellow journalism: Puncturing the myths, defining the legacies*. Connecticut (Westport): Praeger Publishers.
- Castro, L. (2007). *Repórter de guerra*. Oficina do Livro.
- Ferreira, V. (2012, 19 de Setembro). Caricaturas de Maomé levam França a fechar embaixadas e escolas. *Público*. Consultado a 27 de Novembro de 2012, em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/caricaturas-de-maome-levam-franca-a-fechar-embaxadas-e-escolas-1563656>.
- Fino, C. (2003). *A Guerra em direto*. Verbo.
- Gonçalves, F. J. (2004, 17 de Março). Polícia sem poder. *Correio da Manhã*, p. 11.
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo: Manual de estilo do Urbi et Orbi*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Jamieson, K. H., & Waldman, P. (2003). *The press effect: Politicians, journalist, and the stories that shape the world*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Jespers, J.-J. (1998). *Jornalismo televisivo: Princípios e métodos*. Coimbra: Minerva.
- Lorena, S. (2003, 21 de Março). Forças americanas e britânicas lançam invasão terrestre no Iraque. *Público*, p. 3.
- McLaughlin, G. (2002). *The war correspondent*. Londres: Pluto Press.
- Moretti, M. A. (2004). *A ética no jornalismo: O jornalismo em tempos de guerra*. São Paulo: Uninove.

- Moura, P. (2003, 21 de Março). Pensavam que era o fim do Mundo. *Público*, p. 6.
- Moura, P. (2003, 21 de Março). Brincar na “panic room”. *Público*, p. 7.
- Nasaw, D. (2001). *The chief: The life of William Randolph Hearst*. Nova Iorque: Houghton Mifflin Harcourt.
- Offner, J. (1992). *An unwanted war: The diplomacy of the United States & Spain over Cuba, 1895-1898*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- P. M. (2004, 17 de Março). Explosão mata em Bagdad. *Correio da Manhã*, p. 32.
- Pedro, A. N. (2006, 2 de Fevereiro). Cartoons de Maomé enfurecem mundo islâmico. *Público*. Consultado a 27 de novembro de 2012, em: <http://publico.pt/media/noticia/jornais-dinamarqueses-republicam-caricatura-de-maome-1319486>
- Pereira, C. S. (2003). *Da guerra real à guerra dos media*. Belo Horizonte.
- Prieto, M. (2003, 5 de Abril). Rendição ou morte. *Correio da Manhã*, p. 33.
- Ramos, R. (2003, 21 de Março). Primeiro ataque visou eliminar Saddam Hussein. *Correio da Manhã*, p. 6.
- Reuters, (2008, 13 de Fevereiro). Jornais dinamarqueses republicam caricatura de Maomé. *Público*. Consultado a 27 de Novembro de 2012, em: <http://publico.pt/media/noticia/jornais-dinamarqueses-republicam-caricatura-de-maome-1319486>
- Sicclair, U. (1919). *The brass check*. Pasadena (California): Autopublicado.
- Sousa, J. P. (S. d.). A Guerra do Golfo na imprensa portuguesa de grande expansão. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Consultado a 20 de dezembro de 2012, em http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-guerra-golfo2.html.
- Teixeira, D. (2012). *O jornalismo internacional na televisão portuguesa: O caso do “Jornal da Noite” da SIC*. Dissertação de mestrado em Jornalismo, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.
- Tucker, S. C. (2005). *The encyclopedia of world war I: A political, social, and military history*. Santa Barbara (CA): ABC-CLIO.

